EDUCAÇÃO PARA TODOS (EPT)
Informe Nacional Brasil – 2000/2015

Versão Preliminar

Junho 2014

Sumário

Apresentação 4
PARTE 1 – INTRODUÇÃO 5
1. Educação para Todos (EPT): de Jomtien e Dakar ao presente 5
2. Organização da Educação Básica no Brasil 7
3. Contextualizando as mudanças 8
4. Educação para Todos no Brasil: resultados e estratégias 17
PARTE 2 – RESULTADOS – O QUE SE ALCANÇOU? 18
1. Cuidados e educação na primeira infância 18
1.1. Taxa de frequência e matrícula 21
1.2. Dependência administrativa 22
1.3. Cor/Raça 23
1.4. Localização 24
1.5. Renda domiciliar per capita 25
2. Educação primária universal 26
2.1. Matrícula e Taxa de Frequência 26
2.2. Dependência administrativa 27
2.3. Cor/Raça 28
2.4. Localização 29
2.5. Renda domiciliar per capita 30
3. Habilidades de jovens e adultos 31
3.1. Ensino médio regular e profissional 31
3.1.1. Taxa de frequência 32
3.2. Ensino médio regular 34
3.3. Educação técnica profissional de nível médio 36
3.4. Outras iniciativas 38
4. Alfabetização de adultos 41
5. Paridade e igualdade de gênero 48
5.1. Paridade de gênero 49
5.1.1. 0 a 5 anos – Educação Infantil 51
5.1.2. 6 a 14 anos – Ensino Fundamental 52
5.1.3. Ensino Médio e Educação Profissional 54
5.1.4. 15 anos e mais 55
5.2. Políticas de gênero – Mulheres na Ciência e Tecnologia 57
6. Qualidade da educação 58
6.1. Valorização de Professores 59
6.2. Indicadores de Qualidade 60
6.2.1. Taxas de rendimento 61
6.2.2. Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) 63
6.2.3. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) 65
6.2.4. *Programme for International Student Assessment* (Pisa) 67
PARTE 3 – ESTRATÉGIAS – COMO SE ALCANÇOU 70
1. Estratégias, Políticas e Programas 70
1.1. Estratégias 71
1.1.1. Marcos Legais (Constituição e Emendas; LDB e Diretrizes) 71
1.1.2. Planejamento (PPA, LDO e LOA; PDE e PAR; PPP e PDE-Escola) 72
1.1.3. Financiamento (Fundeb, FNDE, Salário-Educação e outros) 73

1.1.3.1. Fundeb 73
1.1.3.2. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) 75
1.1.3.3. Salário-Educação 76
1.1.4. Investimento em Educação – percentual do PIB 76
1.1.5. Percentual do gasto público 78
2. Insumos (Investimento e Custeio) 80
3. Avaliação e Monitoramento 81
4. Participação e Mobilização 82
5. Políticas e Programas 84
5.1. Políticas 84
5.2. Programas 88
5.2.1. Programas Suplementares 88
5.2.1.1. Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) 89
5.2.1.2. Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) 91
5.2.1.3. Programa Nacional de Transporte Escolar (PNATE) e Caminho da Escola 93
5.2.1.4. Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) 94
5.3. Outros Programas 95
5.3.1. Proinfância 96
5.3.2. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (Pacto) 98
5.3.3. Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) 98
5.3.4. Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja) 99
5.3.5. Educação de Jovens e Adultos (EJA) 101
5.3.6. Programa Nacional de Educação do Campo (Pronacampo) 102
5.3.7. Programa Nacional dos Territórios Etnoeducacionais (PNTEE) 102
5.3.8. Programa de Apoio a Formação Superior e Licenciaturas Interculturais Indígenas (Prolind) 102
5.3.9. Brasil Alfabetizado 103
5.3.10. Programa Mulher e Ciência 104
5.3.11. Programa Nacional de Tecnologia Educacional (Proinfo) 105
5.3.12. Mais Educação 106
5.3.13. Parfor 107
5.3.14. Universidade Aberta do Brasil (UAB) 108
5.3.15. Programa Institucional de Bolsa de Iniciação a Docência (Pibid) 109
5.3.16. Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais 111
PARTE 4 – DESAFIOS A ENFRENTAR 112
1. Interface entre desafios – EPT e PNE 112
2. Desafios do Plano Nacional de Educação (PNE) 113
3. Outros desafios a enfrentar 116
Referências 120
Anexo 1 - Cronologia 123

Apresentação

No ano de 2000 164 países reunidos em Dakar assumiram o compromisso de perseguir seis metas de Educação para Todos até 2015. Tais metas são relacionadas ao cuidado e educação na primeira infância; educação primária universal; habilidades de jovens e adultos; alfabetização de adultos; paridade e igualdade de gênero; e qualidade da educação. Aproximando-se do prazo para alcance das metas, a UNESCO solicitou aos países que produzissem um relatório nacional apresentando o que se alcançou no período (resultados) e como se alcançou (estratégias), bem como os desafios apresentados para o período pós-2015.

O relatório do Brasil deve consistir em um balanço dos avanços obtidos ao longo dos últimos 15 anos em relação a cada uma das seis metas de Educação para Todos. A ideia é que esse documento nos permita avaliar o caminho seguido pelo País desde 2000, as políticas e os programas implementados e seus principais resultados. Tal relatório servirá de subsídio para a elaboração do relatório da América Latina, e os relatórios das diversas regiões do mundo contribuirão para uma avaliação da situação do conjunto de países participantes desse compromisso.

Tão importante quanto o documento a ser entregue à UNESCO é o processo de produção do mesmo. Mais que um relatório do governo, o documento deverá constituir um relatório do País. Desse modo, a participação da sociedade civil, por meio de suas diferentes organizações, associações, entidades e indivíduos, é fundamental.

O documento ora apresentado constitui uma versão preliminar da análise da situação do Brasil em relação às metas de Educação para Todos e hoje é submetido à consulta pública. As contribuições de pessoas físicas e jurídicas poderão ser enviadas por meio do site do Ministério da Educação (http://www.mec.gov.br) até 26 de junho. Com as críticas e sugestões da sociedade civil o documento será analisado, revisto e aprimorado, de modo que o resultado final retrate a perspectiva do Brasil sobre sua própria trajetória. O Ministério da Educação aguarda com expectativa esse diálogo com a sociedade sobre os avanços e desafios da educação brasileira.

José Henrique Paim Fernandes
Ministro de Estado da Educação

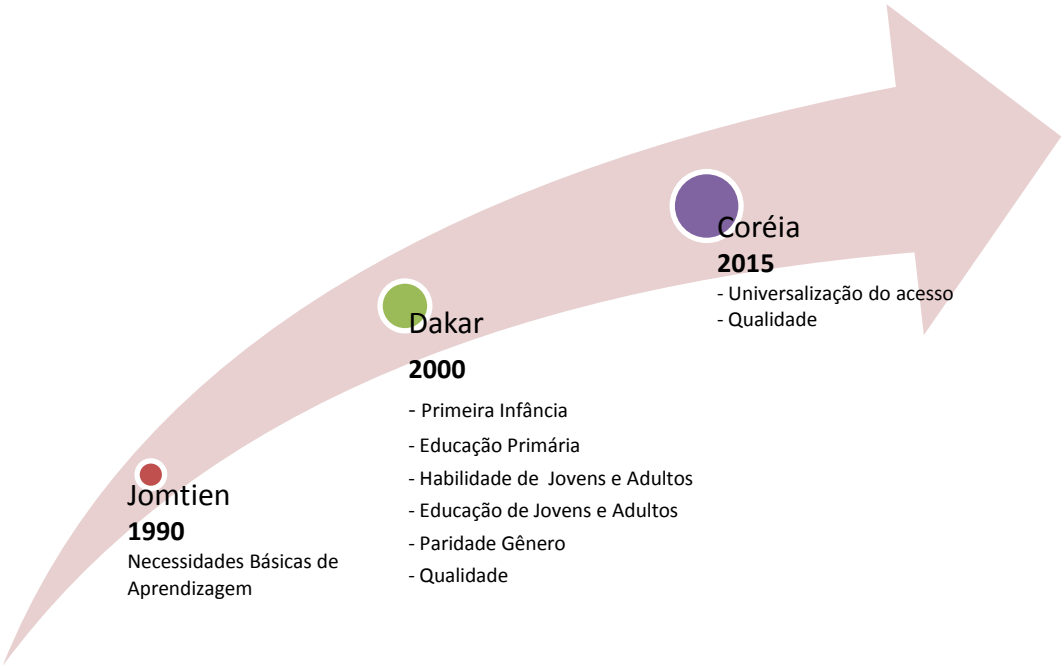
Brasília, 05 de junho de 2014

PARTE 1: INTRODUÇÃO

1. Educação para Todos (EPT): de Jomtien e Dakar ao presente

A Conferência Mundial de Educação para Todos (Jomtien, Tailândia), realizada em 1990, definiu um amplo conjunto de desafios que vêm sendo enfrentados de modos diversos pelos sistemas educacionais ao redor do mundo. Desde então, esforços coletivos significativos têm sido desenvolvidos no sentido de prover os meios para melhorar as condições de vida de crianças, jovens e adultos através da educação. Este chamamento global à ação foi renovado em 2000, na Cúpula Mundial de Educação (Dakar, Senegal) quando as metas estabelecidas anteriormente foram avaliadas e redimensionadas, considerando os desafios de um novo milênio. A próxima conferência, a se realizar na Coréia, em 2015, há de estabelecer novos compromissos para médio e longo prazo. Ao fazê-lo, irá incorporar os desafios firmados nas conferências anteriores, conforme a Figura 1 permite antecipar.

Figura 1 – Marcos globais acerca da Educação para Todos



Os 164 países presentes à reunião de Dakar se uniram no sentido de propor uma agenda comum de políticas de Educação para Todos (EPT) visando o fortalecimento da cidadania e a promoção de habilidades necessárias a um desenvolvimento humano pleno e sustentável. Acordou-se, então, 6 (seis) objetivos a serem perseguidos por todos os países signatários do Compromisso de Dakar até 2015, quais sejam:

a) Expandir e melhorar o **cuidado e a educação da criança pequena**, especialmente para as crianças mais vulneráveis e em maior desvantagem;
b) Assegurar que todas as crianças, com ênfase especial nas meninas e crianças em circunstâncias difíceis, tenham acesso à **educação primária**, obrigatória, gratuita e de boa qualidade até o ano 2015;

c) Assegurar que as necessidades de aprendizagem de todos os **jovens e adultos** sejam atendidas pelo acesso equitativo à aprendizagem apropriada, a **habilidades** para a vida e a programas de formação para a cidadania;
d) Alcançar uma melhoria de 50% nos níveis de **alfabetização de adultos** até 2015;
e) Eliminar **disparidade**s de gênero na educação primária e secundária até 2005 e alcançar a **igualdade de gênero** na educação até 2015, com enfoque na garantia ao acesso e o desempenho pleno e equitativo de meninas na educação básica de boa qualidade; e,
f) Melhorar todos os aspectos da **qualidade da educação** e assegurar excelência para todos, de forma a garantir a todos resultados reconhecidos e mensuráveis, especialmente na alfabetização, matemática e habilidades essenciais à vida.

Adotando as palavras-chave utilizadas no **Relatório de Monitoramento Global 2013/14** (UNESCO, 2014), os objetivos podem ser assim sintetizados:

Figura 2– Educação para Todos
Marco de Ação de Dakar – Objetivos



Fonte: Elaboração a partir dos objetivos de Educação para Todos

Ao assumir tais objetivos o Brasil passou a integrar o conjunto de países empenhados na conquista das metas de Educação para Todos pactuadas no Marco de Ação de Dakar com vistas a 2015. Tal engajamento resultou em importantes mudanças no perfil das políticas públicas desenvolvidas no período. A agenda brasileira pós-Dakar foi viabilizada a partir de um cenário mais amplo, que será detalhado adiante. Antes, porém, é oportuno apresentar uma breve síntese sobre a organização do sistema educacional brasileiro.

2. Organização da Educação Básica no Brasil

Segundo a Constituição Federal (CF) de 1988, a educação no Brasil é um direito de todos e dever do Estado e da família (Art. 205), sendo a oferta pública organizada através do "regime de colaboração" entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios (Art. 211) e o ensino livre à iniciativa privada (Art. 209). O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é um direito público subjetivo sendo o Poder Público responsabilizado pelo não oferecimento ou oferta irregular (Art. 208, VII, § 1º).

Conforme a legislação brasileira, a educação escolar possui dois níveis de ensino: a Educação Básica, compreendendo a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio; e, a Educação Superior, como o Quadro 1 permite visualizar.

Quadro 1 – Estrutura do Sistema Educacional Brasileiro – Lei nº 9394/96

Níveis	Etapas		Duração	Faixa etária
Educação Superior	Ensino Superior		Variável	Acima de 18 anos
Educação Básica	Ensino Médio		3 anos	15 – 17 anos
	Ensino Fundamental		9 anos	6 – 14 anos
	Educação Infantil	Pré-escola	2 anos	4 – 5 anos
		Creche	3 anos	0 – 3 anos

Fonte: Elaboração a partir da LDB/1996

Os níveis e etapas da educação podem ser permeados por modalidades de ensino, ou seja, formas de educação que se fazem presentes na oferta escolar a depender de demandas e necessidades específicas. Estas são a: Educação Especial, Educação Profissional, Educação a Distancia (EaD), Educação de Jovens e Adultos (EJA)) e Educação Escolar Indígena. Além delas, vale mencionar a Educação do Campo e a Educação Quilombola. O Quadro 2 mostra a articulação entre as etapas da educação e as modalidades. É importante ressaltar que a Constituição Federal assegura direitos políticos, culturais, educacionais e linguísticos aos Povos Indígenas, regulamentados na Lei nº 9.394/96 e nas normatizações do Conselho Nacional de Educação.

Quadro 2 – Modalidades de Ensino– Lei nº 9394/96

<table>
<tr><th>Níveis</th><th colspan="2">Etapas</th><th>Modalidades</th></tr>
<tr><td>Educação Superior</td><td colspan="2">Ensino Superior</td><td rowspan="4">EaD
EJA
Educação Profissional
Educação Escolar Indígena
Educação Especial
Educação do Campo
Educação Quilombola</td></tr>
<tr><td rowspan="3">Educação Básica</td><td colspan="2">Ensino Médio</td></tr>
<tr><td colspan="2">Ensino Fundamental</td></tr>
<tr><td rowspan="2">Educação Infantil</td><td>Pré-escola</td><td rowspan="2"></td></tr>
<tr><td>Creche</td></tr>
</table>

Fonte: Elaboração a partir da LDB/1996

A grande maioria de crianças, jovens e adultos matriculadas na Educação Básica frequenta a escola pública, situação distinta da Educação Superior. A Tabela 1 mostra esta distribuição para o ano 2013.

Tabela 1 – Distribuição da matrícula por nível de ensino e participação da rede pública Brasil – 2012 e 2013

Nível - Etapa/Modalidade de Ensino	Matrícula Total	Rede Pública	% Rede Pública
Creche	2.730.119	1.730.870	63,4
Pré-Escola	4.860.481	3.643.231	75,0
Ensino Fundamental	29.069.281	24.694.440	85,0
Ensino Médio	8.312.815	7.247.776	87,2
Educação Especial	843.342	664.466	78,8
EJA	3.772.670	3.623.912	96,1
Ensino Superior*	7.037.688	1.897.376	27,0

Fonte: INEP/MEC, Censo Escolar 2013

* Dados do Censo do Ensino Superior 2012

Na Educação Básica, há uma distribuição de incumbências entre os entes federados. Os Municípios são responsáveis pela oferta de Educação Infantil (0 – 5 anos) e de Ensino Fundamental (6 – 14 anos), tarefa compartilhada com os Estados, responsáveis pela oferta de Ensino Médio (15 – 17 anos). Em ambos os casos, a União exerce função supletiva e redistributiva. Isto significa dizer que na ocorrência de desigualdades territoriais, entre unidades federadas, redes e escolas, a União exerce papel complementar na promoção da equidade de forma a garantir equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade do ensino, mediante assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios. Assim, a União é responsável por formular as normas, redistribuir verbas e quanto a função supletiva leia o (art. 211, §1º): "A função supletiva da União, exercida mediante assistência técnica e financeira (art. 211, §1º) faz-se em matéria educacional – para todos os níveis".

No contexto das mudanças que ocorreram no País na última década, alguns marcos legais significativos merece registro. Em primeiro lugar, o fortalecimento do financiamento da Educação Básica, através da criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb (Emenda Constitucional nº 53/06 e Lei nº 11.494/07), que contribuiu para aumentar significativamente o volume de recursos para esta etapa da escolaridade. Outra mudança importante foi a ampliação da escolaridade obrigatória de 7 a 14 anos para 4 a 17 anos (Emenda Constitucional nº 59/2009), a ser implantada gradativamente até 2016. Para melhor compreender as políticas educacionais brasileiras, faz-se necessário conhecer alguns elementos do cenário onde foram concebidas, implementadas e desenvolvidas.

3. Contextualizando as mudanças

O processo de transição democrática vivido pelo Brasil nos anos 80 (oitenta) do século XX teve marcos significativos, dentre eles a aprovação de uma nova Constituição Federal (CF), em 1988, conhecida como "Constituição Cidadã". Definindo a educação como um direito social

(Art. 6º), a Carta Magna traz dispositivos inovadores, distribuídos em vários artigos sobre a matéria (Art. 205 a 214). O contexto educacional apresentava, então, diferenças sensíveis do atual. Dados de 1989 indicavam que a população na faixa de escolaridade obrigatória (7 a 14 anos) na escola atingia 82,2%, enquanto que o atendimento à população de 0 a 6 anos era de 15,3% e o da população de 15 a 19 no ensino médio era de 16,5%. A taxa de analfabetismo da população de 15 anos e mais, por sua vez, estava em 18,8% (1989).

Traduzindo as expectativas geradas pela Conferência Mundial de Educação para Todos, o Brasil mobilizou-se pelo tema, tendo aprovado um Compromisso Nacional de Educação para Todos (mai./1993) e um Plano Nacional de Educação para Todos (1993). Realizou ainda a Conferência Nacional de Educação para Todos (1994), com grande repercussão e intensa participação de educadores de todo o País. Em 1996 dois importantes dispositivos legais foram aprovados. O primeiro deles foi a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei nº 9.394/96), que consolidou um novo arcabouço de orientações para níveis, etapas e modalidades de educação escolar. O segundo foi o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – Fundef (Lei nº 9.424/96). Ao estabelecer mecanismos compulsórios para o financiamento da educação nesta etapa da Educação Básica, este fundo abriu caminho para importantes mudanças que ocorreriam no País a partir de 1995.

Em 2000, no esteio da preparação para a Cúpula Mundial de Educação, em Dakar, dois documentos registram a trajetória percorrida pelo País – **Educação para Todos**: avaliação da década (BRASIL. MEC.INEP, 2000) e **EFA 2000 Educação para Todos:** avaliação do ano 2000, informe nacional Brasil (Brasil. MEC. INEP. 2000b).

Algumas conquistas obtidas na Educação Básica na década iniciada com a Conferência de Jomtien são evidentes: o atendimento escolar por faixa etária ampliou-se consideravelmente atingindo 41,2% entre 4 e 6 anos, 95,8% de 7 a 14 anos e 81,1% de 15 a 17 anos. Em relação à população de 15 anos e mais, a taxa de analfabetismo chegou a 14,7%, em 1996. Ao lado de tais medidas, outros importantes passos foram dados no sentido de promover a qualidade da educação: o estabelecimento de Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN);a criação de um Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) de âmbito nacional; a melhoria da formação docente, dentre outras.

Esses primeiros avanços refletem o esforço realizado pelo País para expandir o acesso e promover a qualidade, na expectativa de responder aos compromissos estabelecidos na Conferência Mundial de Educação para Todos (1990). Com o estabelecimento dos 6 (seis) objetivos definidos no Marco de Ação de Dakar nos anos subsequentes à Cúpula Mundial de Educação (2000), tais conquistas foram fortalecidas e se tornaram mais expressivas.

Em 2003, sob os auspícios de um novo governo, o Brasil pactuou com a sociedade o compromisso de ampliar o atendimento a segmentos da população excluídos do acesso a bens sociais e de consumo. No âmbito de um programa nacional de combate à fome (Programa Fome Zero) foram criadas iniciativas de transferência direta de renda às camadas da população abaixo da linha mínima de pobreza. Importante medida nesse sentido foi o Programa Bolsa Família (PBF) que adotou como uma de suas condicionalidades a frequência à escola de crianças das famílias beneficiadas.

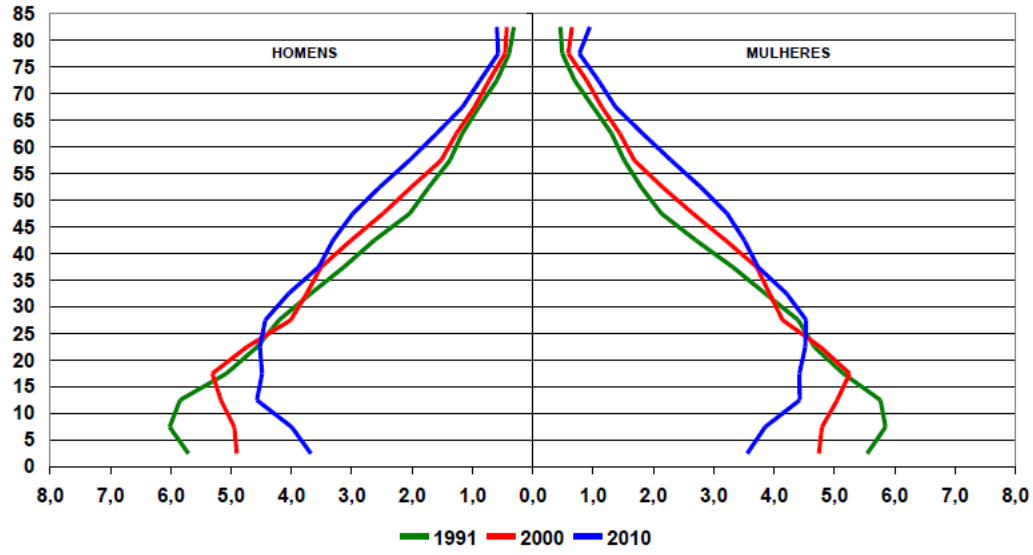
Para a educação, a perspectiva de incorporar os excluídos e de valorizar a sociodiversidade constituinte da sociedade brasileira traduziu-se em um esforço em várias

direções, desde a concepção de políticas de ação afirmativas para o ensino superior, até então praticamente inexistentes, à adoção de medidas específicas para grupos étnicos-raciais e povos indígenas. Do ponto de vista institucional, foi criada uma secretaria específica responsável pelas políticas direcionadas às populações excluídas no âmbito do Ministério da Educação – a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI). No plano legal, foram concebidos instrumentos como a lei que incluiu no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira" (Lei nº 10.639/2003) e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (Resolução CNE/CP nº 1, de 17 de junho de 2004). Com relação à valorização da multietnicidade e do plurilinguismo relativos aos Povos Indígenas, foi concebida a Lei n° 11.645/2008 que tornou obrigatória a inserção nos currículos das escolas brasileiras a temática das Culturas e das Histórias dos Povos Indígenas.

O esforço realizado pelo País traduziu-se em um significativo aumento dos recursos financeiros destinados à educação, expresso em dois mecanismos mutuamente articulados – o estabelecimento de custo-aluno mínimo por estudante e a criação de fundos específicos de destinação de recursos, estratégia iniciada em meados dos anos 90 (noventa) do século XX que veio a ser fortalecida e ampliada na primeira década de 2000.

Ao lado do incremento na destinação de recursos para a educação é oportuno lembrar que significativas mudanças demográficas ocorreram no período posterior à Conferência de Jomtien, com queda na taxa de crescimento da população, sobretudo na faixa de atendimento escolar, como o Gráfico 1 permite perceber.

Gráfico 1: Composição da população residente total, por sexo e grupos de idade Brasil 1991 - 2010 (em milhões)



Fonte: http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/000000084731041220123157274 8-3985.pdf

A imagem de uma pirâmide populacional, característica da distribuição demográfica brasileira até a década de 1990, gradativamente vai cedendo lugar a uma figura que mais se aproxima ao formato de um cogumelo. Com a taxa de crescimento em queda desde o período

Intercensitário 1950/1960 (2,99), o País chega ao período 2000/2010 com uma taxa de 1,17, esta, por sua vez, ainda abaixo da década anterior (1991/2000), quando atingiu 1,64.

Considerando a população de 0 a 19 anos, potencialmente aquela que demanda o atendimento da educação básica, observa-se a partir dos dados dos últimos censos populacionais (2000 e 2010), que ela decresceu 7,7%, passando de 68.205.937 para 62.923.165 habitantes, enquanto a população na faixa etária de 20 a 24 anos, cresce 6,8% indo de 16.141.515 para 17.245.190 habitantes (IBGE, 2013)[1]. Essa nova composição traz desafios distintos do passado, os quais as políticas públicas precisam assimilar e enfrentar.

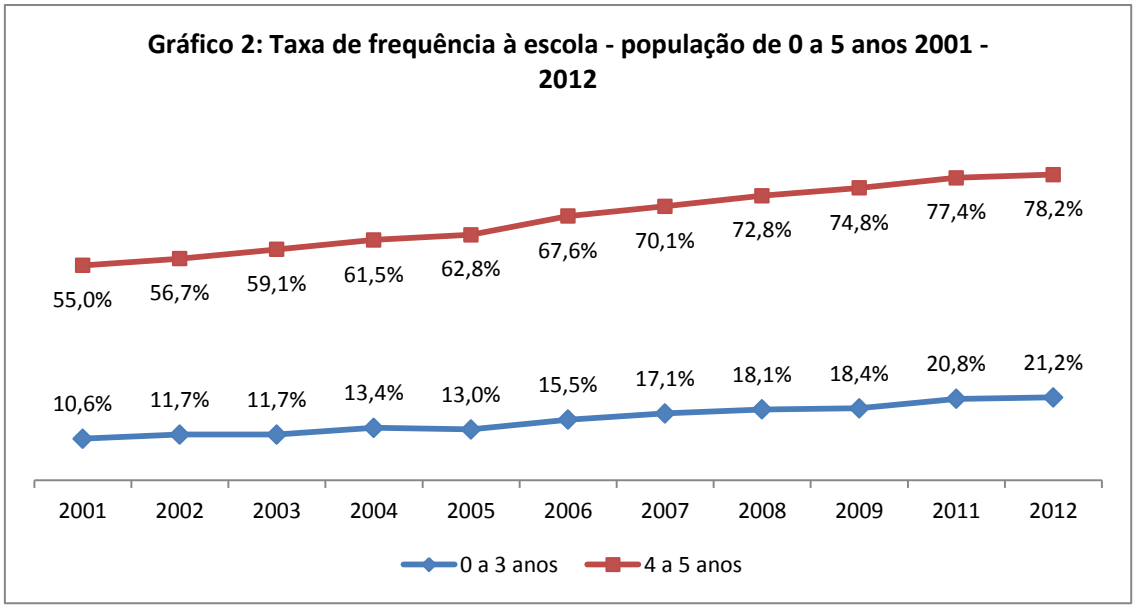
No campo da educação e, de modo específico, da Educação Básica, a redução da população na faixa escolar significou mais recursos para o atendimento de crianças, jovens e adultos. O impacto dessa redução de matriculas e o aumento do valor aluno ano, todavia, ainda não são plenamente perceptíveis na ponta dos sistemas, ou seja, nas próprias unidades escolares. Já no que diz respeito ao ensino superior, o desafio é de outra ordem. O crescimento da população nesta faixa etária demanda uma ampliação da oferta incompatível com a capacidade de atendimento do setor público.

Feitas essas considerações iniciais sobre as mudanças demográficas que estão alterando o perfil da demanda por educação, é oportuno apontar alguns dos avanços obtidos pelo Brasil em relação aos objetivos estabelecidos para Educação para Todos, em 2000. Uma breve introdução aos números mostra o tratamento dispensado pelo País às metas definidas em Dakar.

O atendimento à primeira infância no Brasil é feito por três áreas complementares: Saúde, Educação e Assistência Social. Embora este Informe focalize de modo específico a Educação, cabe observar que um dos critérios para avaliar se os **Cuidados à Primeira Infância** estão sendo conduzidos a contento é a Taxa de Mortalidade Infantil. Os indicadores a esse respeito são positivos – o último Censo (IBGE2010) evidencia uma taxa de redução da mortalidade infantil de 29,7 (por mil), em 2000, para 15,6 em 2010.

A **Educação da Primeira Infância** corresponde à Educação Infantil (0 a 5 anos). Nesta etapa da Educação Básica a taxa de frequência à escola/creche cresceu de 55,0% (2001) para 78,2% (2012) na população de 4 a 5 anos e de 10,6% (2001) para 21,2% (2012) na população de 0 a 3 anos, como se observa no Gráfico 2.

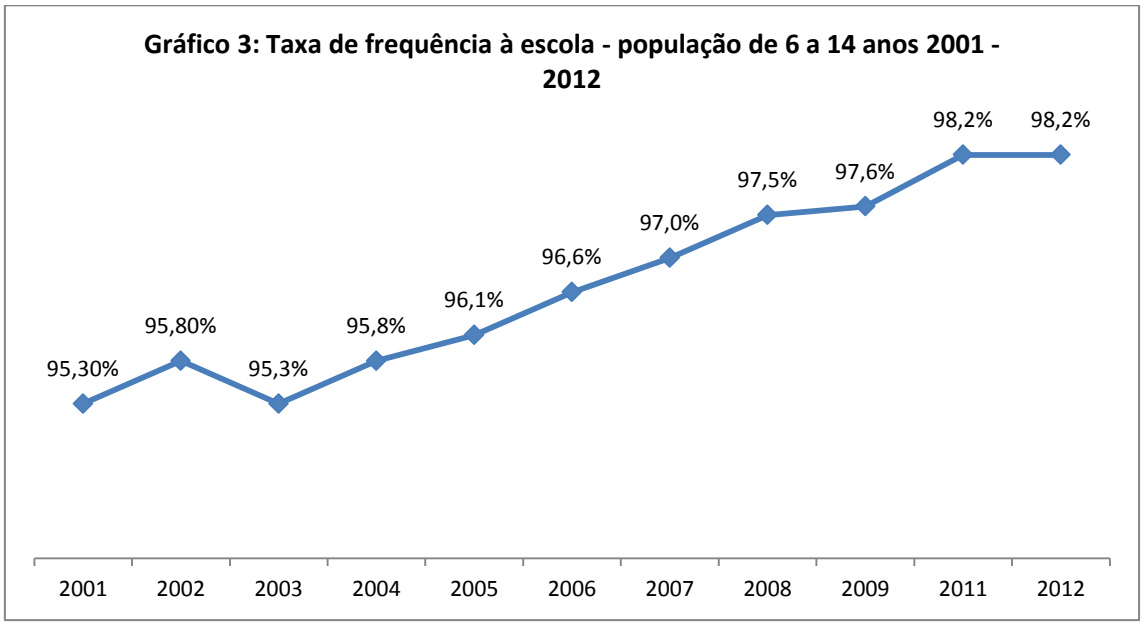
[1] http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=12&uf=00



Fonte: Elaborado pelo INEP com dados do IBGE/PNAD.

Considerando a população de 0 a 5 anos apontada nos censos do IBGE nos anos 2000 e 2010, observa-se que o atendimento escolar cresceu de 27,1% para 43,5%, fato articulado ao esforço empreendido pela política educacional associado ao decréscimo da população nesta faixa etária, que diminui em 14,7%, ou seja, mais de 2,5 milhões de crianças no período.

Na **Educação Primária Universal**, correspondente ao Ensino Fundamental (6 a 14 anos) a taxa de frequência passou de 95,3% (2001) para 98,2% (2012), como mostra o Gráfico 3.



Fonte: Elaborado pelo INEP com dados do IBGE/PNAD.

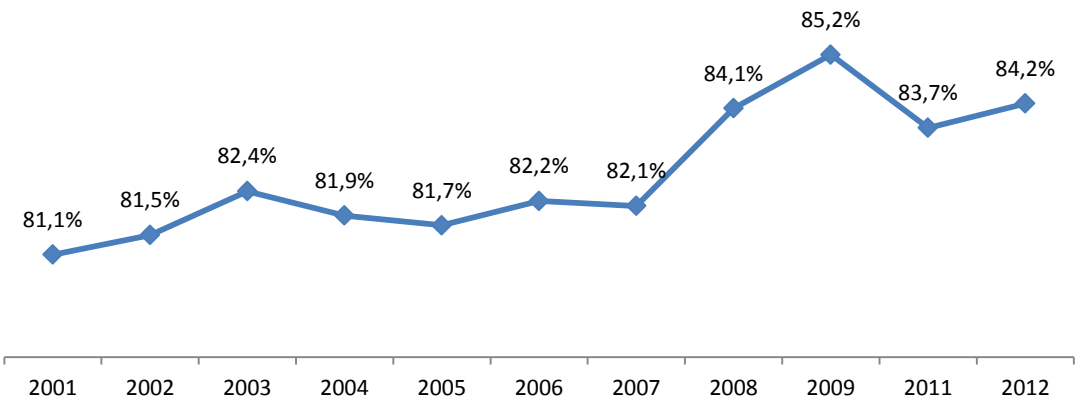
Durante o período da vigência do Marco de Ação de Dakar, uma importante conquista para esta etapa da Educação Básica foi a ampliação do ensino fundamental de 8 para 9 anos de duração (Lei nº 11.274/96). Essa etapa de ensino enfrentou dois grandes desafios, que iniciados nos anos 90, tiveram sua culminância no fim da primeira década deste milênio. O

primeiro deles se referiu à universalização da oferta, chegando no ano 2000 a registrar uma matrícula 16,8% maior que a população nessa faixa etária (35.717.948 alunos x 30.518.929 habitantes). A demanda por infraestrutura e recursos humanos num curto espaço de tempo exigiu grande capacidade de gestão do poder público e focalização de iniciativas.

Ao procurar universalizar o acesso à educação primária, emerge o segundo desafio representado pela significativa distorção idade/série observada. Políticas específicas para diminuir a distorção foram implementadas, registrando uma redução de 35,3%em 2001 para 23,6% em 2010. Nesse período a população nessa faixa etária diminui em 4,7% (1.439.688 habitantes) e as matrículas apresentam uma queda de 3,5 maior, o que evidencia a redução do problema da distorção e o crescimento da taxa de escolarização líquida.

No que se refere às **Habilidades de Jovens e Adultos**, considerando-se a população de 15 a 17 anos, a taxa de frequência à escola manteve-se estável com ligeira melhoria do atendimento de 81,1% (2001) para 84,2% (2012), como se pode visualizar no Gráfico 4.

Gráfico 4: Taxa de frequência à escola - população de 15 a 17 anos 2001 - 2012



Fonte: Elaborado pelo INEP com dados do IBGE/PNAD.

Considerando a população desta faixa etária nos censos do IBGE nos anos 2000 e 2010, observa-se que houve uma redução de 5,3% no número absoluto e que o percentual de jovens fora da escola também foi reduzido de 18,9% para 16,3% no período. Aqui é oportuno registrar que o atendimento à população de 15 a 17 anos no ensino médio teve incremento significativo, passando de 36,9% (2001) para 51,6% (2011). Um dos grandes desafios enfrentados nesta etapa de ensino foi representado pela diminuição da taxa de distorção idade/série que caiu de 48,8% em 2000 para 44,9% em 2010.

No que tange aos indicadores de rendimento, há que se observar o comportamento das taxas de aprovação, reprovação e abandono no ensino fundamental e ensino médio, como mostra a Tabela 2.

Tabela 2 – Taxas de rendimento ensino fundamental e médio 2000 - 2010

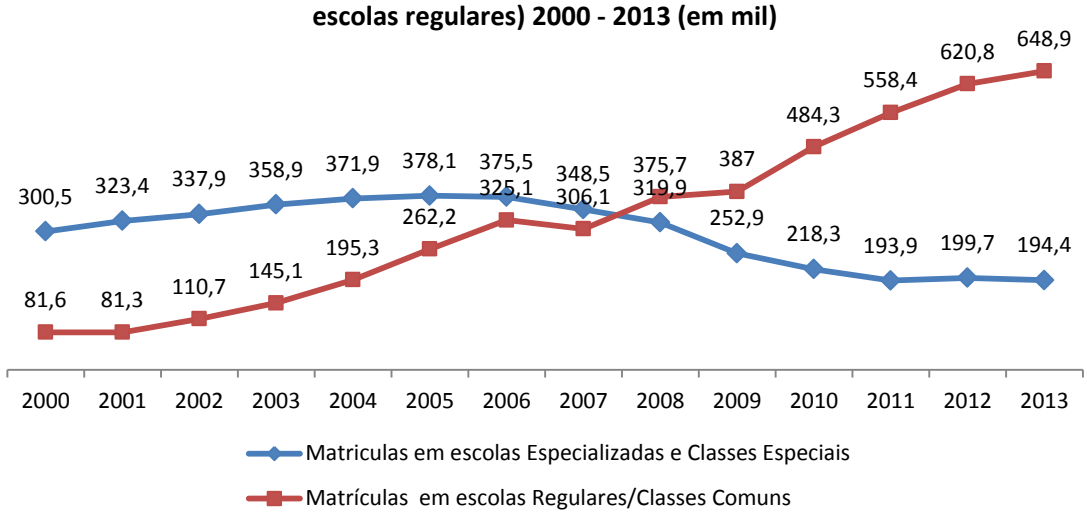
Taxas de rendimento	Aprovação		Reprovação		Abandono	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010
Ensino Fundamental	83,1	86,6	10,7	10,3	12	3,1
Ensino Médio	74,4	77,2	7,5	12,5	18,1	10,3

Fonte: INEP/MEC, Censo Escolar.

O maior destaque das políticas públicas implementadas neste período está na redução das taxas de abandono das duas etapas da educação básica. Registra-se uma diminuição de 74,2% na taxa de abandono do ensino fundamental, enquanto no ensino médio essa mesma taxa diminui 43,1%.

Outro aspecto que merece destaque é a **politica de inclusão** implementada especialmente a partir da assinatura pelo País da Declaração de Salamanca (1994), que muda o paradigma de atendimento dos portadores de necessidades educacionais especiais e consolida a política de educação inclusiva. O Gráfico 5 mostra o comportamento das matrículas em Educação Especial no período 2000 – 2013 e revela um crescimento do atendimento dos alunos em escolas regulares e classes comuns de 695,2%, enquanto o atendimento de escolas e classes especializadas decresceu 35,3% no mesmo período.

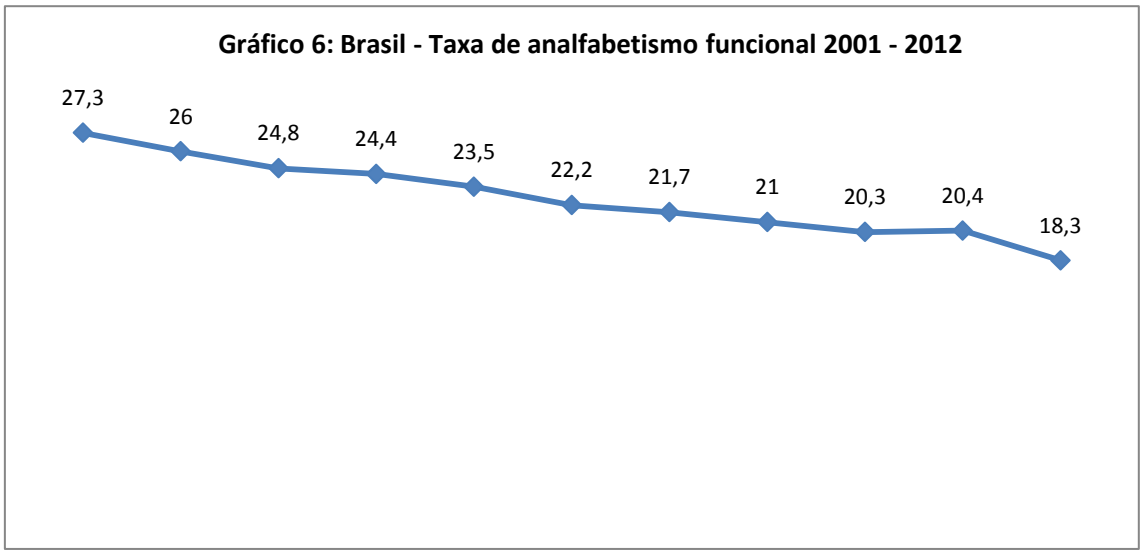
Gráfico 5: Matrículas em Educação Especial (escolas e classes especiais e escolas regulares) 2000 - 2013 (em mil)



Fonte: MEC/Inep

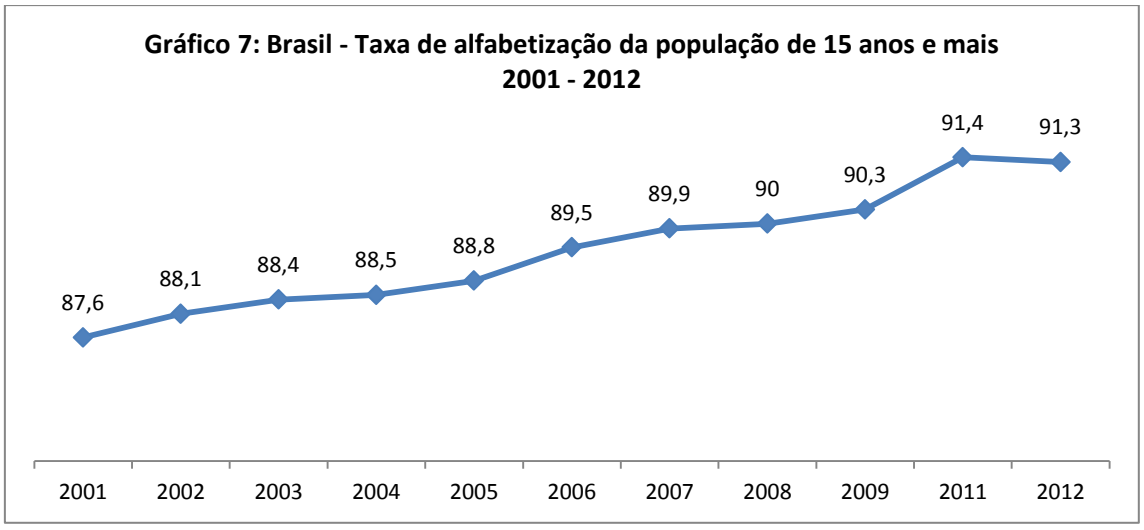
A taxa de **Alfabetização de Jovens e Adultos** (população de 15 anos e mais) passou de 86,7% (1999) para 91,3% (2012). A taxa de analfabetismo funcional[2] nesta mesma faixa etária decresceu de 27,3% (2001) para 18,3% (2012), o que representa um queda de 33,0% no período, como mostra o Gráfico 6.

[2] Para calcular o analfabetismo funcional, o IBGE utiliza o número de pessoas maiores de quinze anos de idade e com menos de quatro anos de estudo. Segundo a definição da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (*United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization* - Unesco), funcionalmente alfabetizada é a pessoa que pode participar de todas as atividades em que a alfabetização é necessária para o funcionamento efetivo do seu grupo e comunidade e também para lhe permitir continuar a utilizar a leitura, a escrita e o cálculo para seu próprio desenvolvimento e da comunidade.



Fonte: http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?no=4&op=0&vcodigo=PD384&t=taxa-analfabetismo-funcional

Outro grande esforço empreendido pelo País diz respeito à taxa de alfabetização da população de 15 anos e mais mostrada no Gráfico 7. Esse resultado é decorrente de ações interligadas focalizando públicos distintos, caso das políticas de alfabetização de adultos (Alfabetização Solidária, Brasil Alfabetizado e outras iniciativas em parceria com a sociedade civil) e de mudanças ocorridas nos processos de ensino e aprendizagem nas séries iniciais do ensino fundamental, com a criação do ciclo de alfabetização, visando diminuir a reprovação nos três primeiros anos desta etapa de ensino.

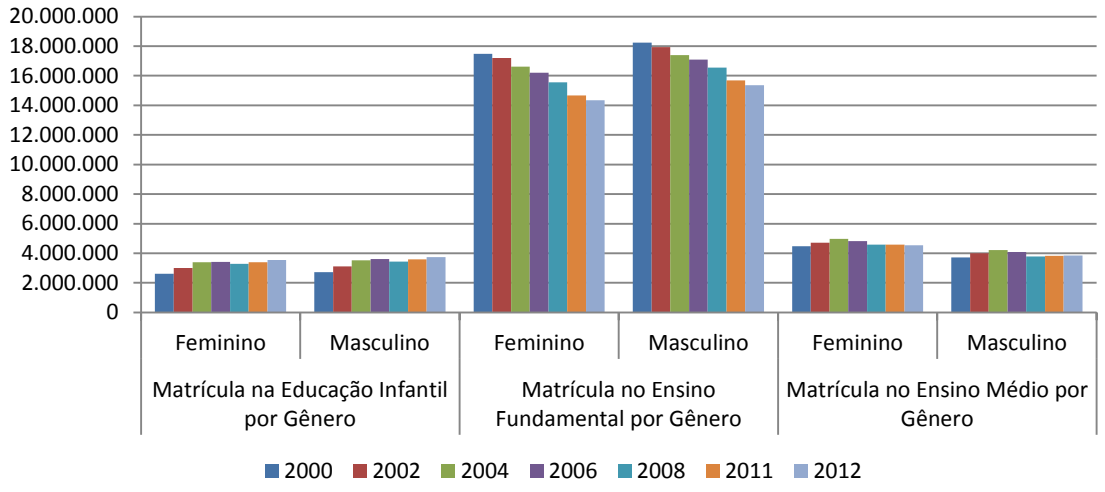


Fonte: Microdados da Pnad (IBGE)

Em termos de **Paridade e Igualdade de Gênero**, a educação escolar aponta para uma participação semelhante de meninos e meninas na composição das matrículas, considerando a participação da população por gênero na respectiva faixa etária (segundo o Censo 2010, o percentual de homens e mulheres na faixa etária de 0 – 4 anos é 3,7% e 3,6%; 5 – 9 anos, 4,0% e 3,9%; 10 – 14 anos, 4,6% e 4,4% e 15 – 19 anos, 4,5% e 4,4%, respectivamente), tendência que já estava em curso antes mesmo da Cúpula de Dakar. O Gráfico 8 mostra o

comportamento das matrículas por etapa de ensino e gênero para o período 2000 – 2012. Na educação infantil e no ensino fundamental, as diferenças nos percentuais de matrículas por gênero é da ordem de 5% ao longo do período, enquanto no ensino médio, essa relação chega à ordem de 18% a mais para o gênero feminino.

Gráfico 8: Brasil - Matrículas por etapa e gênero 2000 - 2012



Fonte: INEP/MEC, Censo Escolar

No contexto mais amplo das mudanças nas políticas brasileiras, merecem destaque aquelas relativas à **Qualidade da Educação**, anunciadas desde a Constituição de 1988, referendadas pela LDB e todo um arcabouço legal que institucionaliza um ciclo de reformas sem precedentes na história educacional do País. Objeto de gradativo aprimoramento e ampliação, o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) abriu caminho para introduzir uma cultura de avaliação de larga escala, seguindo o exemplo dos países vinculados à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). O monitoramento de resultados permitiu que fossem instituídos alguns mecanismos de avaliação do desempenho escolar. Ao criar um Índice de Desenvolvimento da Educação (IDEB), em 2007, o Brasil passa a poder estabelecer metas, avaliar e comparar resultados. Tudo isso gerou forte impacto sobre os indicadores de resultados.

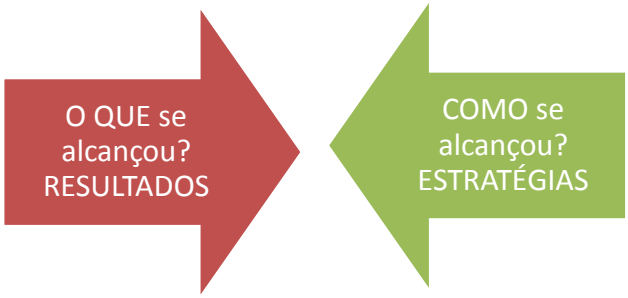
Há, por certo, outros fatores associados à **Qualidade da Educação**, os quais serão analisados no detalhamento dos resultados. As informações apresentadas até aqui, entretanto, oferecem um quadro preliminar de referência para compreender as mudanças que têm ocorrido na educação brasileira nos últimos quinze anos. A partir delas pode-se afirmar que as políticas educacionais brasileiras desenvolvidas nesse período tiveram inquestionáveis avanços e estão em sintonia com os objetivos de Educação para Todos estabelecidos em 2000. Os desafios, todavia, são muitos. O País está ciente de que é preciso avançar para alcançar de modo pleno essas e outras metas relacionadas ao direito à educação, firmado na Constituição de 1988.

Os avanços obtidos no campo da inclusão escolar das pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação são importantes e devem ser referidos.

4. Educação para Todos no Brasil: resultados e estratégias

A análise dos **resultado**s alcançados pelo Brasil em relação aos objetivos de Educação para Todos se articula de modo estreito às **estratégias** adotadas para fazer face aos desafios que o País tinha pela frente em 2000. A Figura 3 ilustra tal aproximação.

Figura 3 – Educação para Todos
Resultados e Estratégias: um processo inseparável



Para melhor compreender as dimensões do processo de desenvolvimento da educação visando atingir os objetivos de Educação para Todos, a análise de resultados e estratégias será feita em partes separadas. Esta, porém, é uma diferenciação metodológica que permite melhor entender resultados e estratégias. A Parte 2 tratará dos resultados obtidos em maior detalhe.

PARTE 2: RESULTADOS - O QUE SE ALCANÇOU?

1. Cuidados e educação na primeira infância

A expansão e melhoria do **cuidado e da educação da criança pequena**, especialmente daquelas mais vulneráveis e em maior desvantagem, requer uma visão integral da criança nessa fase da vida. Demanda ainda uma compreensão do significado da primeira infância para o desenvolvimento humano, assim como a formulação de políticas de equidade orientadas para a superação das desigualdades nesta delicada fase da infância.

O exame dos dados sobre a população extremamente pobre[3], por faixa etária, é revelador da vulnerabilidade das crianças de tenra idade.

Tabela 3: População extremamente pobre, por faixa etária - Brasil (2000 e 2010)

Ano	Faixa etária											
	0 a 6 anos		7 a 17 anos		18 a 29 anos		30 a 64 anos		65 ou mais anos		Total	
	N°	(%)	N°	(%)	N°	(%)	N°	(%)	N°	(%)	N°	(%)
2000	5.382.283	23,49	7.625.597	20,29	4.315.954	11,81	6.602.828	10,82	282.929	2,89	24.209.583	14,42
2010	2.866.191	14,64	4.776.192	13,07	3.602.943	8,89	6.083.716	7,71	384.366	2,76	17.713.408	9,35

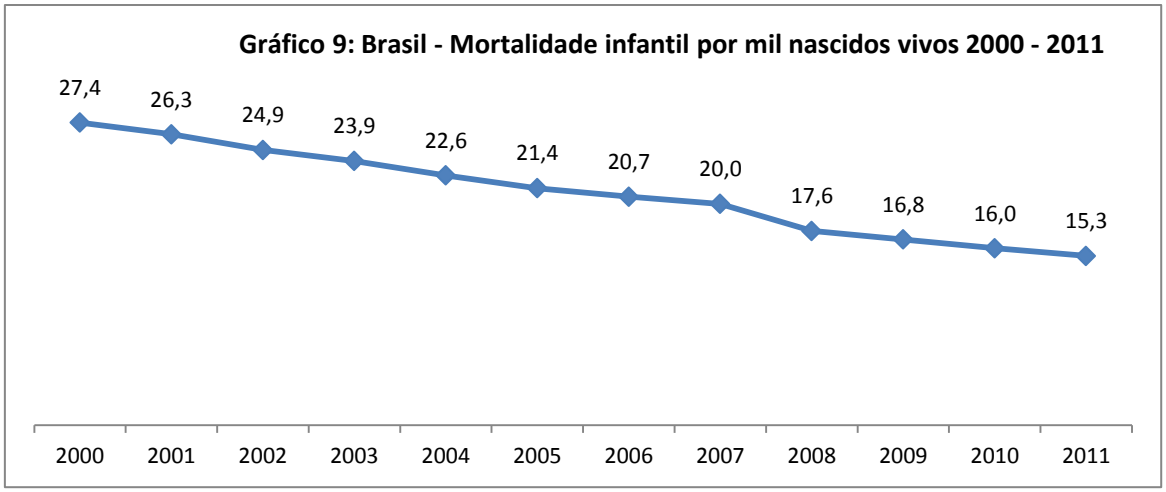
Fonte: Ipea, 2013

A Tabela 3 permite constatar que em todas as faixas etárias o percentual da população extremamente pobre teve redução significativa, passando de 14,42% para 9,35% entre 2000 e 2010. O indicador é positivo entre as crianças de 0 a 6 anos, em cuja faixa etária este percentual sofreu uma redução de 23,49% para 14,64%. Entretanto, é nesta população mais vulnerável que se encontra o maior percentual de pessoas em situação de risco. Essas crianças pequenas, portanto, são as que mais precisam de cuidados e educação.

Os cuidados com a criança pequena começam desde o ventre materno e implicam atenção especial às mães durante a gravidez mediante ações de saúde e assistência pré-natal. Indicador importante da melhoria dos cuidados é a taxa de mortalidade infantil[4] cuja tendência de decréscimo no Brasil tem se mantido no período pós-Dakar, passando de 27,4 em 2000, para 15,3 em 2011, correspondente a uma redução de 44,1% no período, como mostra o Gráfico 9 a seguir.

[3] Segundo o IBGE (2012), a população extremamente pobre é aquela com renda per capita até 70 reais, considerando o valor referido a 1º de agosto de 2010. (Fonte: ESTUDO TÉCNICO N.º 23/2012).

[4] Segundo o IBGE, a taxa de mortalidade infantil é definida como a frequência com que ocorrem os óbitos infantis (menores de um ano) em uma população, em relação ao número de nascidos vivos em determinado ano civil. Se expressa para cada mil crianças nascidas vivas. (http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/conceitos.shtm).



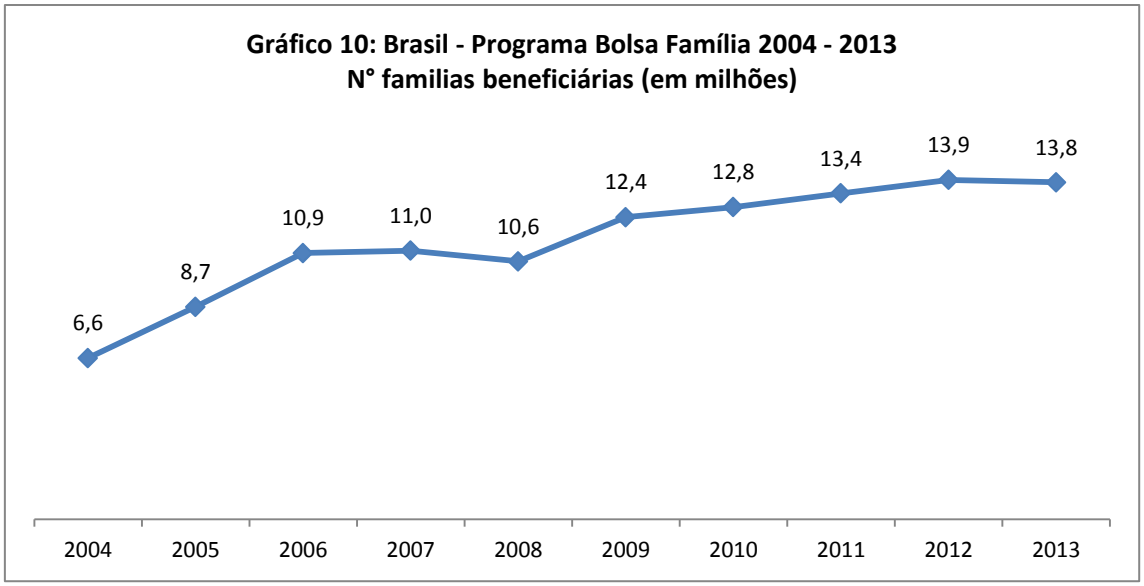
Fontes: http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?no=13&op=0&vcodigo=MS54&t=taxa-mortalidade-infantil e http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/idb2012/matriz.htm

Em relação aos cuidados com a primeira infância, por certo, as iniciativas de transferência direta de renda, adotadas pelo País exerceram papel importante e estratégico contribuindo não apenas para a redução da mortalidade infantil, conforme visto no Gráfico 8, como também para a melhoria da nutrição da criança pequena.

O Programa Bolsa Família (PBF), do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), presta atendimento específico a gestantes e bebês de famílias cuja renda é situada abaixo da linha mínima de pobreza, mediante transferência de benefícios de proteção às mulheres grávidas ("Benefício Variável à Gestante") e nutrição de bebês de zero a seis meses ("Benefício Variável Nutriz").

Merece destaque também o Benefício de Prestação continuada da Assistência Social (BPC) instituído pela Constituição Federal de 1988, que integra a Proteção Social Básica no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Para ter acesso a ele não é necessário ter contribuído com a Previdência Social, sendo um benefício individual, não vitalício e intransferível. Ele assegura a transferência mensal de 1 (um) salário mínimo ao idoso, com 65 (sessenta e cinco) anos ou mais, e à pessoa com deficiência, de qualquer idade, com impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. Em ambos os casos, devem comprovar não possuir meios de garantir o próprio sustento, nem tê-lo provido por sua família. A renda mensal familiar *per capita* deve ser inferior a ¼ (um quarto) do salário mínimo vigente.

Desde que foi criado em 2004, o PBF tem aumentado o número de famílias beneficiadas, como mostra o Gráfico 10, apresentando um crescimento de 109,1% nesses 10 anos, além das iniciativas de transferência direta de renda, outras políticas e programas específicos são direcionados para esta finalidade. Em sua maioria estão sob a responsabilidade do Sistema Único de Saúde (SUS) onde, sob a coordenação do Ministério da Saúde (MS), as unidades federativas desenvolvem iniciativas de atendimento a gestantes, aleitamento materno e saúde da criança.



Fonte: IPEA, 2013

Para além do cuidado e reconhecendo o lugar da educação no desenvolvimento da criança pequena, o Brasil tem perseguido a expansão do acesso e a melhoria do atendimento na Educação Infantil. A institucionalização e ampliação do direito à educação da primeira infância foram conquistas asseguradas na Constituição Federal de 1988 e que, ao longo da última década, vieram a ser ampliadas por alterações no texto da Carta Magna e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

Em conformidade com a Constituição de 1988 e com a LDB de 1996, até 2006, a chamada Educação Infantil compreendia o atendimento a crianças de 0 a 6 anos e se configurava como dever do Estado (CF. Art. 208. IV). O Ensino Fundamental, por sua vez correspondia à faixa de atendimento de 7 a 14 anos. Com a ampliação da duração desta etapa de 8 para 9 anos (Lei nº 11.274/06) as crianças de 6 anos passaram a ser beneficiárias do direito ao ensino obrigatório[5]. Três anos depois, o País elegeu para si um desafio sem precedentes, ao aprovar a ampliação da faixa de escolaridade obrigatória de 6 a 14 anos para 4 a 17 anos (EC nº 59/2009).

Nesse contexto, a pré-escola (4 a 5 anos) passa a se configurar não mais como simples dever e, sim, como obrigatoriedade do Estado. O ano de 2016 foi estabelecido como limite para o cumprimento do referido dispositivo legal. Este novo e complexo desafio, por certo, implica aumento da taxa de frequência à escola e das matrículas da população de 0 a 5 anos. Os dados a seguir mostram o esforço feito no período 2000 – 2012.

É importante destacar que, com relação aos Povos Indígenas, e em consideração aos dispositivos constitucionais, a Educação Infantil é uma opção de cada comunidade indígena, em conformidade com a Resolução nº 05/Conselho Nacional de Educação, Câmara de Educação Básica.

[5] A idade foi alterada em decorrência da Lei Nº 11.274 de fevereiro de 2006, sancionada pelo Presidente da República, que tornou obrigatório o Ensino Fundamental de nove anos, incluindo a criança com seis anos.

1.1. Taxa de Frequência e matrículas

A taxa de frequência escolar no intervalo compreendido entre 2001 e 2012 pode ser acompanhado no Gráfico 2, apresentado na Parte 1. A tendência geral de crescimento observada na oferta de Educação Infantil apresenta diferenças entre as duas faixas etárias consideradas. Em relação ao contingente de crianças de 0 a 3 anos, houve um aumento de 10,6% para 21,2% entre 2001 e 2012; com referência às crianças de 4 e 5 anos, o crescimento foi de 55,0% para 78,2% no mesmo período.

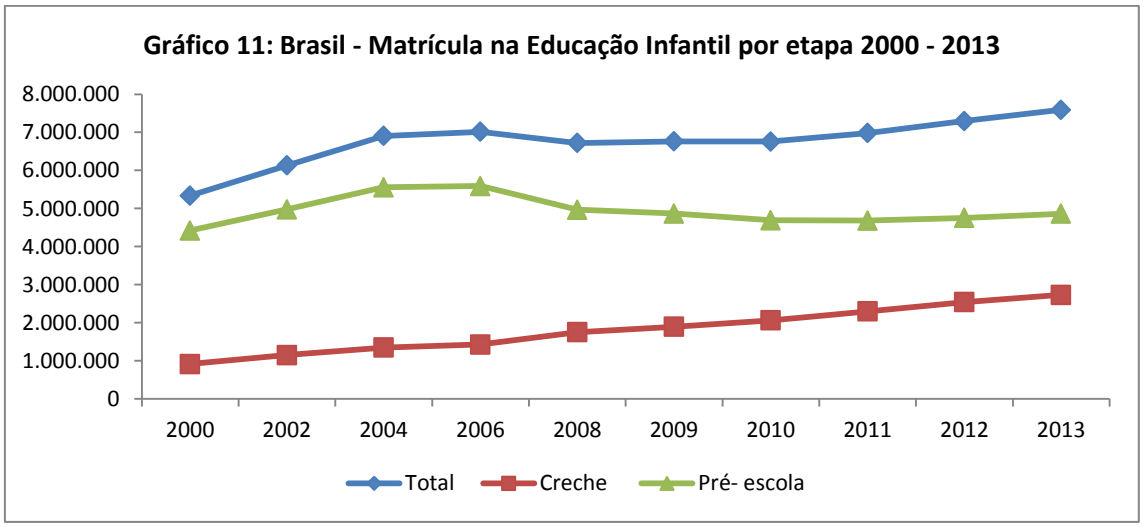
No que se refere a matrículas no período 2000 – 2013 observa-se que o crescimento do atendimento a creches triplicou e o atendimento à pré-escola cresceu em torno de 10%, como é possível verificar na Tabela 4. Importante destacar que no ano 2000, as matrículas em pré-escola já eram expressivas, o que explica a diferença de crescimento entre uma etapa e outra da educação infantil.

Tabela 4: Matrícula Educação Infantil por Etapa (Creche e Pré-Escola) Brasil 2000 - 2013

Ano	Matrícula na Educação Infantil por etapa		
	Total	Creche	Pré-escola
2000	5.338.196	916.864	4.421.332
2002	6.130.358	1.152.511	4.977.847
2004	6.903.762	1.348.237	5.555.525
2006	7.016.095	1.427.942	5.588.153
2008	6.719.261	1.751.736	4.967.525
2009	6.762.631	1.896.363	4.866.268
2010	6.756.698	2.064.653	4.692.045
2011	6.980.052	2.298.707	4.681.345
2012	7.295.512	2.540.791	4.754.721
2013	7.590.600	2.730.119	4.860.481

Fonte: INEP, Censos Escolares

A expansão de matrículas na Educação Infantil foi significativa no período 2000 a 2013, tendo se ampliado de 5.338.196 para 7.590.600, ou seja, em 14 anos houve um aumento de 42,2%. A distribuição em termos de etapa de atendimento é apresentada no Gráfico 11.



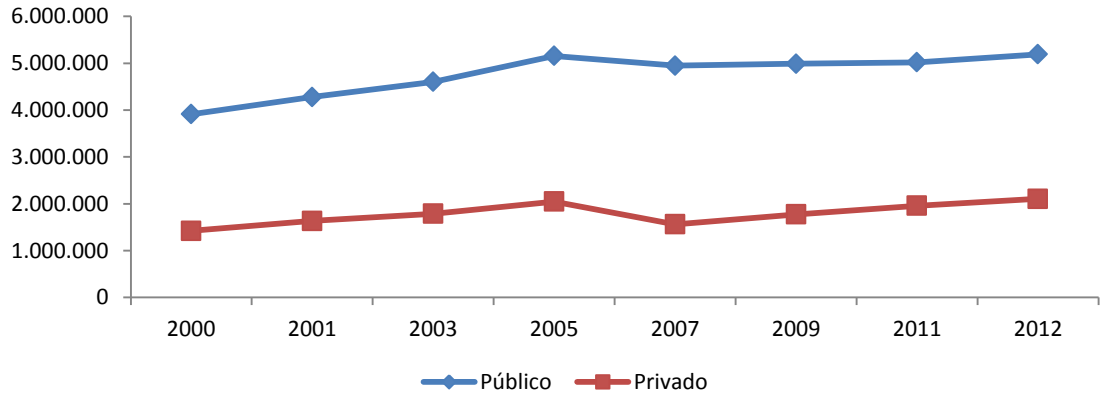
Fonte: Elaborado a partir de dados do INEP, Censos Escolares

No período considerado, observa-se que as matrículas de pré-escola apresentam pequenas variações negativas no intervalo 2008 – 2011, voltando a crescer a partir de 2012. Merece destaque o significativo crescimento de atendimento de educação infantil em creches (crianças de 0 a 3 anos) chegando a 197,8% no mesmo período. Dados da PNAD 2012 informam que a população de 4 a 5 anos é de 5.516.000 habitantes o que permite inferir que a universalização da pré-escola está próxima.

1.2. Dependência administrativa

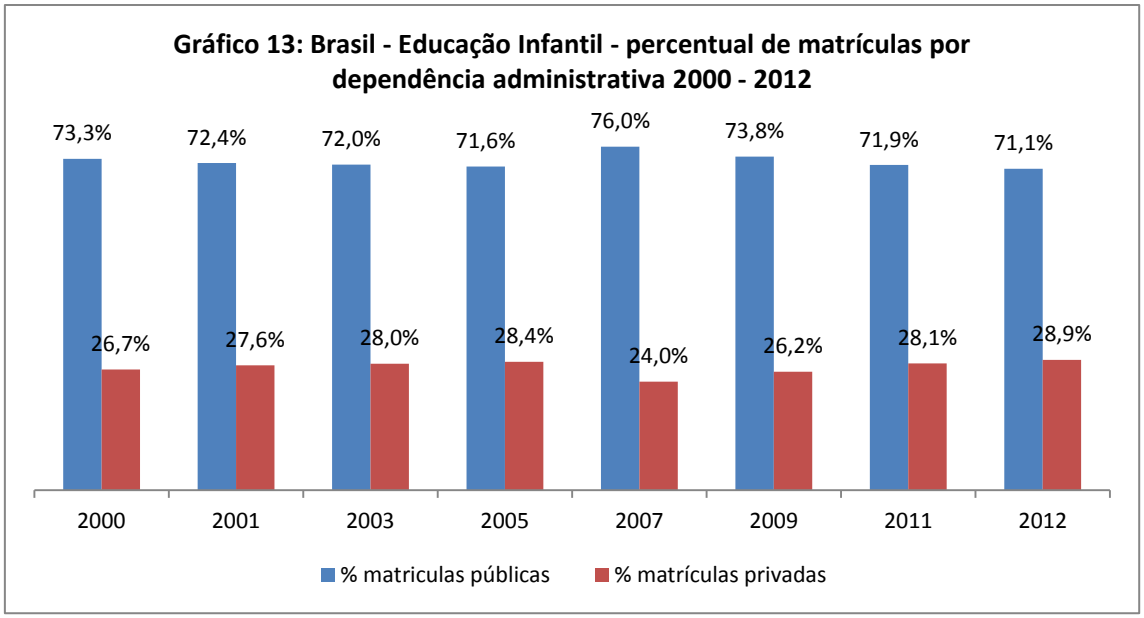
A Educação Infantil no Brasil, do ponto de vista de dependência administrativa, é ofertada majoritariamente pelo setor público. Em 2000, 73,3% (3.914.411) das matrículas estavam neste segmento e 26,7% (1.423.785) no privado; em 2012, esses números passaram a 71,1% (5.190.128) e 28,9% (2.105.384), como mostra o Gráfico 12.

Gráfico 12: Brasil - Matrículas Educação Infantil por dependência administrativa 2000 - 2012



Fonte: INEP, Censos Escolares

Os dados do Gráfico 13 mostram também que a matrícula no setor privado vem aumentando mais rapidamente que no setor público no período considerado. Enquanto o setor público apresenta um crescimento de 32,6%, o setor privado cresce no mesmo período 47,9%, especialmente a partir de 2009. Esse fenômeno pode estar associado à mobilidade social de parcela expressiva da população que passa a ser denominada de a “nova classe média”.



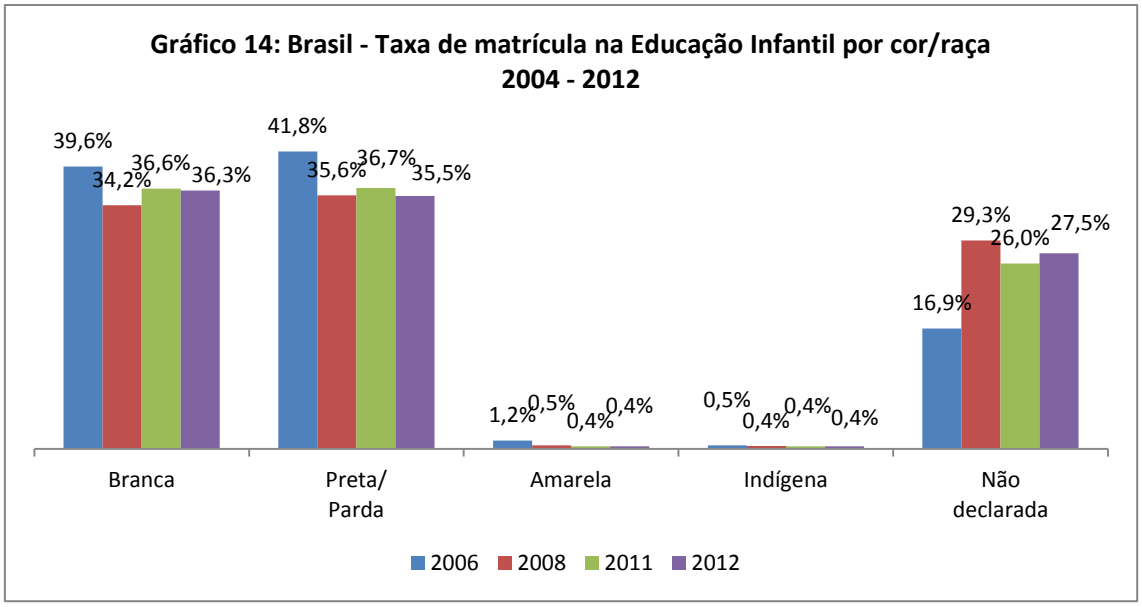
Fonte: INEP, Censos Escolares

Sendo desafio particularmente sensível **o cuidado e a educação da criança pequena mais vulnerável e em maior desvantagem**, é oportuno registrar a atenção que o País dispensou no período à ampliação das oportunidades em termos de cor/raça (branca, preta/parda, indígena, amarela), localização (urbana/rural) e renda domiciliar *per capita*. Esses dados são apresentados a seguir. Cabe relacionar, também, o crescimento das matrículas de crianças com deficiência.

1.3. Cor/Raça

Quando observadas as taxas de frequência à escola na educação infantil (até 5 anos), considerando cor/raça, no período 2004 – 2012[6], nota-se que diminui a participação da população branca (39,6% em 2000 para 36,3% em 2012), bem como a participação da população preta/parda (41,8% em 2004 para 35,5% em 2012). Chama a atenção o crescimento de pessoas que optaram por não declarar cor/raça, que aumentou de 16,9% para 27,5% no período, como mostra o Gráfico 14.

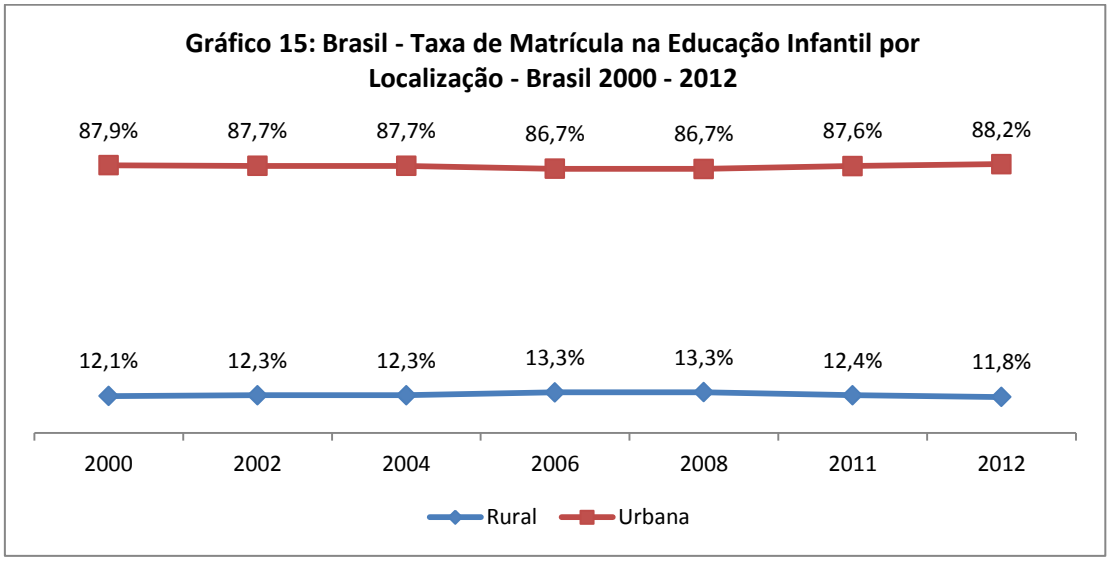
[6] Os dados sobre cor/raça só começaram a ser coletados em 2004.



Fonte: IBGE - PNADs 2004 a 2012; Elaborado por MEC/Inep/DEED.

1.4. Localização

O Gráfico 15 mostra a taxa de matrícula na educação infantil, por localização, no período 2000 – 2012. É importante assinalar o crescimento, em números absolutos (de 646.5190 em 2000 para 859.526 em 2012), da educação infantil na zona rural, onde estão os segmentos mais vulneráveis. Em razão da manutenção da desigualdade no acesso à educação infantil por localização, em 2007 o Ministério da Educação através da SECADI passou a empenhar-se na concepção de uma política de Educação Infantil no Campo. Este tema será aprofundado na Parte 3.

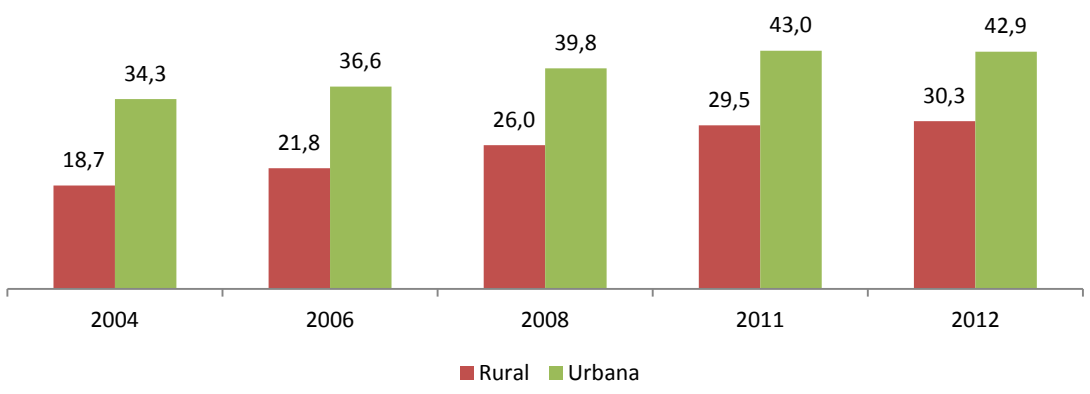


Fonte: IBGE - PNADs 2004 a 2012; Elaborado por MEC/Inep/DEED.

Por outro lado, se observada a taxa de frequência à escola ou creche até 5 anos no mesmo período, como mostra o Gráfico 16, constata-se que tanto a creche como a pré-escola

apresentam evolução, sendo que nas localidades rurais o crescimento foi de 62% e nas urbanas de 24,9%.

Gráfico 16: Brasil - Taxa de frequência à escola ou creche por localização até 5 anos 2004 - 2012

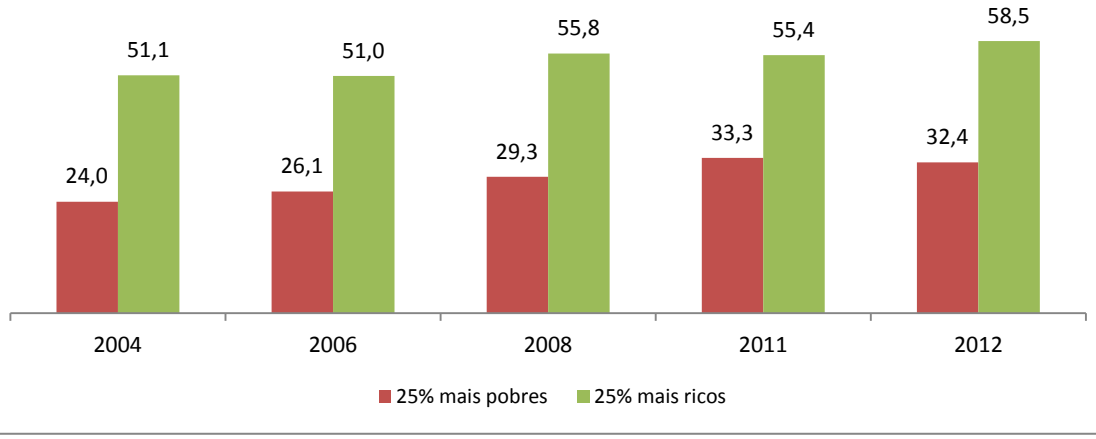


Fonte: Fonte: IBGE - PNADs 2004 a 2012; Elaborado por MEC/Inep/DEED.

1.5. Renda Domiciliar *Per Capita*

No que tange à taxa de frequência à educação infantil no período 2004 – 2012 observando a renda per capita da população, apresentada no Gráfico 17, observa-se que tanto no extrato dos 25% mais pobres como no dos 25% mais ricos, ela aumentou. No entanto, destaca-se o fato de que nos 25% mais pobres a taxa de frequência cresceu 35,2% enquanto nos 25% mais ricos, essa taxa aumentou em 14,4%, portanto, o acesso dos mais pobres aumentou 2,4 vezes mais.

Gráfico 17: Brasil - Taxa de frequência à escola ou creche por renda domiciliar per capita até 5 anos 2004 - 2012



Fonte: IBGE - PNADs 2004 a 2012; Elaborado por MEC/Inep/DEED.

A análise dos resultados relativos ao objetivo **cuidados e educação na primeira infância** para o período permite concluir que, embora persistam muitos desafios, há

conquistas a observar. Em primeiro lugar, está o aumento significativo da taxa de frequência à creche ou escola, atendimento que na maioria dos países é difícil assegurar. Outros avanços estão associados aos segmentos mais vulneráveis desta população, a exemplo do crescimento das matrículas de crianças de 0 a 5 anos nas localidades rurais e daqueles cuja renda domiciliar *per capita* situa-se na faixa dos 25% mais pobres da população.

2. Educação primária universal

O objetivo de "assegurar que todas as crianças, com ênfase especial nas meninas e crianças em circunstâncias difíceis, tenham o acesso à educação primária, obrigatória, gratuita e de boa qualidade até o ano 2015" tem sido perseguido pelo Brasil de forma constante e sistemática desde a Conferência Mundial de Educação para Todos, em Jomtien. A decisão política de cumprir tal meta se inicia no contexto do Plano Decenal de Educação para Todos (1993) e tem continuidade nas duas décadas seguintes.

A etapa correspondente à chamada educação primária é o Ensino Fundamental (segunda etapa da Educação Básica), mais especificamente os anos iniciais (1ª a 5ª) cujo público-alvo é a faixa etária de 6 a 10 anos de idade. Para fins do presente Informe, optou-se por priorizar na análise o Ensino Fundamental como um todo, por ser este o percurso esperado a ser feito pelas crianças e adolescentes brasileiras.

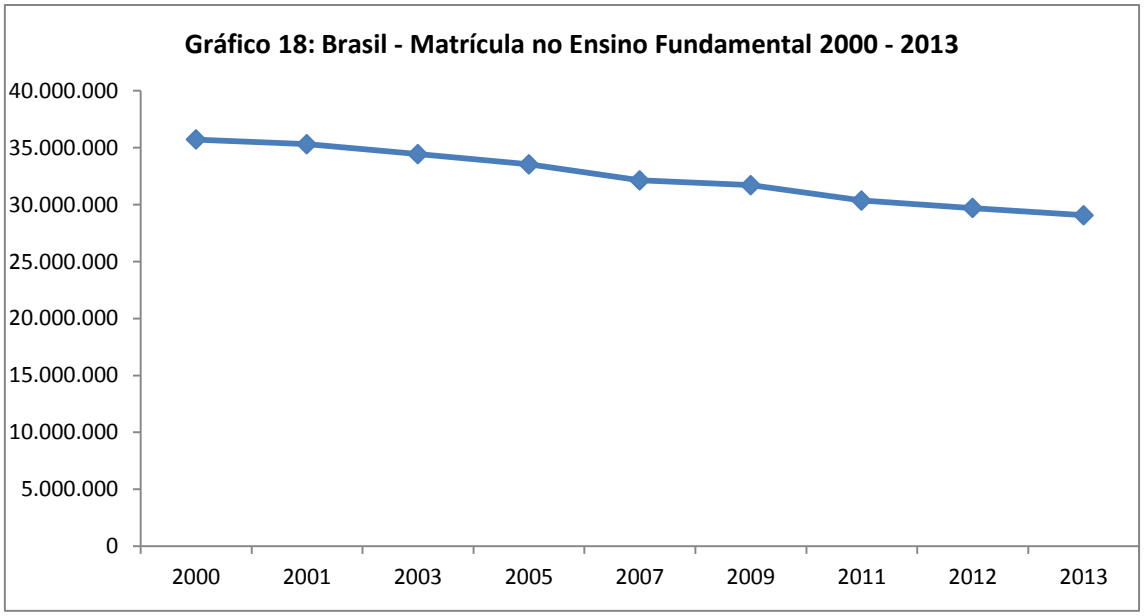
Conforme referido na Parte 1, a política relativa ao Ensino Fundamental é desenvolvida em "regime de colaboração" (CF, Art. 211 e LDB, Art. 8º) pelo Poder Público, através das instâncias federadas – União, Distrito Federal, Estados e Municípios – onde cada uma assume atribuições específicas. Os Municípios são os principais responsáveis pela oferta desta etapa da Educação Básica, atuando os Estados em assegurar a oferta e a União com um papel redistributivo e supletivo.

Este tópico focaliza dados relativos à distribuição de matrículas no Ensino Fundamental, de acordo com as seguintes características: taxa de frequência, dependência administrativa, raça, localização, renda domiciliar *per capita* e percentual de anos de estudos da população nesta faixa etária.

2.1. Matrícula e Taxa de frequência

Dadas às mudanças no perfil demográfico da população, como antes se viu, há no período em questão um decréscimo na oferta de Ensino Fundamental, cujas matrículas[7] passaram de 35.717.948, em 2001 para 29.069.281, em 2013, mostrado no Gráfico 18.

[7] Importante destacar que a partir de 2007, o Censo Escolar passou a ser feito por aluno, o que contribuiu para diminuir a imprecisão de dados a partir do uso dessa nova metodologia.



Fonte: INEP, Censos Escolares

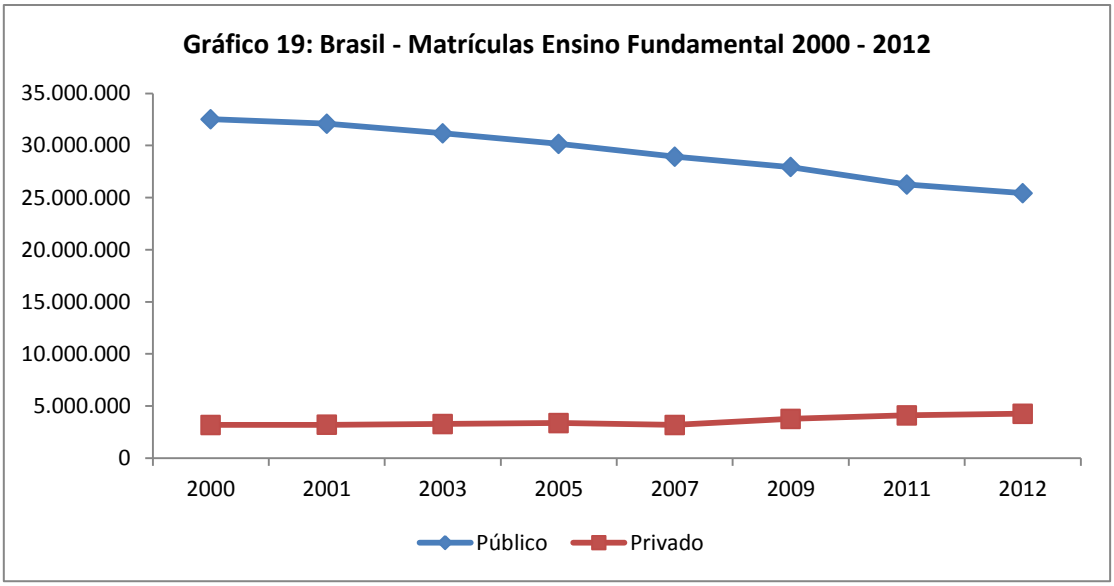
A redução de 6.648.667 alunos nas escolas de ensino fundamental pode ser explicada por dois fatores que ocorreram simultaneamente: a redução da população desta faixa etária em decorrência da mudança na taxa de natalidade no País, fato que já vinha acontecendo desde os anos 1960, e o esforço dos sistemas educacionais na implementação de iniciativas que reduzissem a distorção idade-ano, que em 2001 era de 35,3%, chegando em 2012 a 22,0%.

Esse fenômeno não pode ser interpretado isoladamente, devendo ser associado à tendência positiva de aumento na taxa de frequência da população nesta faixa etária que passou de 95,8% para 98,2%, entre 2001 e 2012, conforme mostra o Gráfico 3 anteriormente apresentado (ver p. 12). Ou seja, embora tenha ocorrido queda da taxa de natalidade e a quantidade de crianças em idade escolar esteja diminuindo, a tendência é de crescimento no atendimento a essa faixa etária.

2.2. Dependência Administrativa

O setor público tem participação predominante na oferta de Ensino Fundamental, cujo comportamento é apresentado no Gráfico 19. Em 2000, as matrículas na rede pública correspondiam a 91,1% da oferta (32.528.707) e na rede privada a 8,9% (3.189.241); em 2012 há uma redução na participação do setor público que passa a deter 85,6% das matrículas (25.431.566) e um aumento na participação do setor privado que passa a responder por 14,4% da oferta (4.270.932).

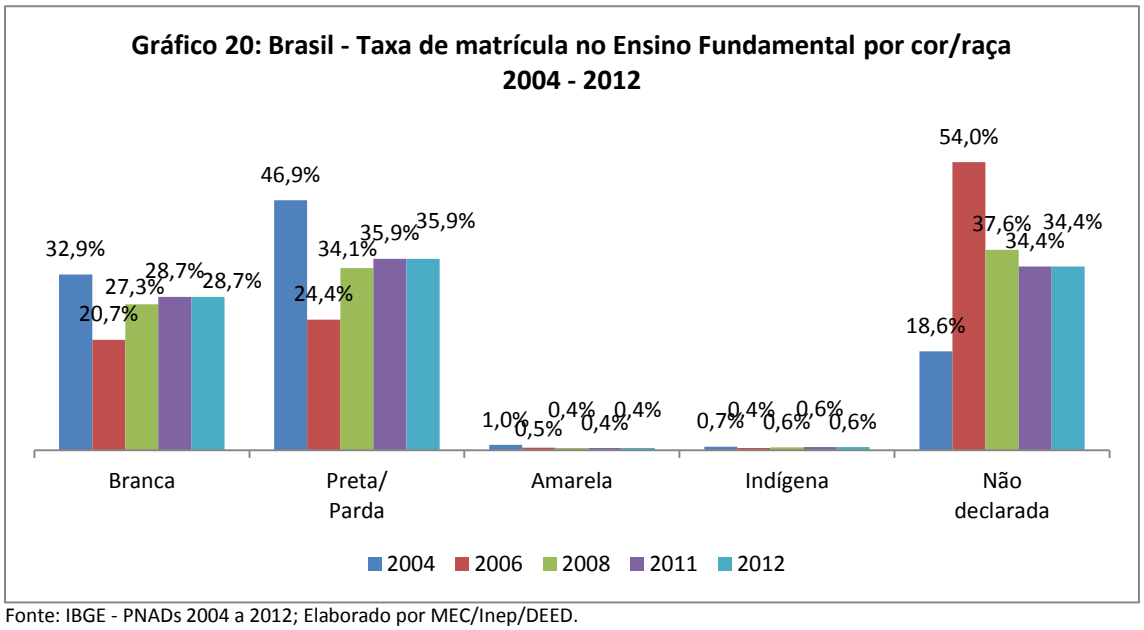
Observa-se, assim, um significativo aumento da oferta privada no Ensino Fundamental, tendência cujo significado deve ser melhor investigado, uma vez que o investimento público em Educação Básica aumentou consideravelmente no período.



Fonte: INEP, Censos Escolares

2.3. Cor/Raça

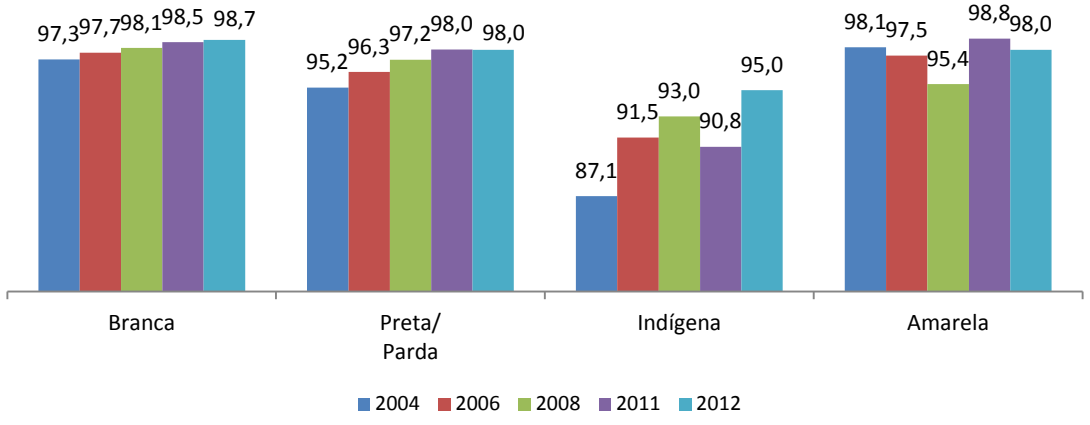
A universalização da educação primária tem na questão de cor/raça um importante fator de redução de desigualdades no acesso. O exame dos dados do Gráfico 20 revela que tanto a população branca como a preta/parda diminuíram os percentuais (de 32,9 para 28,7% e de 46,9 para 35,9%, respectivamente). Importante destacar que é significativo o percentual de não declarantes da cor/raça, como se vê no mesmo gráfico. Uma pesquisa qualitativa poderia contribuir para compreender o significado desta nova tendência, pois, teoricamente, o percentual dos que declaram cor preta/parda deveria aumentar.



Fonte: IBGE - PNADs 2004 a 2012; Elaborado por MEC/Inep/DEED.

Os dados relativos de frequência à escola de 6 a 14 anos por cor/raça, entretanto, indicam que tem aumentado a paridade, em especial entre a população branca e preta/parda, como mostra o Gráfico 21.

Gráfico 21: Brasil - Taxa de frequência à escola da população de 6 a 14 anos por cor/raça 2004 - 2012



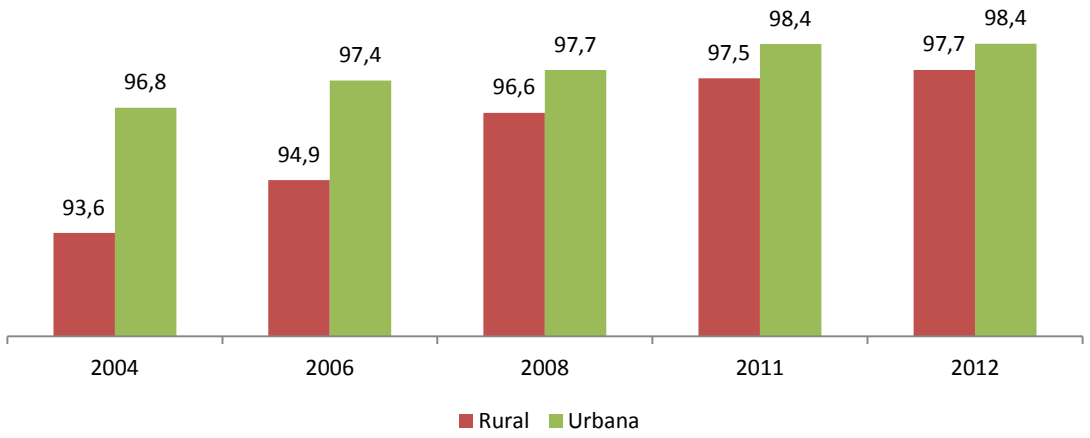
Fonte: IBGE - PNADs 2004 a 2012; Elaborado por MEC/Inep/DEED.

Enquanto a taxa de frequência da população branca cresce de 97,3% para 98,7% no período 2004 – 2012, o crescimento da população preta/parda foi de 95,2% para 98,0%. Merece destaque também o aumento da frequência dos indígenas, que foi de 87,1% para 95,0% no mesmo período.

2.4. Localização

Outro componente relativo à questão da oferta é a localização das escolas, situação que afeta de modo especial a crianças que vivem em condições de difícil acesso aos equipamentos escolares. Considerando que a taxa de urbanização permanece em alta, é positiva a tendência de redução da diferença no percentual de matrículas entre escolas urbanas e rurais, o que significa que maior número de crianças que vive fora dos centros urbanos está tendo acesso à escola, como mostra o Gráfico 22.

Gráfico 22: Brasil - Taxa de frequência à escola da população de 6 a 14 anos por localização 2004 - 2012



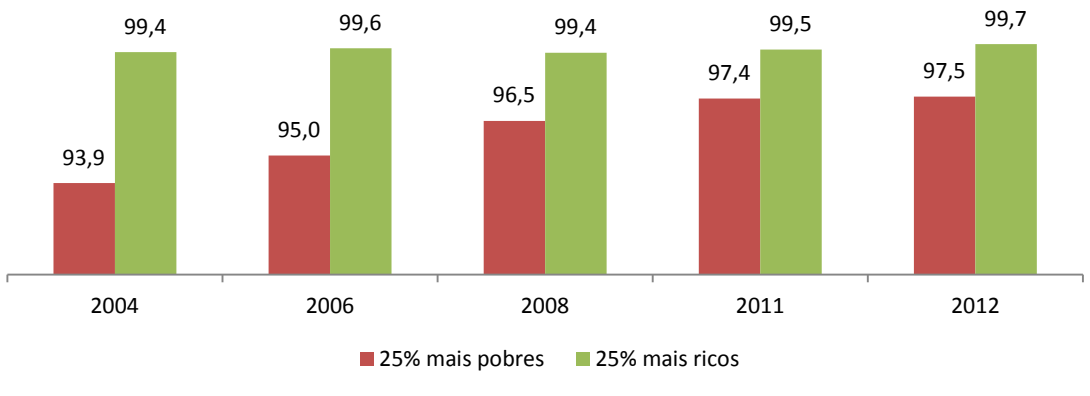
Fonte: IBGE – PNADs 2004 a 2012; Elaborado por MEC/Inep/DEED.

Como se viu em dados antes analisados, a taxa de frequência à escola da população de 6 a 14 anos cresceu no período 2000 – 2012. Esta diferença positiva se manifestou em relação a variável localização, uma vez que a população que frequenta a escola rural passou de 93,6% em 2004 para 97,7% em 2012; aumento que na zona urbana foi de 96,8% para 98,4%.

2.5. Renda Domiciliar *per capita*

Outro aspecto que evidencia a preocupação com os segmentos mais vulneráveis diz respeito à ampliação do acesso por renda domiciliar *per capita*. Aqui é possível observar que a participação dos 25% mais pobres na faixa etária de 6 a 14 anos se amplia de 93,9% em 2004 para 97,5% em 2012, enquanto entre os 25% mais ricos a elevação é de 99,4% para 99,7% no mesmo período. O Gráfico 23 mostra esta tendência e revela que a taxa de frequência dos 25% mais pobres da população cresceu 13 vezes mais em relação aos 25% mais ricos, num período de 8 anos.

Gráfico 23: Brasil - Taxa de frequência à escola da população de 6 a 14 anos por renda domiciliar per capita 2004 - 2012



Fonte: IBGE - PNADs 2004 a 2012; Elaborado por MEC/Inep/DEED.

Examinados em seu conjunto, os resultados relativos ao objetivo de conquistar a **educação primária universal** devem ser compreendidos como positivos, uma vez que em praticamente todos os aspectos considerados houve expansão do acesso e conquista de maior equidade entre os mais ricos e os mais pobres e entre raça/cor. Merece destaque também o expressivo crescimento das matriculas de pessoas com deficiência no ensino fundamental, fato que vem corroborar a politica de inclusão adotada pelo País.

3. Habilidades de jovens e adultos

O objetivo de "assegurar que as necessidades de aprendizagem de todos os jovens e adultos sejam atendidas pelo acesso equitativo à aprendizagem apropriada, a habilidades para a vida e a programas de formação para a cidadania" é desafio amplo e complexo. O Brasil vem enfrentando-o com políticas que envolvem ação integrada de instituições governamentais e não governamentais, no esforço de desenvolver habilidades de jovens e adultos para um mundo globalizado e em transformação marcado por novos requerimentos de conhecimentos básicos necessários à inserção na vida social e produtiva.

Na educação, o esforço para desenvolver habilidades de jovens e adultos é empreendido mediante uma formação de caráter geral oferecida através do ensino regular e do preparo para o mundo do trabalho em cursos específicos. Configurando-se como modalidade de ensino, a educação profissional foi regulamentada por lei específica em 2008 (Lei nº 11.741/08), alterando a LDB de 1996 (Artigos 39 a 42). Seus cursos podem ser: de formação inicial e continuada ou qualificação profissional; de educação profissional técnica de nível médio; e de educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação (Art. 39, § 2º, I, II e III).

Dada a amplitude de políticas e iniciativas neste campo ofertadas por agentes públicos e privados, a promoção de habilidades de jovens e adultos está situada na esfera de abrangência de vários organismos de governo e da sociedade civil. No âmbito do Ministério da Educação, a responsabilidade pelo desenvolvimento de políticas de Jovens e Adultos localiza-se na esfera de abrangência de três secretarias: a Secretaria de Educação Básica (SEB), responsável pelas políticas de ensino regular e obrigatório associadas a este nível; a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) e a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC).

Face à organização da oferta escolar brasileira e à abrangência das alternativas destinadas à formação de habilidades de jovens e adultos, a análise do Objetivo 3 focalizará resultados associados ao ensino médio regular e profissional e outras iniciativas visando ao atendimento da população de 15 a 17 anos (beneficiária do ensino médio). Também serão discutidos dados relativos à oferta de educação profissional para jovens e adultos situados para além desta faixa etária, com foco específico em políticas de educação profissional desenvolvidas pelo Ministério da Educação.

3.1. Ensino médio regular e profissional

A etapa final da Educação Básica no Brasil é o ensino médio, de duração mínima de três anos (LDB, Art. 35), com oferta preferencial à população de 15 a 17 anos. No entanto, devido à

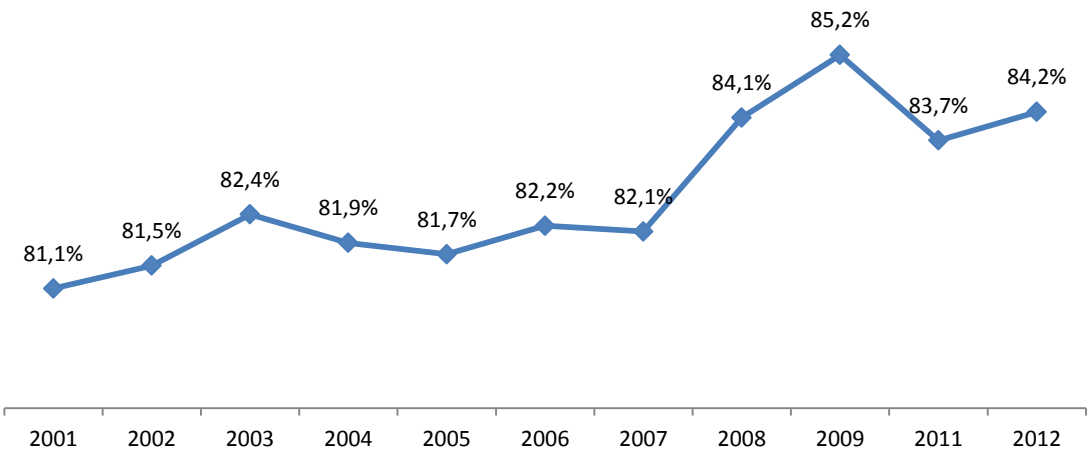
distorção idade-série nesta etapa, as matrículas abrangem um contingente muito maior, atendendo significativa parcela da população de 18 e 19 anos.

Ao lado da "formação geral do educando", o ensino médio também pode oferecer o preparo "para o exercício de profissões técnicas" (Lei nº 11.741/08, Art. 36-A), mediante a modalidade de educação profissional técnica de nível médio. Esta preparação para o trabalho poderá ocorrer nos próprios estabelecimentos de ensino médio ou "em cooperação com instituições especializadas em educação profissional" (Lei nº 11.741/08, Art. 36A, Parágrafo Único).

3.1.1. Taxa de frequência

A taxa de frequência à escola da população de 15 a 17 anos pode ser visualizada no Gráfico 24 que permite observar sua evolução no período 2001 – 2012.

Gráfico 24: Brasil - Taxa de frequência à escola - população de 15 a 17 anos 2001 - 2012



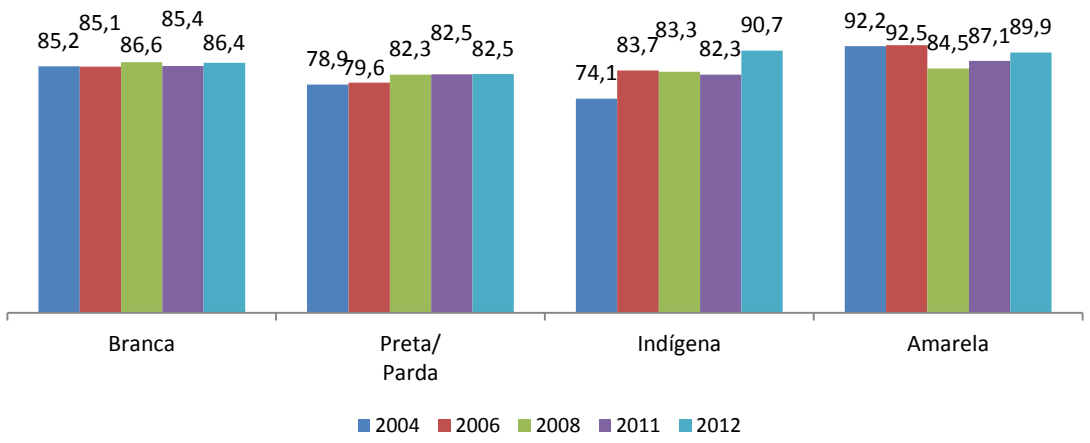
Fonte: Elaborado pelo INEP com dados do IBGE/PNAD.

Os dados mostram que a taxa de frequência escolar da população de 15 a 17 anos apresentou variações da ordem de 4,1 pontos percentuais, e que no período considerado teve um crescimento de 3,8%, passando de 81,1% em 2001 para 84,2%, em 2012.

Alguns avanços cabem ser referidos na ampliação do atendimento à população mais vulnerável nesta faixa etária, com destaque para a distribuição por cor/raça, localização e renda domiciliar *per capita*, mostrados no Gráfico 25. A taxa de frequência da população preta/parda teve um crescimento de 78,9% (2004) para 82,5% (2012); a população indígena apresenta um crescimento de 22,4% no período de 8 anos indo de 74,1% (2004) para 90,7% (2012).

Importante referir também o acesso das pessoas com deficiência ao ensino médio e a educação profissional e tecnológica, em função da criação de condições de acesso e politicas e inclusão dirigidas para essa população.

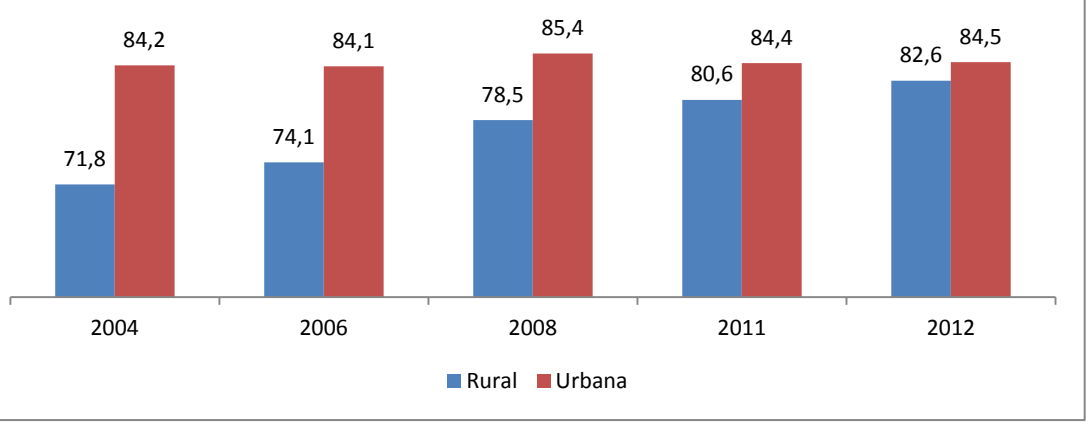
Gráfico 25: Brasil - Taxa de frequência à escola da população de 15 a 17 anos por cor/raça 2004 - 2012



Fonte: IBGE - PNADs 2004 a 2012; Elaborado por MEC/Inep/DEED.

No que tange a frequência escolar por localização geográfica, mostrada no Gráfico 26, observa-se que as taxas continuam estáveis para a população urbana, e apresentam significativo crescimento para a população rural, que evolui de 71,8% para 82,6%, representando um aumento de 15% no período de 8 anos.

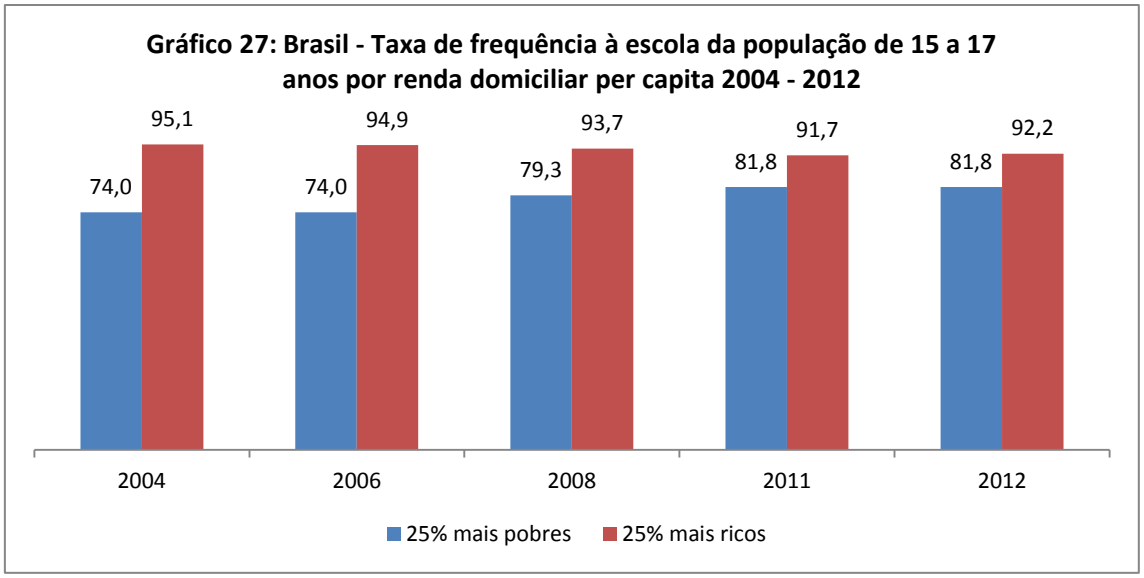
Gráfico 26: Brasil - Taxa de frequência à escola da população de 15 a 17 anos por localização 2004 - 2012



Fonte: IBGE - PNADs 2004 a 2012; Elaborado por MEC/Inep/DEED.

Esses dados mostram que nos últimos anos o acesso de segmentos sociais até então excluídos tem se ampliado no País.

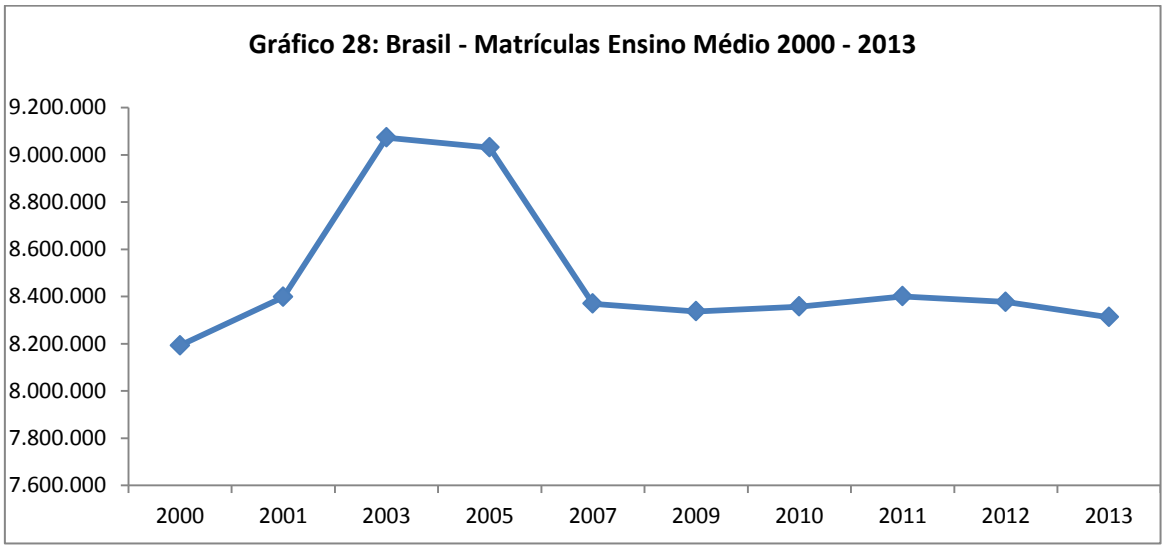
Quando analisada a taxa de frequência à escola da população de 15 a 17 anos no período 2004 – 2012, observa-se que esta decresce 3,1% entre os 25% mais ricos e cresce 10,6% entre os 25% mais pobres (Gráfico 27), evidenciando o esforço do País em aumentar as oportunidades educacionais para aqueles que se encontram em situação de maior vulnerabilidade social e econômica.



Fonte: IBGE - PNADs 2004 a 2012; Elaborado por MEC/Inep/DEED.

3.2. Ensino médio regular

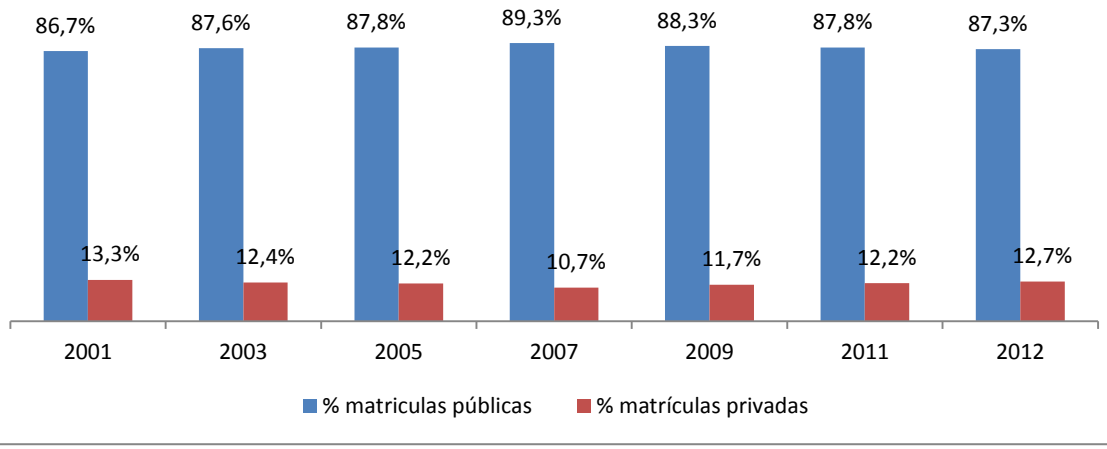
No Ensino Médio houve um crescimento absoluto da matrícula de 8.192.948 (2000) para 8.312.815 (2013), e esta etapa da Educação Básica apresenta, ao longo deste período, um comportamento peculiar como se pode observar no Gráfico 28.



Fonte: INEP, Censos Escolares

O atendimento a esta etapa de ensino a partir da dependência administrativa, cor/raça e localização será observado a seguir. O Gráfico 29 apresenta a distribuição de matrículas por dependência administrativa, evidenciando que a maioria da população do Ensino Médio está matriculada na rede pública. Neste gráfico é possível observar que a participação da rede pública foi maior em 2007, e a partir de então vem apresentando pequenas quedas, acompanhada de igual crescimento na rede privada.

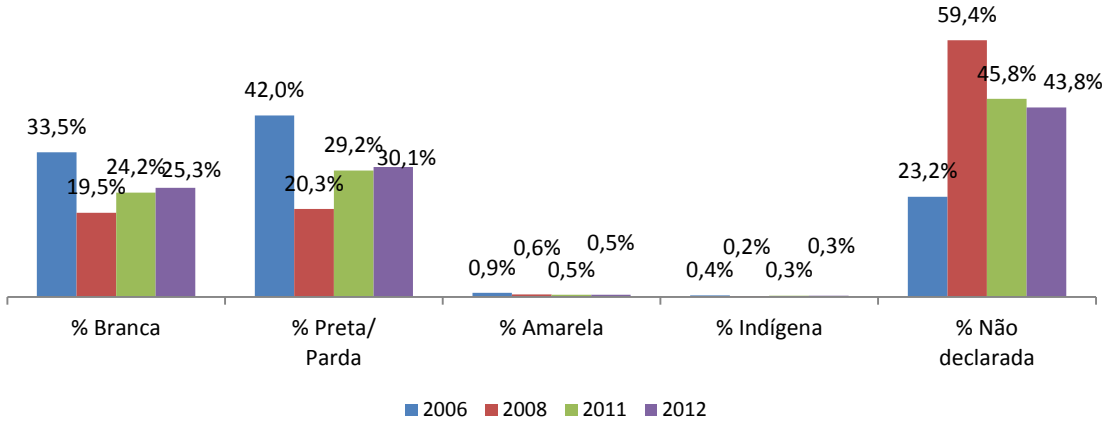
Gráfico 29: Ensino Médio - percentual de matrículas por dependência administrativa 2001 - 2012



Fonte: INEP, Censos Escolares

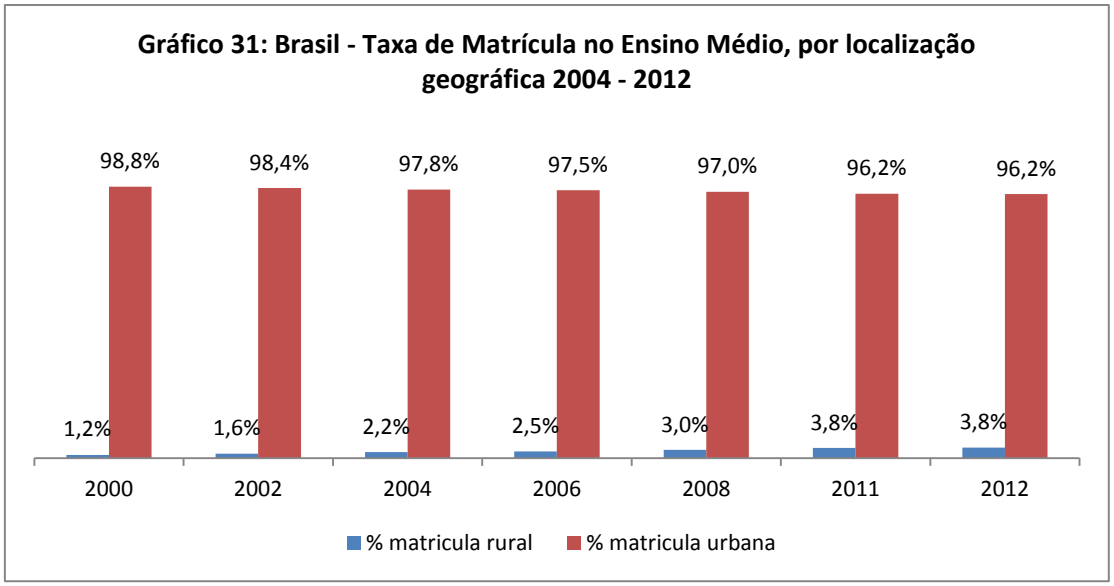
O Gráfico 30 apresenta as taxas de matrícula no ensino médio por cor/raça no período 2006 – 2012. Observa-se que enquanto em 2006, 23,2% optaram por não declarar cor/raça, em 2012 foram 43,8% que fizeram essa opção. Observa-se também que no período houve queda nos percentuais dos que se declaram brancos e negros (24,6% e 28,3% respectivamente).

Gráfico 30: Brasil - Taxa de matrícula no Ensino Médio por cor/raça 2006 - 2012



Fonte: Elaborado por MEC/Inep/Deed.

Quando examinadas a partir da variável localização, nota-se que a grande maioria das matrículas do Ensino Médio encontra-se na zona urbana, como evidencia o Gráfico 31.



Fonte: MEC/Inep/Deed.

A concentração de matrículas na zona urbana é coerente com a distribuição mais geral da população, cuja maioria encontra-se nas cidades, como revela o Censo IBGE 2010. Ao mesmo tempo, há um contingente de alunos que se desloca da zona rural para estudar em escolas da zona urbana e este deve ser um fator a considerar nesta distribuição. Por outro lado, vale registrar que parece estar em andamento uma expansão do ensino médio na zona rural, pois houve crescimento em termos absolutos (de 99.775 para 322.479 matrículas) e relativos (de 1,2% para 3,8%) entre 2000 e 2012. Na zona urbana, por sua vez, registra-se redução em termos absolutos (de 8.093.173 para 8.054.373 matrículas) e relativos (de 98,8% para 96,2%) no mesmo período.

3.3. Educação técnica profissional de nível médio

A educação profissional é promovida por agentes públicos e privados e possui modalidades diferenciadas de oferta, podendo permear ou não a educação escolar. A educação profissional técnica de nível médio é uma das três modalidades de educação profissional e tecnológica previstas pela legislação educacional brasileira (Lei nº 11.741/08 e LDB, Art. 39 §2º, I, II e III). Sua oferta pode ser "articulada" com o ensino médio ou "subsequente" para aqueles que já o tenham concluído (Art. 36-B, I e II). Na forma articulada, poderá ser "integrada" (habilitação profissional técnica de nível médio na mesma instituição de ensino com matrícula única) ou "concomitante" (para quem ingresse ou já esteja cursando o nível médio, com matrícula distinta para cada curso). No caso da segunda alternativa, poderá ocorrer na mesma instituição ou em instituições de ensino distintas aproveitando-se as oportunidades disponíveis, ou ainda em instituições distintas mediante convênios de intercomplementaridade (Lei nº 11.741/08, Art. 36-B).

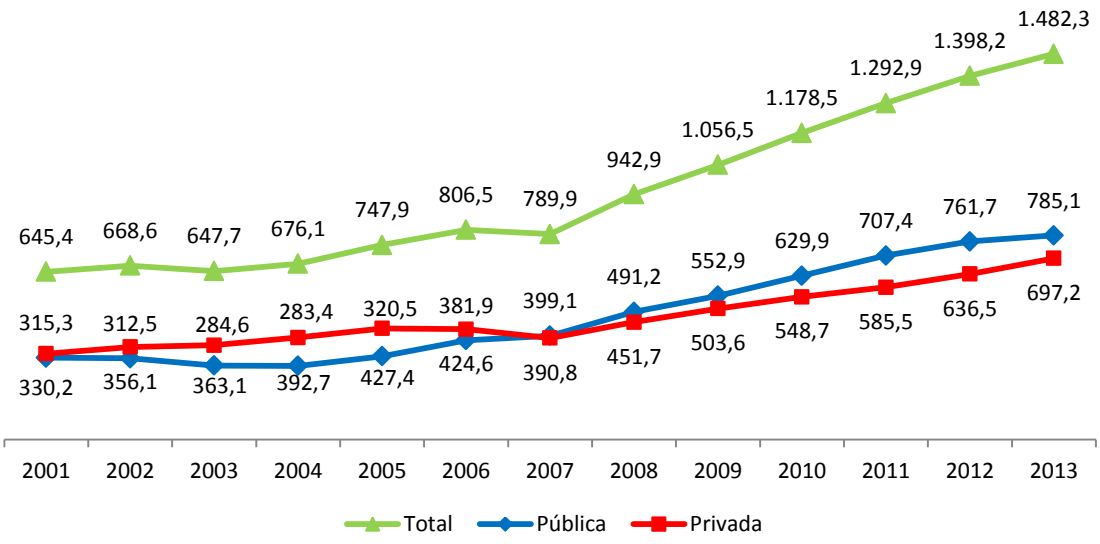
Os dados indicam uma expansão intensa de sua oferta nos últimos anos motivada, sobretudo, por políticas e investimentos federais com foco no oferecimento de maiores oportunidades educacionais aos jovens em idade escolar adequada ao ensino médio. Isto foi feito por meio da educação profissional integrada ao ensino médio, como opção ao ensino

médio regular e a ampliação da oferta dos cursos de qualificação profissional para jovens e adultos em defasagem escolar, em articulação com a elevação da escolaridade. De tal maneira procurou-se propiciar o resgate daqueles que não tiveram a oportunidade de completar sua escolarização aliada à formação profissional para o mundo do trabalho.

Essas políticas foram viabilizadas por meio do fortalecimento e ampliação da rede de educação profissional dos estados, da ampliação da própria rede federal de educação profissional e tecnológica e da articulação com outras redes de ensino, sobretudo as instituições dos sistemas nacionais de aprendizagem (SNA), entidade paraestatais organizadas e gerenciadas pelos órgãos sindicais (confederações e federações) de representação empresarial, dentre eles o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), o Serviço Nacional de Aprendizagem de Transportes (SENAT), o Serviço Social do Comércio (SESC) e o Serviço Social da Indústria (SESI).

Os resultados de tais políticas estão expressos nos indicadores de expansão. Entre 2001 e 2013 o total de matrículas nesta modalidade de ensino cresceu 129,7% como mostra o Gráfico 32.

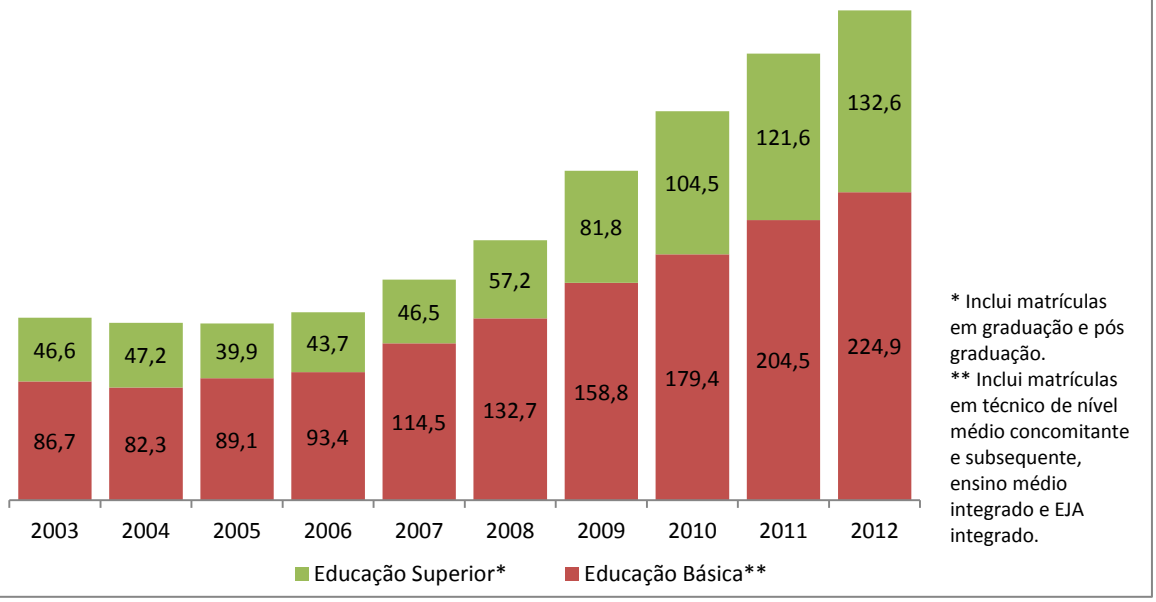
Gráfico 32: Número de Matrículas (em milhares) na Educ. Profissional no Ens. Médio Integrado à Educ. Profissional e na Educação de Jovens e Adultos Integrada à Educação Profissional de Nível Médio



Como mostram os dados, o crescimento da oferta ocorreu tanto na rede pública (149%) quanto na rede privada (111,2%), tendo ambas mais do que duplicado as matrículas no período 2001 – 2013. No contexto mais geral da expansão da educação profissional, é possível observar que o setor privado, antes com 51,2% da oferta passa a deter 47,0%, cedendo espaço para a presença do setor público que passa de 48,8% da oferta para 53,0% em igual período.

Parte considerável da expansão de matrículas ocorreu na rede federal de educação profissional e tecnológica, como se pode ver no Gráfico 33 que detalha a oferta de Educação Superior e Educação Básica.

Gráfico 33: Brasil - Evolução das matrículas na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (em milhares) 2003 - 2012



Fonte: INEP/Educacenso e Censup e Capes/Geocapes

Os dados apresentados no Gráfico 33 mostram um grande crescimento na rede federal de ensino, tanto na Educação Superior, quanto da Educação Básica. No primeiro caso, a matrícula passou de 46.600 para 132.600 e, no segundo de 86.700 para 224.900 no período 2003 a 2012.

Para o crescimento da educação profissional e tecnológica contribuiu não apenas a expansão da rede federal, como a criação e ampliação de programas diversos, que envolvem tanto a oferta de educação profissional técnica de nível médio, e outras modalidades previstas em lei, a saber: formação inicial e continuada ou qualificação profissional e educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação (Lei nº 11.741/08 –Art. 39 §2º, I e III).

3.4. Outras iniciativas

Dentre as iniciativas de âmbito nacional promovidas pelo Ministério da Educação, na área de educação profissional e tecnológica, este Relatório destaca três[8]: o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec); o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja); e, o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem Urbano e Projovem Campo[9]).

[8] Além dos programas mencionados, outras iniciativas e ações voltadas para a educação profissional de jovens e adultos têm sido desenvolvidas diretamente ou com apoio do Ministério da Educação, assim como nas unidades federadas, a exemplo do Projeto Escola de Fábrica e outros. Considerando terem um caráter mais localizado em termos de números, não são focalizados neste Relatório, podendo os interessados recorrer ao Portal do Ministério da Educação para maiores informações. Ver: http://www.mec.gov.br/.

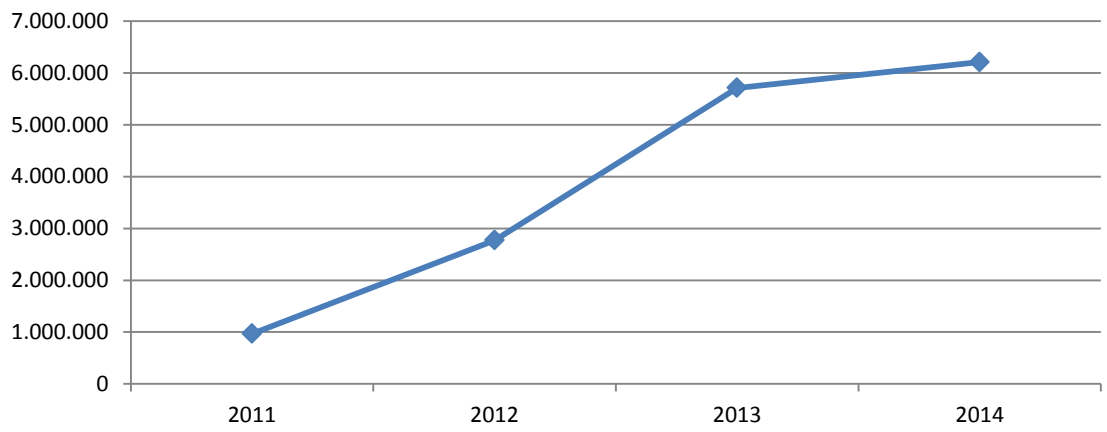
[9] O Projovem inclui também outras duas modalidades de atendimento: o Projovem Adolescente e o Projovem Trabalhador. O Projovem Adolescente tem como público-alvo jovens de 15 a 17 anos que em sua maioria são oriundos de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família. O Projovem Trabalhador é desenvolvido pelo

O Pronatec foi criado em 2011 com o objetivo de expandir, interiorizar, e democratizar a oferta de cursos de educação profissional contribuindo para a melhoria da qualidade da educação básica e ampliando as oportunidades educacionais dos trabalhadores. O programa nasceu para atender, prioritariamente, aos estudantes do ensino médio da rede pública, inclusive da educação de jovens e adultos, aos trabalhadores e aos beneficiários dos programas federais de transferência de renda.

Para cumprir a sua finalidade, o Pronatec reúne um conjunto de iniciativas com uma proposta de oferta de oito milhões de vagas até o final do ano de 2014. As iniciativas incluem a expansão física das redes públicas federal, distrital e estaduais com a construção e ampliação de escolas de educação profissional em todo o País, redução da capacidade ociosa das instituições, ampliação da oferta de educação profissional a distância e a oferta da Bolsa-Formação Estudante e Trabalhador, além de garantir o cumprimento do acordo de gratuidade dos serviços nacionais de aprendizagem e possibilitar a contratação de financiamento para cursos técnicos.

O Gráfico 34 mostra a expansão do programa desde sua criação, evidenciando no período um crescimento de 278,1% em três anos.

Gráfico 34: Brasil: Pronatec - Matrículas acumuladas 2011 - 2014



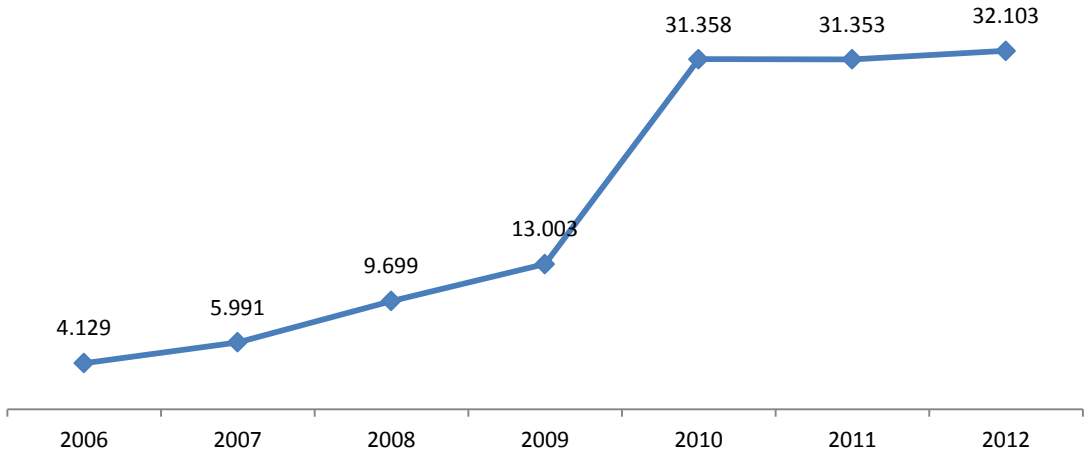
Fonte: MEC/SETEC (*) até 04/04/2014

O Proeja foi criado em 2005 com o objetivo de oferecer oportunidade de estudos e competências de educação profissional àqueles que não tiveram acesso ao ensino fundamental e médio na idade regular. O limite mínimo para ingresso em seus cursos é de 18 anos, não havendo limite máximo.

Entre 2006 e 2012 mais de 30 mil matrículas foram contabilizadas em seus cursos nas instituições de ensino da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. O Gráfico 35 apresenta o crescimento das matrículas em cursos Proeja desde sua implantação.

Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e destina-se a jovens desempregados com idades entre 18 e 29 anos, e que sejam membros de famílias com renda per capita de até um salário mínimo, visando prepará-los para ocupações alternativas geradoras de renda. O Projovem Adolescente é desenvolvido pelo MDS.

Gráfico 35: Brasil - Proeja na Rede Federal de Educação Profissional - matrículas 2006 - 2012



Fonte: MEC/Simec.

O Projovem Urbano e o Projovem Campo - Saberes da Terra são iniciativas destinadas a jovens na faixa etária de 18 a 29 anos, que apesar de alfabetizados não completaram o ensino fundamental. São executados em parceria com os sistemas públicos de ensino dos estados, do Distrito Federal e diretamente com municípios com mais de cem mil habitantes.

O objetivo do Projovem urbano é proporcionar a formação integral aos jovens, na modalidade de educação de jovens e adultos, associando: a) Formação Básica, para a elevação da escolaridade e conclusão do ensino fundamental; b) a Qualificação Profissional Inicial e c) a Participação Cidadã como forma de promoção de experiência de atuação social na comunidade. O Projovem Campo – Saberes da Terra tem como objetivo proporcionar aos jovens agricultores familiares: a) Formação Básica, para elevação da escolaridade e conclusão do ensino fundamental e b) qualificação profissional e social.

A Tabela 6 apresenta dados de matrícula do Projovem Urbano no ano 2012.

Tabela 6: Matrículas Projovem urbano – 2012

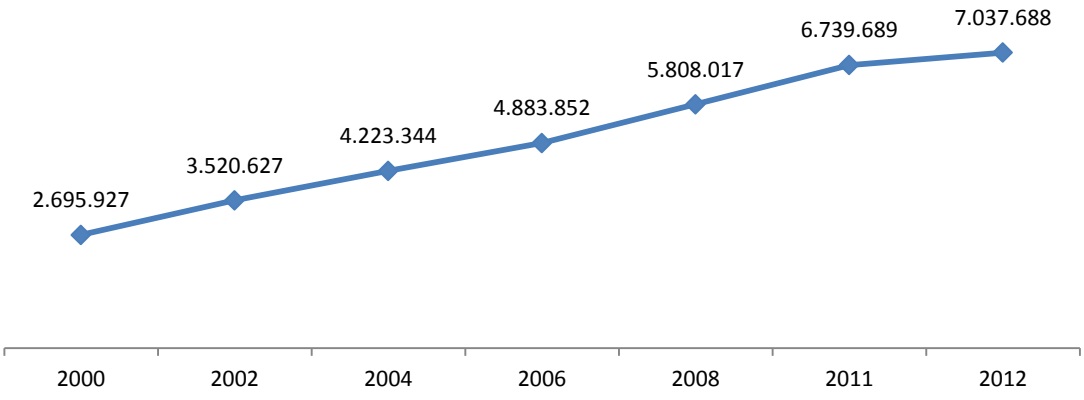
Matrículas		**Masculino**		**Feminino**		**Total**	
		N°	%	N°	%		
Jovens com deficiência		308	0,70%	248	0,40%	**556**	**0,53%**
Gênero/cor e raça	Negra	34.039	82,70%	52.763	82,90%	**86.802**	82,82%
	Indígena	6.578	15,98%	263	0,41%	**6.841**	6,53%
	Branca	161	0,39%	9.962	15,65%	**10.123**	9,66%
	Amarela	381	0,93%	657	1,03%	**1.038**	0,99%
Total		**41.159**	**100,00%**	**63.645**	**100,00%**	**104.804**	**100,00%**

Fonte: MEC/SETEC

Como se viu, as iniciativas desenvolvidas pelo Brasil com a finalidade de promover a melhoria das habilidades de jovens e adultos são diversas e multifacetadas. Vale lembrar, ao lado delas, a notável expansão de oportunidades em Educação Superior para a população

acima de 18 anos, onde o País tinha um percentual muito reduzido de atendimento, tendo apresentado um crescimento de 161% no período de 13 anos, como mostra o Gráfico 36.

Gráfico 36: Brasil - Matrícula no Ensino Superior (Presencial e a Distância) 2000 - 2012



Fonte: MEC/Inep/Deed.

O exame das políticas e iniciativas aqui referidas permite concluir que o Brasil deu largos passos na direção de "assegurar que as necessidades de aprendizagem de todos os **jovens e adultos** sejam atendidas pelo acesso equitativo à aprendizagem apropriada, a **habilidades** para a vida e a programas de formação para a cidadania". Há, entretanto, muitos desafios a superar.

4. Alfabetização de adultos

O objetivo de "alcançar melhoria de 50% nos níveis de alfabetização de adultos até 2015" é particularmente desafiador para os países mais populosos do Hemisfério Sul, caso do Brasil. Por isso mesmo, ao lado de outras nações, o Brasil integra a iniciativa E-9[10], que tem por finalidade construir uma agenda especial para os países onde vivem cerca de 70% dos jovens, adultos e idosos analfabetos do mundo. Muitos passos foram dados nesta direção. Os desafios, entretanto, permanecem.

A conquista do direito à alfabetização e à educação de jovens e adultos remonta à Constituição Federal de 1988 que o inclui como um dos deveres do Estado, a ser efetivado mediante a garantia de

[10] A iniciativa E-9, um consórcio das nove nações mais populosas do Sul, foi concebida em 1993, como desdobramento da Conferência Mundial de Educação para Todos, em Jomtien, Tailândia, em 1990. "E" refere-se à educação e "9" aos países onde vivem mais de metade da população do mundo, assim como quase metade das crianças fora da escola e dois terços dos analfabetos: Bangladesh, Brasil, China, Egito, Índia, Indonésia, México, Nigéria e Paquistão. A cada dois anos os países E-9 identificam um tema de educação para Todos e trabalham uma agenda comum. Desde 2012 a coordenação da iniciativa E-9 está sob a responsabilidade da Índia. Disponível em: <http://www.teachersforefa.unesco.org/v2/index.php/en/e9-countries> Acesso em: 22 dev. 2013. Tradução livre.

> educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada, inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria (CF, 1988, Art. 208, I).

Em termos semelhantes se reporta a LDB, ao definir o "acesso público e gratuito aos ensinos fundamental e médio para todos os que não os concluíram na idade própria" (LDB, Art. 4º, IV). As orientações gerais quanto à Educação de Jovens e Adultos (EJA) são explicitadas em dois artigos da mesma lei (Art. 37 e 38) que detalham as formas de assegurar a gratuidade, considerando a especificidade desta população e os vínculos que sua educação deve ter com o mundo do trabalho. O Art. 37, assim, estabelece que

> § 1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.
> § 2º O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si.
> § 3º A educação de jovens e adultos deverá articular-se, preferencialmente, com a educação profissional, na forma do regulamento.

Também são definidas orientações quanto à oferta dos chamados "cursos e exames supletivos" a serem mantidos pelos sistemas de ensino, "que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular", assim como o público-alvo dessas iniciativas e as formas de aferição e reconhecimento mediante exames dos conhecimentos e habilidades adquiridos pelos educandos por meios informais (Art. 38, §1º e §2º).

A educação de jovens e adultos no País é oferecida em estabelecimentos regulares de ensino pela rede pública e privada, mediante iniciativas governamentais e não governamentais, assim como de programas especiais. No âmbito das redes públicas estaduais e municipais de ensino há modelos diferenciados de oferta de EJA: tanto existem turmas de Alfabetização, Ensino Fundamental e Ensino Médio em escolas da rede, como em unidades próprias de EJA, com opções diversificadas e abertas concebidas para este público. Outras iniciativas são de natureza distinta e ofertadas através de alternativas especiais, como algumas das ações tratadas no Objetivo 3, caso do Proeja e Projovem.

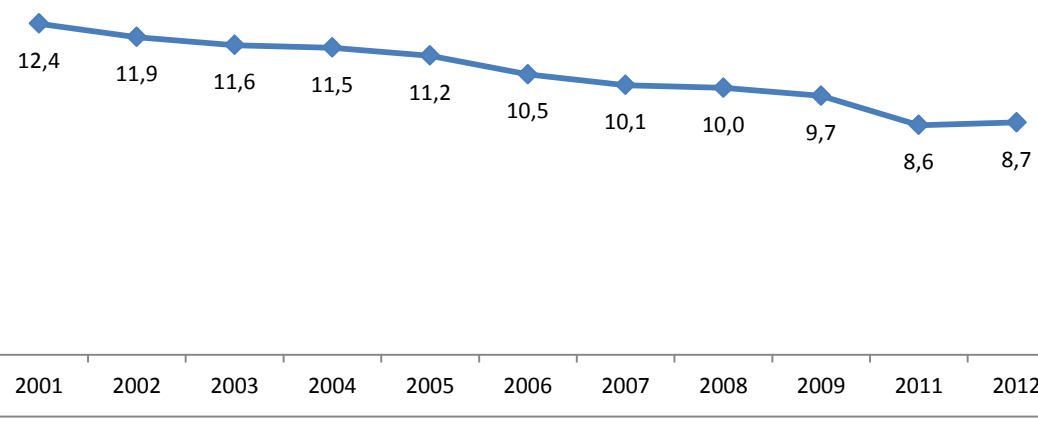
Como se viu, esses são programas destinados à educação de jovens e adultos que não completaram sua escolaridade na idade própria associadas à formação profissional. Além disso, cursos especialmente desenhados para o ensino-aprendizagem de jovens, adultos e idosos podem ser ofertados pelos sistemas de ensino público, com apoio de recursos financiados pela União, caso do Programa Brasil Alfabetizado, que será analisado adiante. Além dessas iniciativas, vale ainda mencionar outras formas de oferta, a exemplo da educação no sistema penitenciário, que possui legislação e orientações específicas.

Ao discutir o Objetivo 4, é oportuno ter em mente esse leque de alternativas disponíveis aos jovens e adultos que não completaram sua escolarização na idade própria para retomar seus estudos. Na Educação Escolar Indígena, a EJA deve atender às realidades socioculturais e interesses das comunidades indígenas, vinculando-se aos seus projetos de presente e futuro,

sendo necessária a contextualização da sua proposta pedagógica de acordo com as questões socioculturais da comunidade.

De acordo com os dados do Censo Demográfico/IBGE, ao longo dos últimos anos a taxa de analfabetismo das pessoas com 15 anos ou mais vem sendo reduzida no Brasil, passando de 12,4% no ano 2001 para 8,7% em 2012 (PNAD 2012), como mostra o Gráfico 37.

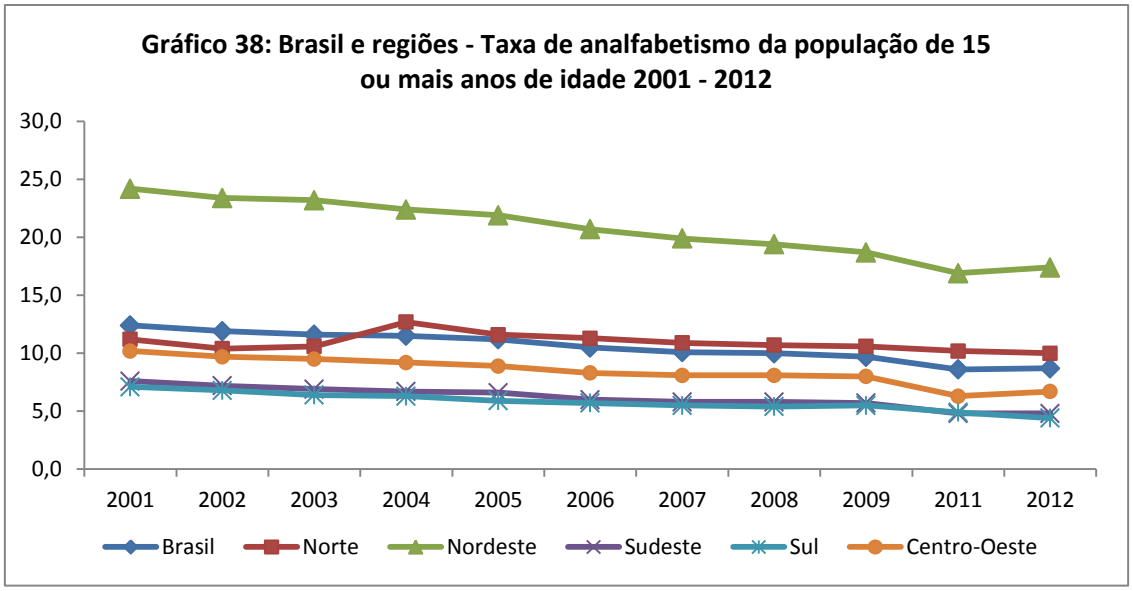
Gráfico 37: Brasil - Taxa de analfabetismo da população de 15 ou mais anos de idade, 2001 - 2012



Fonte: Microdados da PNAD (IBGE)

Entre os estados e regiões brasileiras, a taxa de analfabetismo continua apresentando diferenças significativas. Todos os estados da Região Nordeste apresentaram taxas de analfabetismo mais elevadas que os 8,7% verificados para o Brasil. Em 2012, a taxa para a Região foi de 17,4% e para o Norte foi de 10%, enquanto no Centro-Oeste assume o valor de 6,7%, no Sudeste de 4,8% e no Sul de 4,4%.

Todavia, ao se analisar os resultados da série histórica em um recorte regional (Gráfico 38), verifica-se que a Região Sul foi a que apresentou a maior queda nas taxas de analfabetismo, com 38,0%, seguida da região Sudeste (36,8%) e Centro-Oeste (34,3%). A região Nordeste apresenta uma queda de 28,1%, sendo a que, em números absolutos, mais reduziu a quantidade de analfabetos, situação decorrente da expansão da escolarização e de programas de alfabetização de jovens e adultos.



Fonte: Microdados da Pnad (IBGE)

A taxa de analfabetismo das pessoas com 15 anos ou mais, residentes em domicílios rurais, segundo a PNAD de 2012, foi de 21,12%, apresentando elevação em relação à verificada entre pessoas da mesma faixa etária no meio urbano (6,6%), no mesmo ano. Porém, nos domicílios rurais a taxa de analfabetismo foi 8,7 pontos percentuais mais baixa que os 29,8 verificados no ano 2000.

Vale destacar que, apesar de em termos relativos o analfabetismo no campo ser mais grave, a maior parte do número absoluto de pessoas analfabetas reside nas áreas urbanas. Em 2010, 64,4% das pessoas analfabetas com 15 anos ou mais residiam em domicílios urbanos.

Em termos de renda, verifica-se que, entre 2004 e 2012, houve um aumento de 7,2 pontos percentuais na taxa de alfabetização das pessoas com 15 anos ou mais, sendo que nos 25% mais pobres, o percentual passou de 77,1% para 84,4%, enquanto entre as populações mais ricas a taxa se manteve praticamente estável, em torno de 98%[11].

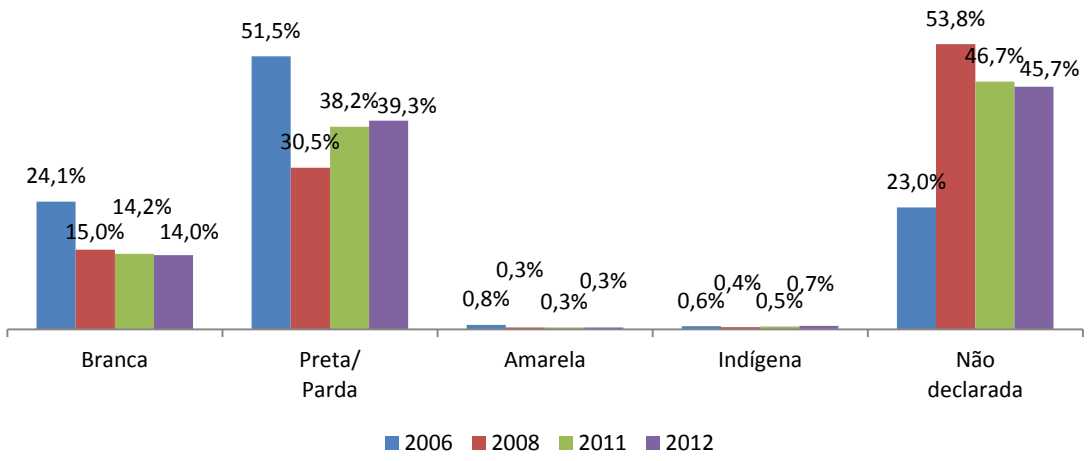
Por outro lado, verifica-se uma variação de 34,1% no número médio de anos de estudo entre os 25% mais pobres da população, de 4,3 anos em 2004 para 5,8 anos em 2012. Entre os 25% mais ricos da população, o crescimento dos anos de estudos é de 7,0%. Enquanto as populações mais pobres têm uma média de 5,8 anos de estudo, as populações mais ricas têm uma média de 10,7 anos, o que mostra que embora o esforço do País tenha sido no sentido de ampliar as oportunidades para os mais pobres, a distância educacional entre os dois estratos sociais ainda é muito grande, representado por 5 anos de estudo.

Esses indicadores apontam um dos maiores desafios brasileiros no que se refere à redução do analfabetismo, traduzido por meio da diminuição da desigualdade de acesso às oportunidades educacionais às pessoas de baixa renda. Essa perspectiva reforça a necessidade de investimento na qualificação da ação alfabetizadora e na ampliação dos mecanismos de garantia da continuidade dos estudos aos egressos de turmas de alfabetização, sob o ponto de vista sistêmico da educação, com vistas à integração de diferentes atores sociais e agentes públicos em nível territorial.

[11]Fonte: IBGE - PNADs 2004 a 2012; Elaborado por MEC/Inep/DEED.

Segundo dados do MEC/INEP a matrícula de EJA no Brasil passou de 3.410.830, em 2000, para 3.906.977, em 2012 tendo, portanto, crescido em termos absolutos. Em termos de distribuição por raça/cor, como os dados só permitem comparações a partir de 2006, nota-se um aumento de mais de90% na participação daqueles cuja raça/cor não é declarada, em 2012, passando de 23,0%para 45,7% em detrimento da população branca (de 24,1% para 14,0%), preta/parda (de 51,5% para 39,3%), amarela (de 0,8% para 0,3%), como mostra o Gráfico 39.

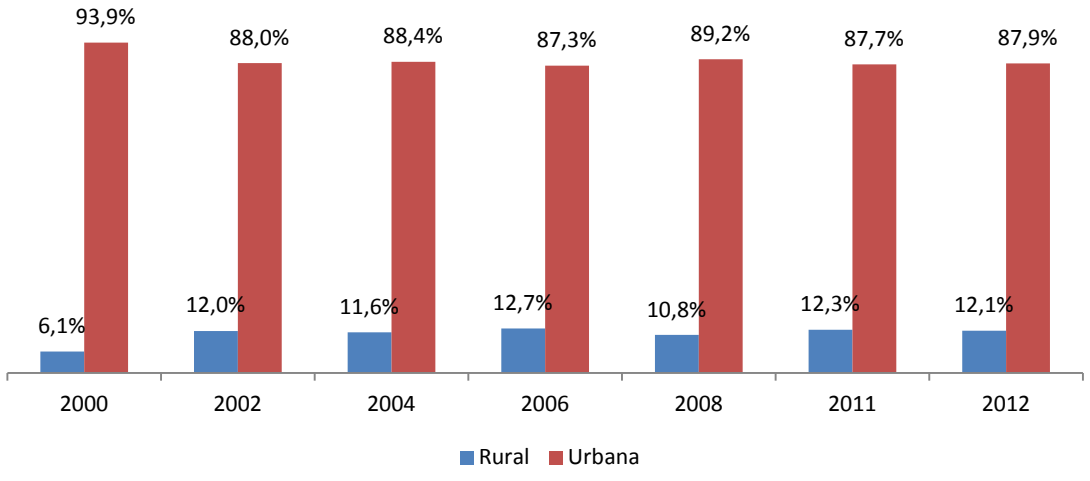
Gráfico 39: Brasil - Taxa de matrícula na Educação de Jovens e Adultos por cor/raça 2006 - 2012



Fonte: MEC/Inep/Deed.

Do ponto de vista da localização, as oportunidades de atendimento à população residente na zona rural aumentaram, evoluindo de 6,2% da oferta total para 12,1% entre 2000 e 2012, como mostra o Gráfico 40, passando de 209.659 para 471.074 alunos.

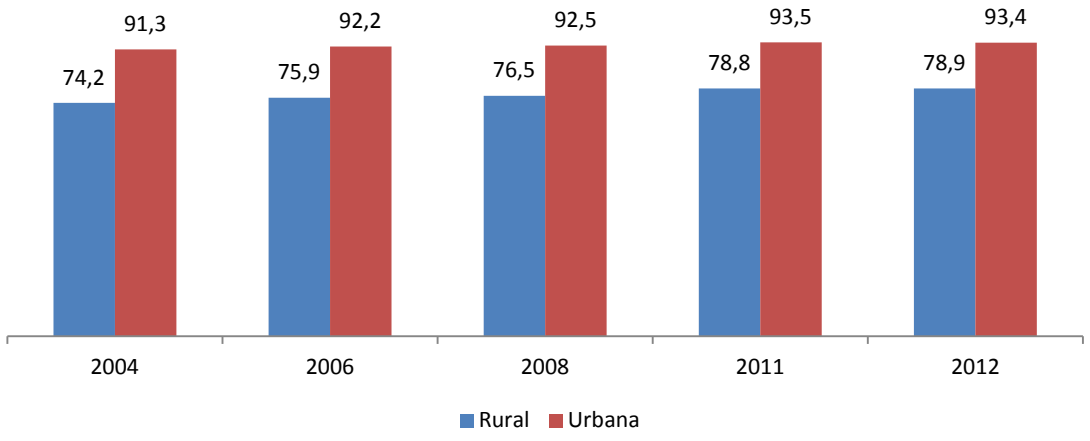
Gráfico 40: Brasil - Matrícula na Educação de Jovens e Adultos por localização 2000 - 2012



Fonte: MEC/Inep/Deed.

Outro aspecto que merece destaque diz respeito à taxa de alfabetização da população de 15 anos ou mais de idade por localização no período 2004-2012, mostrado no Gráfico 41. Os dados permitem observar que enquanto a taxa de alfabetização nas localidades urbanas cresce 2,3%, nas localidades rurais cresce 6,3%, revelando assim a redução das desigualdades educacionais entre a cidade e o campo, embora ainda seja expressivo o desafio que se tem pela frente na busca da equidade.

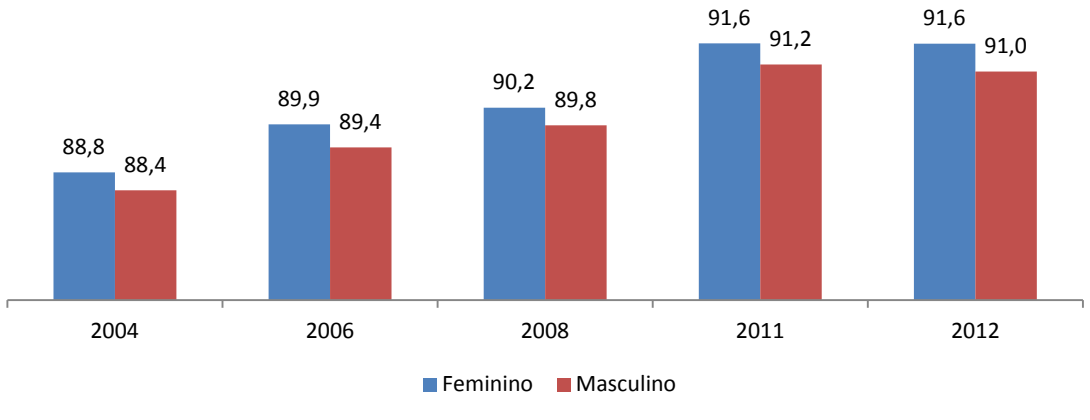
Gráfico 41: Brasil - Taxa de alfabetização da população de 15 anos ou mais de idade, po localização 2004 - 2012



Fonte: IBGE - PNADs 2004 a 2012; Elaborado por MEC/Inep/DEED.

O Gráfico 42, por sua vez, apresenta a taxa de alfabetização da população de 15 anos de idade ou mais por gênero no período 2004 – 2012. Nele percebe-se que esta taxa cresceu mais entre as mulheres, indo de 88,8% para 91,6%, enquanto nos homens cresceu de 88,4% para 91,0%.

Gráfico 42: Brasil - Taxa de alfabetização da população de 15 anos ou mais de idade por gênero 2004 - 2012

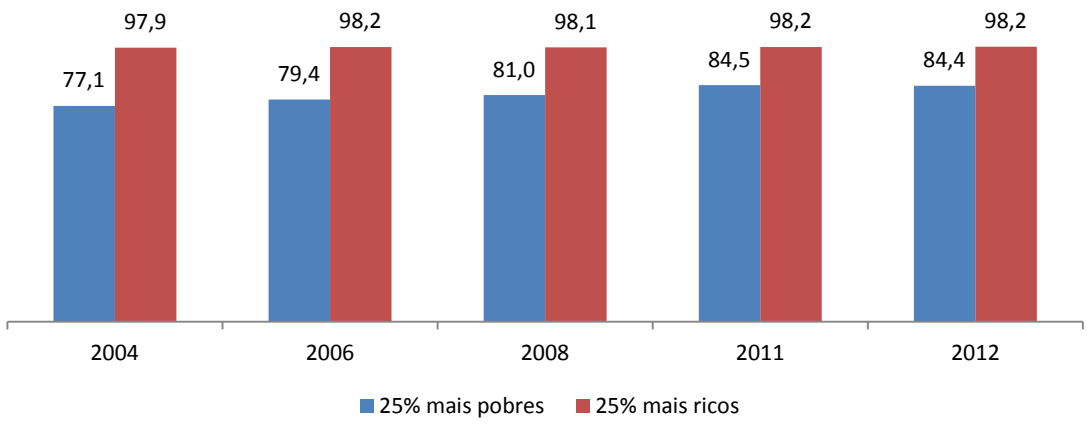


Fonte: IBGE - PNADs 2004 a 2012; Elaborado por MEC/Inep/DEED.

Outro dado que chama atenção se refere à taxa de alfabetização da população de 15 anos de idade ou mais por renda domiciliar *per capita* no mesmo período, como mostra o

Gráfico 43. Enquanto na faixa dos 25% mais ricos ela cresce de 97,9% para 98,2% representando um aumento de 0,3%, na faixa dos 25% mais pobres, esta taxa cresce de 77,1% para 84,4%, o que significa um aumento de 9,4% e um crescimento 30,3 vezes maior que a outra faixa. Embora na faixa dos 25% mais pobres ainda persista um grande desafio de universalização da taxa de alfabetização, é notável o crescimento observado nos últimos anos.

Gráfico 43: Brasil - Taxa de alfabetização da população de 15 anos ou mais de Idade por renda domiciliar per capita, 2004-2012



Fonte: IBGE - PNADs 2004 a 2012; Elaborado por MEC/Inep/DEED.

A principal estratégia de ação para o alcance dos objetivos de Educação para Todos no que se refere à Alfabetização de Jovens e Adultos no Brasil é o Programa Brasil Alfabetizado (PBA). Instituído por lei (Lei nº 10.880/2004) em 2004, o PBA visa contribuir para a superação do analfabetismo e promover a progressiva continuidade dos estudos de jovens e adultos em níveis mais elevados por meio da responsabilidade solidária entre a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios.

O PBA apoia e financia projetos de alfabetização de jovens e adultos apresentados pelos entes federados, repassando recursos suplementares para ampliação da oferta de turmas de alfabetização por meio de ações de formação e pagamento de bolsas a alfabetizadores, tradutores-intérpretes de Língua Brasileira de Sinais (Libras), coordenadores de turmas, aquisição de material escolar; aquisição de gêneros alimentícios; transporte para os alfabetizandos; aquisição de material pedagógico, didático ou literário e reprodução dos testes cognitivos a serem aplicados aos alfabetizandos.

Desde a criação do Programa foram investidos mais de 2,2 bilhões de reais para o desenvolvimento de ações de alfabetização em todo o Brasil, por meio da transferência de valor de apoio aos entes federados e pagamento de bolsas aos voluntários.

Quanto à escala, o PBA abrange mais de 3.500 municípios em todos os estados brasileiros e já atendeu a cerca de 14 milhões de pessoas em turmas de alfabetização desde 2003, tendo uma média anual de 1.200 parceiros entre Prefeituras Municipais e Secretarias Estaduais de Educação.

Enquanto esforço de superação do analfabetismo com a diversidade regional e de público em um País com as dimensões territoriais do Brasil, ao invés de adotar um modelo

único, o PBA contempla uma diversidade de metodologias e práticas. Esse desenho permite aos parceiros construírem uma política de alcance nacional, fortalecendo as ações já existentes e a adequação do processo educativo às diferenças étnicas, regionais, culturais e de gênero entre os segmentos sociais atendidos.

Nessa linha, é importante considerar que a escala de atuação do PBA conjugada com as possibilidades de adequação da proposta pedagógica às condições locais de execução, permite ao Programa atender a populações extremamente vulneráveis, incluindo povos indígenas, pessoas privadas de liberdade e significativa parcela das populações rurais como preconiza a EPT.

Vistas em seu conjunto, as iniciativas de Alfabetização de Jovens e Adultos desenvolvidas pelo Brasil foram muitas e os números sobre a redução do contingente de analfabetos nesta faixa etária são inquestionáveis. Os desafios para atingir os objetivos estabelecidos em Dakar, todavia, ainda são muitos.

5. Paridade e igualdade de gênero

O objetivo de "eliminar disparidades de gênero na educação primária e secundária até 2005 e alcançar a igualdade de gênero na educação até 2015, com enfoque na garantia ao acesso e o desempenho pleno e equitativo de meninas na educação básica de boa qualidade" não é um desafio novo para o Brasil. Com efeito, a questão está presente na sociedade brasileira há décadas em meio a um movimento mais geral de conquista de direitos, de redução das desigualdades e de eliminação da discriminação. Nesta direção, a Constituição Federal de 1988 afirma que "homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações" (Art. 5º, I).

Ainda que persistam desafios, as mulheres brasileiras conquistaram a universidade (onde já são maioria) e ocupam posições estratégicas na vida econômica, social e política do País. Exemplo claro nesse sentido foi a eleição de uma mulher para Presidente da República e incontáveis governadoras e prefeitas em Estados e Municípios. É verdade que no passado as mulheres foram segregadas e seu direito à educação, negado. Hoje, como a análise dos dados relativos a gênero irá mostrar, inexistem diferenças de acesso da mulher à escola. Há, por certo, nichos específicos onde sua presença é maior ou menor – as ocupações profissionais associadas ao cuidado e à educação são de presença feminina predominante. Como em outros países, ainda é comum mulheres recebendo salários inferiores a homens em algumas ocupações e atividades profissionais. Nos cargos e funções onde o acesso se dá por concurso público, não há discriminação contra mulheres.

As conquistas obtidas não significam que a situação de opressão das mulheres tenha sido eliminada da vida pública ou privada, por isso mesmo são ainda imprescindíveis políticas públicas para mulheres e meninas. Estas são necessárias tanto no sentido de estimular sua participação em áreas de conhecimento e atuação onde sua presença é menor, como de proteger sua integridade física em risco de violência e assédio moral.

Iniciativas voltadas para mulheres são desenvolvidas por órgãos diversos das unidades federadas e da sociedade civil. No âmbito federal, em 2003, foi criada a Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM-PR), instituída com a missão de assessorar

a Presidente, em articulação com os demais Ministérios, na formulação e desenvolvimento de políticas para mulheres.

A SPM-PR desenvolve campanhas educativas de caráter nacional, assim como projetos e programas de cooperação com organizações nacionais e internacionais, públicas e privadas. Algumas iniciativas de educação sob sua coordenação serão tratadas adiante. Antes, porém, é oportuno delinear a situação da oferta de Educação Básica no que diz respeito à paridade e igualdade de gênero.

5.1. Paridade de gênero

Os dados confirmam a paridade de gênero entre crianças, jovens e adultos no acesso à oferta de oportunidades educacionais, conforme é possível verificar nas tabelas relativas ao tema.

Os dados da Tabela 7 mostram que no período 2004 – 2011 a paridade de gênero da taxa de frequência à creche ou escola se dá na educação infantil e no ensino fundamental.

Tabela 7: Paridade de Gênero da Taxa de Frequência à Escola ou Creche por Faixa Etária - Brasil 2004 - 2011

Ano	Paridade de Gênero (Feminino/Masculino) da Taxa de Frequência à Escola ou Creche por Faixa Etária			
	Até 5 anos	0 a 3 anos	4 e 5 anos	6 a 14 anos
2004	1,0	1,0	1,0	1,0
2006	1,0	0,9	1,0	1,0
2008	1,0	1,0	1,0	1,0
2011	1,0	1,0	1,0	1,0

Fonte: IBGE - PNADs 2004 a 2011; Elaborado por MEC/Inep/DEED.

Na Tabela 8 é possível visualizar que esse fenômeno não ocorre com pessoas de 12 anos de idade com ao menos 4 anos de estudo, o que representa os anos iniciais do ensino fundamental. Nesse caso, a relação 1,1 mostra que o percentual de mulheres nessa situação é 10% maior que a de homens. Para pessoas com 16 anos de idade e pelo menos 8 anos de estudo, que corresponde ao ensino fundamental completo, os dados mostram que o percentual de mulheres é 30% maior que o de homens, o que revela maior escolarização por parte das mulheres brasileiras, especialmente no acesso e matrícula do ensino médio, como veremos nos próximos tópicos.

Tabela 8: Paridade de Gênero (Feminino/Masculino) do Percentual de Pessoas de 12 e 16 anos de idade por Anos de Estudo - Brasil 2004 - 2011

Ano	% de Pessoas de 12 anos de idade com ao menos 4 anos de estudo (Anos Iniciais do Ensino Fundamental)(Feminino/Masculino)	% de Pessoas de 16 anos de idade com ao menos 8 anos de estudo (Ensino Fundamental Completo) por Gênero (Feminino/Masculino)
2004	1,1	1,3
2006	1,1	1,3
2008	1,2	1,3
2011	1,1	1,3

Fonte: IBGE - PNADs 2004 a 2011; Elaborado por MEC/Inep/DEED.

Nota: Exclusive pessoas com anos de estudo não-determinados

A Tabela 9 mostra a paridade de gênero para pessoas de 18 e 24 anos por frequência a escola e anos de estudo no período 2004 – 2011. No caso do percentual de pessoas de 18 anos de idade que frequenta o ensino médio regular, EJA médio, pré-vestibular, ensino superior ou que apresentam ao menos 11 anos de estudo, observa-se que o gênero feminino predomina, com 20% a mais que o masculino. Nas pessoas de 24 anos de idade que frequenta o ensino superior ou mestrado/doutorado ou apresenta 15 anos ou mais de estudo, as mulheres predominam, apresentando 40% a mais que os homens. Ou seja, os níveis de escolaridade mais elevados, no Brasil, têm predomínio do sexo feminino, fato que também deve ser objeto de preocupação por parte das políticas públicas.

Tabela 9: Paridade de gênero (feminino/masculino) do percentual de pessoas de 18 e 24 anos de idade por frequência à escola e anos de estudo - Brasil 2004 - 2011

Ano	% de Pessoas de 18 anos de idade que Frequenta o Ensino Médio Regular ou EJA Médio ou Pré-Vestibular ou Ensino Superior ou que Não Frequenta Escola com ao menos 11 anos de estudo (Feminino/Masculino)	% de Pessoas de 24 anos de idade que Frequenta o Ensino Superior ou Mestrado/Doutorado ou que Não Frequenta Escola com 15 anos ou mais de estudo (Feminino/Masculino)
2004	1,2	1,3
2006	1,2	1,2
2008	1,2	1,3
2011	1,2	1,4

Fonte: IBGE - PNADs 2004 a 2011; Elaborado por MEC/Inep/DEE
Nota: Exclusive pessoas com anos de estudo não-determinados

A Tabela 10 mostra a paridade de gênero da matrícula da educação profissional, no período 2004 – 2012 e revela que nesta modalidade de ensino a participação do sexo feminino vem aumentando a partir de 2008, chegando em 2012 com 10% a mais de mulheres matriculadas do que homens.

Tabela 10: Paridade de gênero (feminino/masculino) da matrícula na Educação Profissional - Brasil 2004 - 2012

Ano	Paridade de Gênero (Feminino/Masculino) da Matrícula na Educação Profissional
2004	1,0
2006	1,0
2008	1,1
2011	1,2
2012	1,1

Fonte: MEC/Inep/Deed.

No que se refere à paridade de gênero da taxa de alfabetização da população de 15 anos ou mais, os dados da Tabela 11 mostram que ela é igual em todas as faixas etárias consideradas (15 a 24 anos, 25 a 39 anos e 40 anos e mais) no período 2004 – 2011.

Tabela 11: Paridade de gênero (feminino/masculino) da taxa de alfabetização da população de 15 anos ou mais de idade, segundo ano e faixa etária - Brasil 2004 - 2011

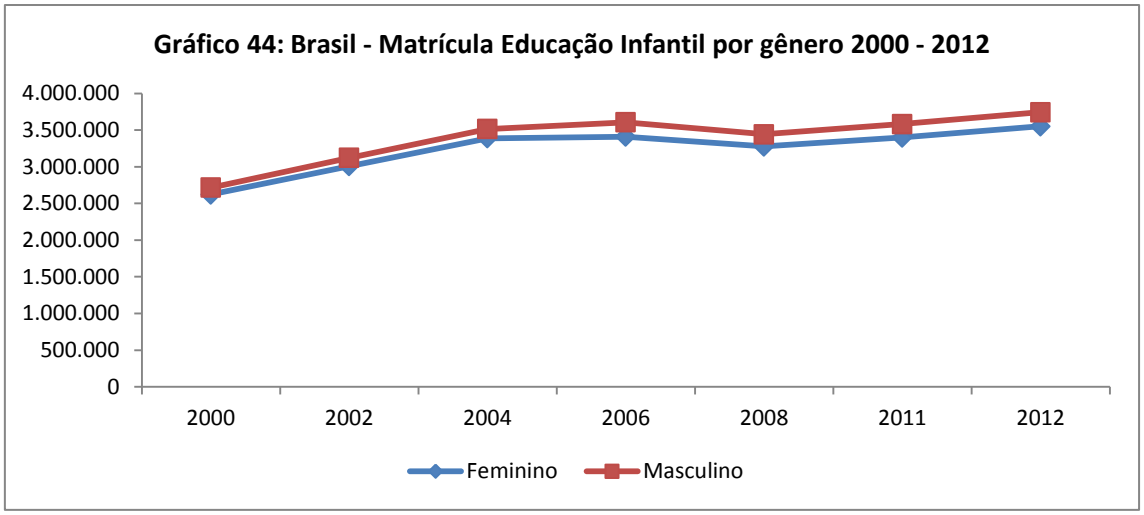
Ano/Faixa Etária	Paridade de Gênero (Feminino/Masculino) da Taxa de Alfabetização
2004	
15 anos ou mais	1,0
15 a 24 anos	1,0
25 a 39 anos	1,0
40 anos e mais	1,0
2006	
15 anos ou mais	1,0
15 a 24 anos	1,0
25 a 39 anos	1,0
40 anos e mais	1,0
2008	
15 anos ou mais	1,0
15 a 24 anos	1,0
25 a 39 anos	1,0
40 anos e mais	1,0
2011	
15 anos ou mais	1,0
15 a 24 anos	1,0
25 a 39 anos	1,0
40 anos e mais	1,0

Fonte: IBGE - PNADs 2004 a 2011; Elaborado por MEC/Inep/DEED.

Analisados os dados de paridade de gênero, a apreciação dos números relativos às etapas e modalidades da Educação Básica permite identificar o avanço da igualdade de gênero e as peculiaridades próprias de cada uma dessas etapas.

5.1.1. 0 a 5 anos – Educação Infantil

A matrícula na educação infantil por gênero mostra ligeira predominância do sexo masculino sobre o feminino, como se pode ver no Gráfico 44.



Fonte: MEC/Inep/Deed.

Em termos absolutos, houve crescimento significativo na matrícula total que passou de 5.338.196, em 2000, para 7.295.512, em 2012, com a seguinte distribuição: em 2000 havia 2.662.874 matrículas do sexo feminino e 2.716.322 do sexo masculino; em 2012 esses números se elevam para 3.551.648 e 3.743.864 respectivamente.

A Tabela 12 mostra a taxa de frequência à escola ou creche por gênero e faixa etária nos anos 2004 e 2012 e revela que ocorre paridade no atendimento nas faixas etárias de 0 a 3 anos como também na de 4 e 5 anos.

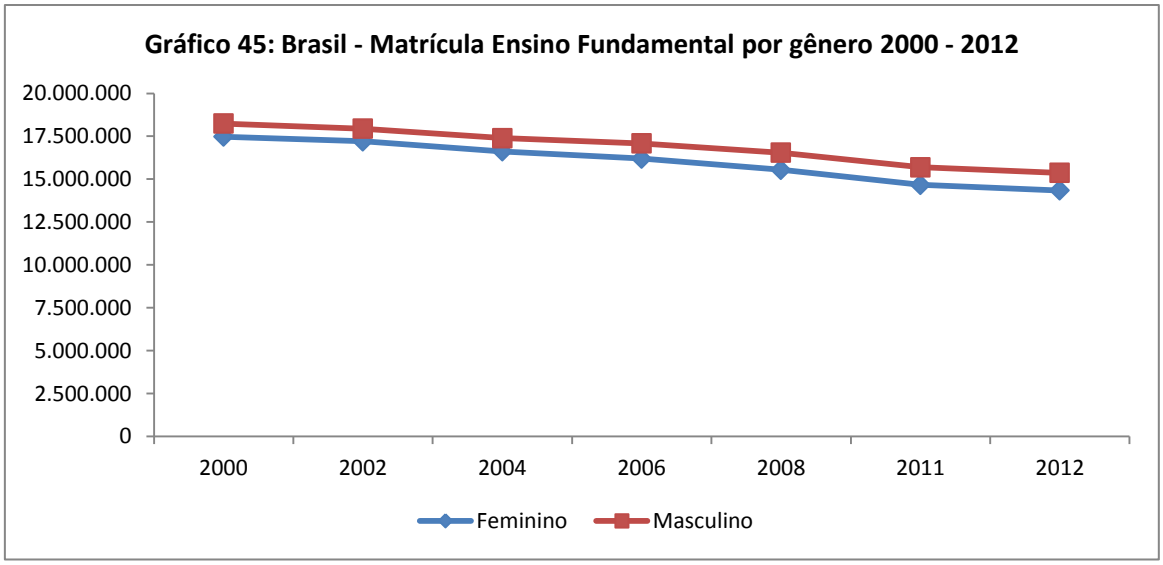
Tabela 12: Taxa de frequência à escola ou creche por gênero e faixa etária – Brasil 2004 e 2012

Ano	Até 5 anos			0 a 3 anos			4 e 5 anos		
	Total	Fem	Masc	Total	Fem	Masc	Total	Fem	Masc
2004	31,2	31,2	31,1	13,4	13,6	13,2	61,5	61,9	61,1
2012	40,7	40,9	40,6	21,2	21,2	21,1	78,2	78,4	77,9

Fonte: MEC/INEP/Deed

5.1.2. 6 a 14 anos – Ensino Fundamental

O Gráfico 45 mostra as matrículas do ensino fundamental por gênero no período 2000 – 2012 e revela que a diferença numérica entre meninas e meninos ao longo do período é inferior a 7%, mas vem aumentando a partir de 2004.



Fonte: MEC/Inep/Deed.

Os dados sobre frequência à escola da população de 6 a 14 anos por gênero nos anos 2004 e 2012 indicados na Tabela 13 mostram que ambos os sexos apresentaram crescimento de frequência, sendo que o masculino cresceu mais que o feminino.

Tabela 13: Taxa de frequência à escola da população de 6 a 14 anos por gênero – Brasil 2004 e2012

Ano	Total	Feminino	Masculino
2004	96,1	96,5	95,7
2012	98,2	98,2	98,2

Fonte: MEC/Inep/Deed.

Os percentuais relativos a pessoas de 12 a 16 anos de idade por anos de estudos e gênero apontam maior participação de pessoas do sexo feminino que do sexo masculino, como mostra a Tabela 14. Isto ocorre tanto em relação aos anos iniciais do ensino fundamental quanto aos anos finais, relativos ao ensino fundamental completo. A Tabela 14 apresenta informações sobre a referida situação entre 2004 e 2012.

Tabela 14: Percentual de pessoas de 12 a 16 anos de idade por anos de estudos e gênero – Brasil 2004 e 2012

Ano	% de Pessoas de 12 anos de idade com ao menos 4 anos de estudo (Anos Iniciais do Ensino Fundamental) por Gênero			% de Pessoas de 16 anos de idade com ao menos 8 anos de estudo (Ensino Fundamental Completo) por Gênero		
	Total	Feminino	Masculino	Total	Feminino	Masculino
2004	74,2	78,2	70,3	53,5	60,0	46,9
2012	76,0	79,9	72,3	65,6	73,6	57,8

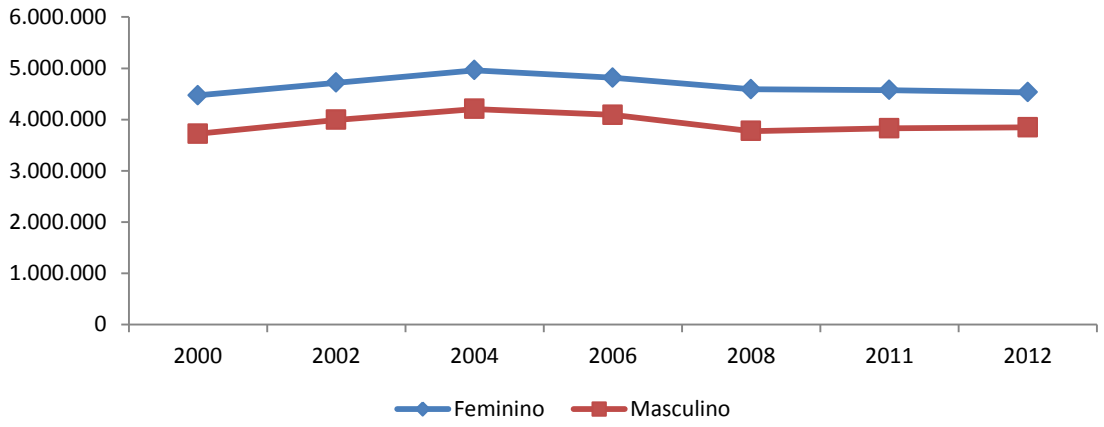
Fonte: MEC/Inep/Deed.

Observando-se ainda os dados da Tabela 14, percebe-se que o número de pessoas de 12 anos de idade com 4 anos de estudo cresceu percentualmente menos que o das pessoas de 16 anos de idade com ao menos 8 anos de estudo, tendência positiva nos dois sexos, sendo a diferença percentual em favor das mulheres em termos de maior quantidade de anos de estudos (73,6% x 57,8%) em 2012.

5.1.3. Ensino Médio e Educação Profissional

O Gráfico 47 mostra as matrículas do ensino médio por gênero no período 2000 – 2012 e revela que a diferença numérica entre meninas e meninos é significativa, variando de 17,7% em 2006 a 21,6% em 2008.

Gráfico 47: Brasil - Matrícula Ensino Médio por gênero 2000 - 2012



Fonte: MEC/Inep/Deed.

No entanto, os dados sobre gênero apontam diferença pouco significativa no que se refere à taxa de frequência à escola da população de 15 a 17 anos, como mostra a Tabela 15.

Tabela 15: Taxa de frequência à escola da população de 15 a 17 anos por gênero - Brasil 2004 e 2012

Ano	Total	Feminino	Masculino
2004	81,9	82,5	81,3
2012	84,2	84,7	83,6

Fonte: MEC/Inep/Deed.

Percebe-se que o percentual relativo à taxa de frequência à escola do sexo feminino passou de 82,5% para 84,7% entre 2004 e 2012. Algo semelhante ocorre na população masculina, cuja participação passa de 81,3% para 83,6%. A situação em termos de frequência à escola mantém-se, portanto, praticamente inalterada no período com diferença de em torno de 2 pontos percentuais.

As informações sobre matrículas na educação profissional por gênero entre 2002 e 2012 confirmam maior número de população feminina, conforme se pode ver na Tabela 16 que apresenta dados sobre o tema.

Tabela 16: Matrícula na Educação Profissional por gênero – Brasil 2002/2012

Ano	Total	Feminino	Masculino
2002	565.042	273.592	291.450
2012	1.063.655	568.590	495.065

Fonte: MEC/Inep/Deed.

Os dados mostram que, em ambos os sexos, as matrículas crescem de forma significativa, sendo que uma mudança ocorre em relação à participação por gênero. Enquanto a participação das mulheres representava 48,4% da matrícula de 2002, passa a representar 53,5% da matrícula de 2012.

5.1.4. 15 anos e mais

Quanto à taxa de alfabetização da população com 15 anos e mais, a distribuição é praticamente paritária, situação que se mantém entre 2004 e 2012, como se pode ver na Tabela 17, que apresenta os dados relativos à questão.

Tabela 17: Taxa de alfabetização da população de 15 anos ou mais de idade por gênero segundo faixa etária – Brasil 2004 e 2012

Ano	Total	Feminino	Masculino
2004			
15 anos ou mais	**88,6**	**88,8**	**88,4**
15 a 24 anos	96,8	97,9	95,8
25 a 39 anos	92,8	94,2	95,8
40 anos e mais	80,4	79,6	81,3
2012			
15 anos ou mais	**91,3**	**91,6**	**91,0**
15 a 24 anos	98,6	99,0	98,2
25 a 39 anos	95,7	96,9	94,5
40 anos e mais	85,2	85,3	85,1

Fonte: MEC/Inep/Deed.

A taxa de alfabetização da população de 15 anos ou mais de idade por gênero segundo ano e faixa etária entre 2004 e 2012 passou de 88,6% para 91,3%, com distribuição paritária no período – a participação feminina passou de 88,8% para 91,6% e a masculina de 88,4% para 91,0%. A pequena diferença em termos de total em favor das mulheres tem se mantido. Observados por faixa etária, os dados mostram que, exceto na faixa etária de 15 a 24 anos, a taxa de alfabetização de mulheres com 15 anos ou mais de idade cresceu mais nas faixas de 25 a 39 anos e de 40 anos e mais (2,9% x -1,4% e 7,2% x 4,7%, respectivamente).

A situação do número médio de anos de estudo da população de 15 anos ou mais de idade por gênero segundo faixa etária é praticamente paritária, exceto na faixa de idade de 40 anos e mais em que o percentual de mulheres cresce 22,2% enquanto o de homens cresce 16,4%, como a Tabela 18 mostra.

Tabela 18: Número médio de anos de estudo da população de 15 anos ou mais de Idade por gênero segundo faixa etária – Brasil 2004 e 2012

Ano	Total	Feminino	Masculino
2004			
15 anos ou mais	**6,8**	**7,0**	**6,7**
15 a 24 anos	8,1	8,4	7,7
25 a 39 anos	7,7	8,0	7,4
40 anos e mais	5,4	5,4	5,5
2012			
15 anos ou mais	**7,9**	**8,1**	**7,7**

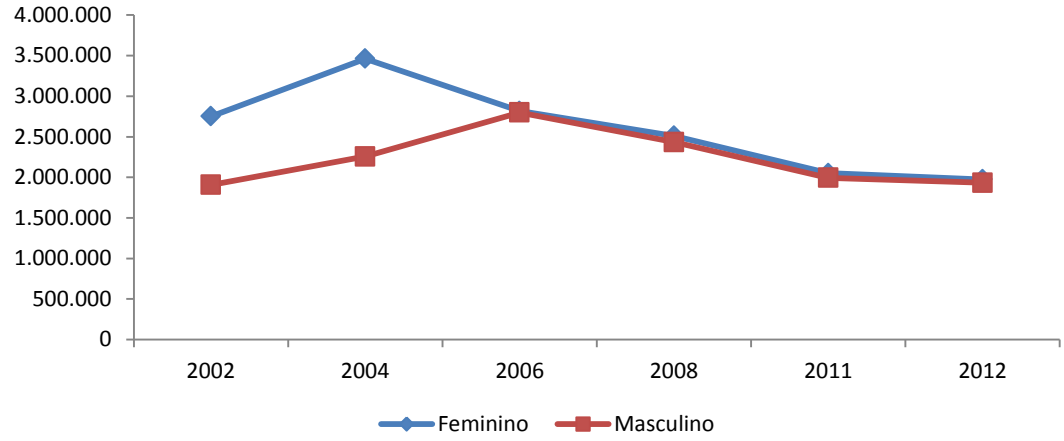
15 a 24 anos	9,0	9,4	8,6
25 a 39 anos	9,3	9,6	8,9
40 anos e mais	6,5	6,6	6,4

Fonte: MEC/Inep/Deed.

A Tabela 18 evidencia ainda que, neste aspecto, a evolução entre 2004 e 2012 em termos de total foi de 6,8 para 7,9 anos de estudo, sendo que no gênero feminino passou de 7,0 para 8,1 anos e no masculino de 6,7 para 7,7 anos. De uma maneira geral, nas faixas mais jovens, as mulheres possuem mais anos de estudo que os homens e na faixa de 40 anos e mais, uma ligeira diferença começa a se fazer notar: em 2004 as mulheres de mais de 40 anos tinham 5,4 anos de estudo e os homens 5,5; em 2012, a população feminina tinha chegado a 6,6 anos e a masculina a 6,4 anos de estudo.

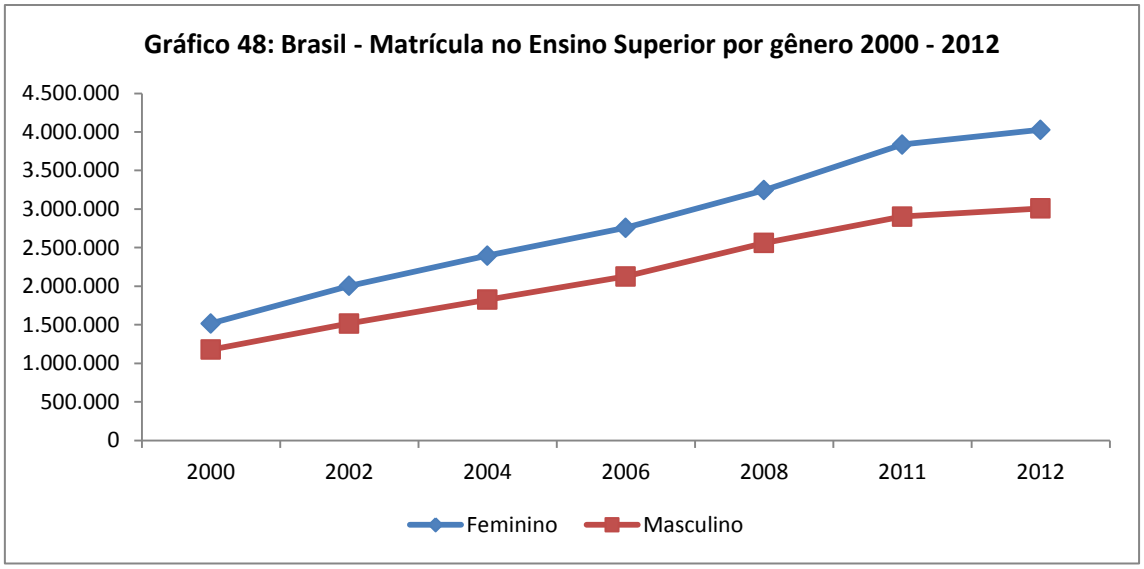
A matrícula em EJA, embora tendo se reduzido em termos absolutos, como mostra o Gráfico 47, revela que a partir de 2006 a igualdade de gênero começa a ocorrer.

Gráfico 47: Brasil - Matrícula na Educação de Jovens e Adultos por gênero 2002 - 2012 (em milhões)



Fonte: MEC/Inep/Deed.

Embora não seja objeto específico das metas discutidas neste Relatório, é interessante observar que houve um notável aumento da Matrícula no Ensino Superior (Presencial e a Distancia) por Gênero entre 2000 e 2012. O Gráfico 48 mostra a evolução desses dados.



Fonte: MEC/Inep/Deed.

Os dados permitem concluir que também no ensino superior a presença feminina é dominante. Sua participação superava a masculina em 28,6% em 2000, em 2012 esse valor chega a 33,9%. Ou seja, em 2012, as mulheres representam 57,2% das matrículas do ensino superior no País.

O conjunto dos dados apresentados mostra a ampliação da população feminina na educação escolar, especialmente a partir do ensino médio. Há, contudo, áreas do conhecimento onde sua presença é reduzida, daí porque iniciativas específicas têm sido criadas para superar este *gap* de gênero.

5.2. Políticas de Gênero – Mulheres na Ciência e Tecnologia

Conforme referido no início deste tópico, dois eixos de atuação da SPM-PR dizem respeito à educação: o Programa Mulher e Ciência e a inserção do debate de gênero no currículo escolar. Interessante iniciativa desenvolvida neste âmbito está sendo apoiada por ação conjunta desenvolvida por órgãos governamentais – um edital de apoio à presença de mulheres nestas áreas, denominado *Meninas e Jovens Fazendo Ciências Exatas, Engenharias e Computação.*

Meninas e Jovens Fazendo Ciências Exatas, Engenharias e Computação

Ação de indução para ampliar o número de mulheres nas carreiras e profissões científicas e tecnológicas. O objetivo é promover o apoio financeiro a projetos que visem estimular a formação de mulheres para as carreiras de ciências exatas, engenharias e computação no Brasil, combatendo a evasão que ocorre principalmente nos primeiros anos destes cursos e despertando o interesse vocacional de estudantes do sexo feminino do Ensino Médio e da Graduação por estas profissões e para a pesquisa científica e tecnológica.

Trezentos e vinte projetos foram selecionados através de edital nacional (Edital Nº 18/2013 MCTI/CNPq/SPM-PR/Petrobras), com destinação de cerca de 900 bolsas para alunas do Ensino Médio e 325 para alunas de cursos de graduação nas áreas selecionadas. São parceiros da iniciativa: o Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e

Tecnológico – CNPq, a Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República - SPM-PR e a Petróleo Brasileiro - Petrobras.
Valor global estimado: R$ 11.000.000,00 (onze milhões de reais)
Fonte: CNPq e http://cienciahoje.uol.com.br/blogues/bussola/2014/03/participacao-desigual

Para concluir a análise da meta 5, pode-se afirmar que o acesso da população feminina à educação ampliou-se no período colocando em questão um novo desafio, que consiste em promover a paridade de gênero em contextos e ocupações nos quais a presença masculina está em desvantagem.

6. Qualidade da educação

O objetivo de "melhorar todos os aspectos da qualidade da educação e assegurar excelência para todos, de forma a garantir a todos resultados reconhecidos e mensuráveis, especialmente na alfabetização, matemática e habilidades essenciais à vida" é o mais desafiante de todos definidos na Cúpula Mundial de Dakar.

Dois princípios da Constituição brasileira particularmente importantes na reafirmação do direito à educação estão associados aos objetivos de Educação para Todos: I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; e, VII - garantia de padrão de qualidade (CF, Art. 206, I e VII).

Se o acesso é um desafio que requer infraestrutura e recursos humanos, a permanência e o sucesso são de natureza mais complexa e abrangente. Demandam investimento em aspectos relacionados aos fins da educação. Para que a tarefa cotidiana de ensinar e aprender se complete é preciso ter bons professores, estudantes motivados e uma série de outros elementos nem sempre passíveis de redução a números. A educação é uma atividade que envolve interação entre pessoas e muda vidas; por isso mesmo, configura-se como um empreendimento essencialmente humano.

A busca de "excelência para todos" tem caminhado *pari passu* com políticas orientadas para obtenção de "resultados reconhecidos e mensuráveis". Tendo chegado ao Brasil em final da década de 1980 (oitenta) do século XX, foram implementadas gradativamente. Desde então o País vem aperfeiçoando e ampliando seus sistemas de avaliação da educação básica (Sistema de Avaliação da Educação Básica – Saeb) e da educação superior (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – Sinaes), o que tem permitido um monitoramento do desempenho de estudantes. Merece registro também a criação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), que combina informações sobre desempenho em exames (Saeb) com informações sobre rendimento escolar (aprovação). Nessa mesma perspectiva, o País passou a integrar iniciativas como o Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa – *Programme for International Student Assessment)*. Combinando sistemas de aferição nacional e internacional, foi possível ao Brasil analisar seus resultados e estabelecer metas de curto, médio e longo prazos para o desempenho do conjunto dos sistemas educacionais.

Essas e outras políticas ocorreram em um contexto de ampliação de investimentos finalísticos e de custeio para assegurar o acesso, permanência e sucesso de crianças, jovens e adultos na escola. O leque de iniciativas de suporte à **qualidade da educação** é, portanto, amplo, sendo inúmeros os fatores que para isto contribuem – desde o foco na melhoria da

docência, ao provimento de serviços que assegurem o acesso e permanência de crianças e jovens em situações de maior vulnerabilidade à escola (transporte escolar, livro didático, ampliação da jornada escolar), chegando à aprendizagem propriamente dita.

A análise sobre os resultados associados ao Objetivo 6 focalizará respostas que o Brasil vem dando a este desafio, de modo específico em relação à valorização dos professores e aos resultados expressos por alguns indicadores importantes sobre a qualidade da educação.

6.1. Valorização de Professores

Os estudos sobre sistemas educacionais bem-sucedidos são unânimes em afirmar a importância dos professores para a qualidade na educação (OCDE, 2006). Além dos princípios já referidos, outros dois dispositivos constitucionais são particularmente importantes no sentido de "respeitar os professores": "valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas" e "piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal" (CF, Art. 206, V e VIII). A LDB reafirma tais princípios em um título específico sobre os profissionais da educação (Título VI, artigos 61 a 67).

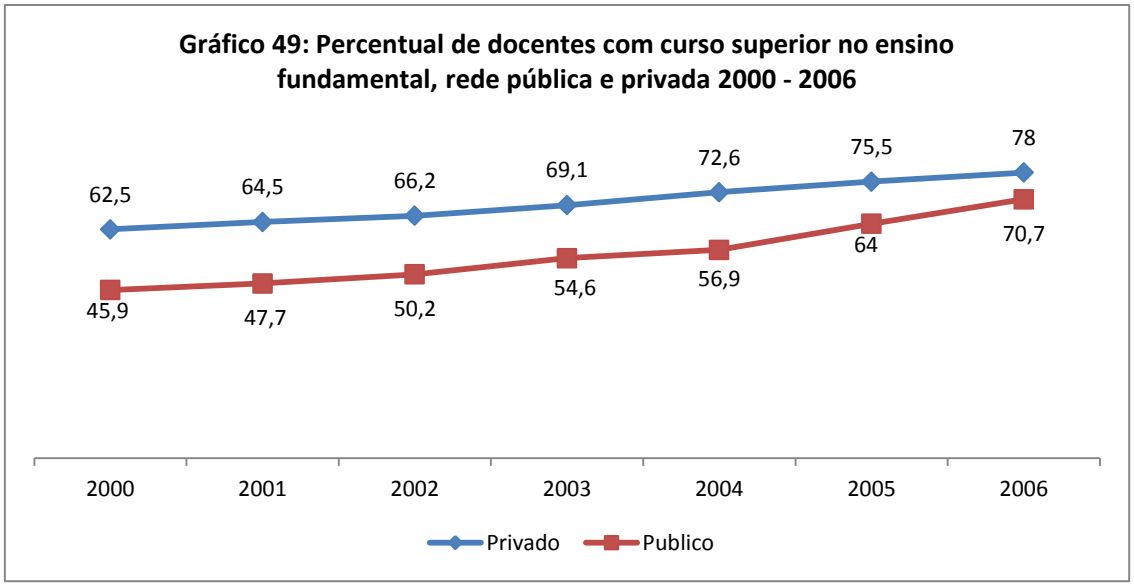
Em 2008 foi aprovado um importante instrumento de valorização do magistério, a lei que regulamenta "o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da Educação Básica" (Lei nº 1.1738, de 16/7/2008), mais conhecida entre os profissionais da educação como "Lei do Piso". Outros marcos normativos recentes relativos ao magistério público da Educação Básica foram as diversas Diretrizes Curriculares Nacionais emanadas do Conselho Nacional de Educação (CNE)[12].

A existência de um ordenamento legal nacional no sentido da valorização dos profissionais da educação escolar tem sido um elemento promissor na política educacional brasileira. Todavia, muitos são os empecilhos à sua plena vigência no contexto da federação. Muitos estados e municípios têm resistido a cumprir a "Lei do Piso" e esta tem sido uma bandeira de luta abraçada pelos movimentos dos docentes em favor do respeito à sua profissão.

Além da existência de marcos regulatórios, a valorização dos docentes e da educação articula-se também a oportunidades de qualificação profissional. Um exame dos dados sobre a formação dos professores da educação básica no Brasil mostra que esta tem melhorado no período que se segue à Cúpula Mundial de Educação, em Dakar.

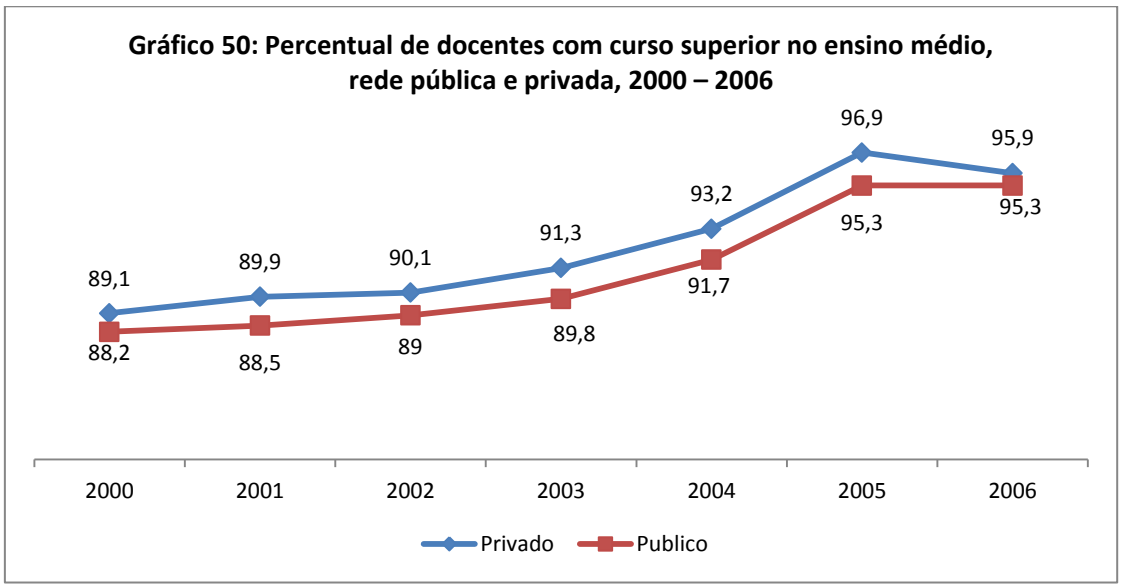
No que se refere ao ensino fundamental, o Gráfico 49 mostra que no período 2000 – 2006, enquanto o percentual de docentes do setor privado com nível superior cresce 24,8% o crescimento do setor público alcança 54,0%, evidenciando o esforço dos governos federal, estaduais e municipais em qualificar seus docentes.

[12] Os diversos pareceres sobre o tema podem ser consultados no Portal do Ministério da Educação. Ver: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12795&Itemid=866> Acesso em: 26 fev. 2014.



Fonte: http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/lista_tema.aspx?op=0&de=49&no=4

O Gráfico 50 mostra a situação dos docentes com curso superior no ensino médio por dependência administrativa no período 2000 – 2006 e revela que ambos os setores apresentam crescimentos similares (7,8 para o setor privado e 8,0 para o setor público).



Fonte: http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/lista_tema.aspx?op=0&de=49&no=4

A melhoria da formação inicial dos professores brasileiros articula-se a um amplo conjunto de iniciativas desenvolvidas no País desde meados dos anos 90 e que será detalhada na análise das estratégias associadas ao Objetivo 6.

6.2. Indicadores de Qualidade

Embora a coleta de informações educacionais seja prática que remonta à educação colonial brasileira, apenas no final do século XX tais procedimentos passaram a contar com

recursos que permitiram gerar uma base de dados de substancial relevância para a política educacional. O Censo Escolar, realizado anualmente, compila um conjunto expressivo de dados que contribuem para a elaboração de indicadores de quantidade e qualidade do sistema educacional do País, por região, estado, município, dependência administrativa e unidades escolares. Este instrumento possibilita planejar ações e definir metas a serem atingidas no médio e longo prazo.

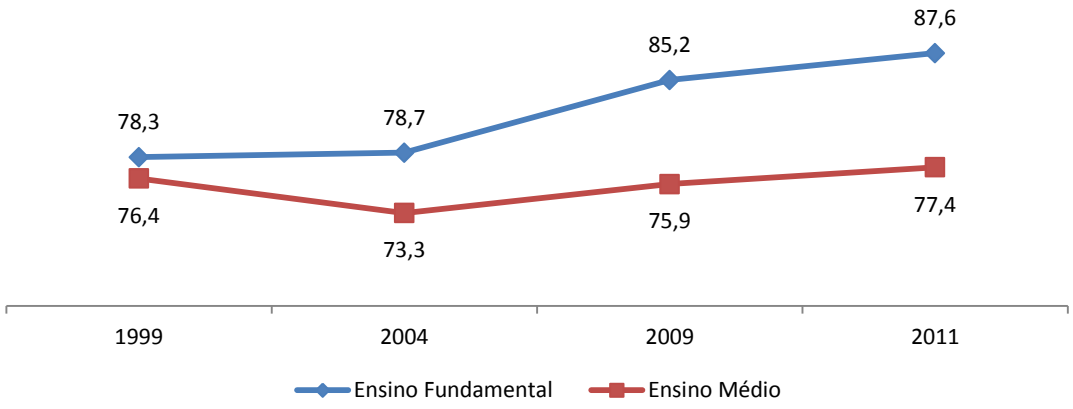
6.2.1. Taxas de rendimento

Importante contribuição do Censo Escolar à qualidade na educação é a possibilidade de acompanhar dados relativos às taxas de rendimento que fornecem informações sobre a eficiência do sistema escolar, a saber: aprovação, reprovação e abandono.

Antes de apresentar alguns dados relativos a desempenho escolar, é importante observar o que vem acontecendo com os indicadores de rendimento do ensino fundamental e médio no período 1999 – 2011.

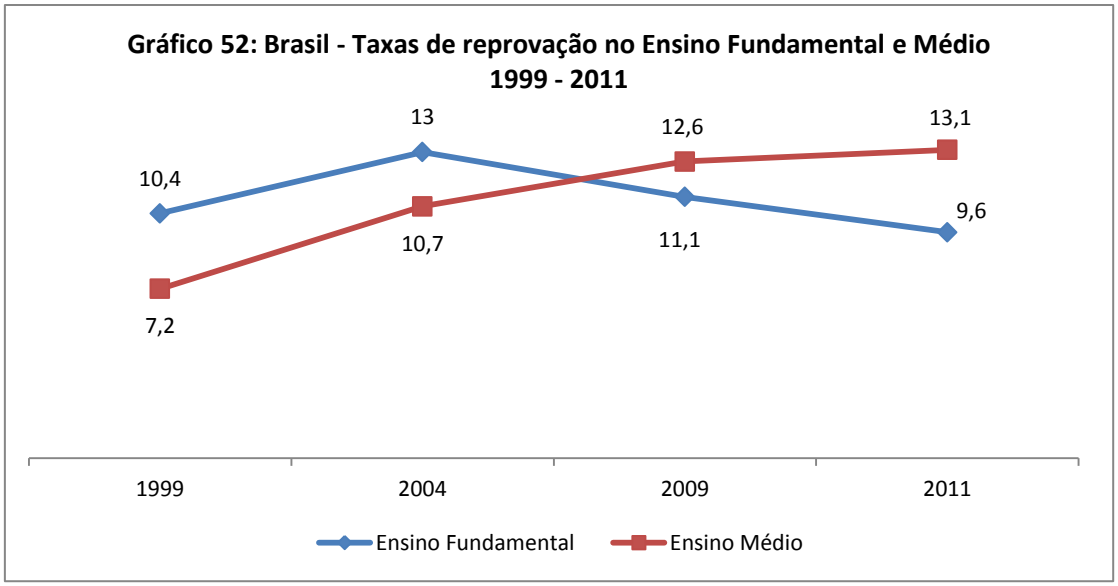
O Gráfico 51 mostra o comportamento das taxas de aprovação no ensino fundamental e médio no período considerado e revela que enquanto ela cresce 11,9% no ensino fundamental, cresce apenas 1,3% no ensino médio.

Gráfio 51: Brasil - Taxas de aprovação no Ensino Fundamental e Médio 1999 - 2011



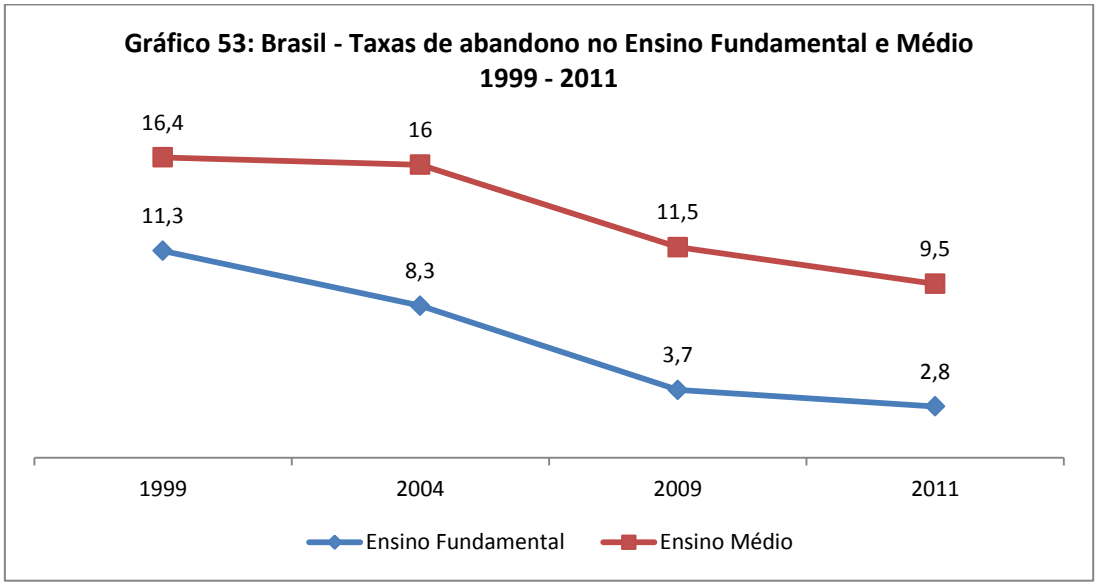
Fonte: INEP, Censos Escolares

O Gráfico 52 apresenta as taxas de reprovação do ensino fundamental e ensino médio no período 1999 – 2011 e permite observar que enquanto no ensino fundamental ela cai 7,7%, no ensino médio ela aumenta 81,9%.



Fonte: INEP, Censos Escolares

O Gráfico 53 mostra as taxas de abandono no ensino fundamental e médio no mesmo período e revela que o esforço do País foi recompensado, com ambas caindo de forma expressiva. A taxa de abandono no ensino fundamental cai 75,2% e a de ensino médio apresenta uma queda de 42,1%.



Fonte: INEP, Censos Escolares

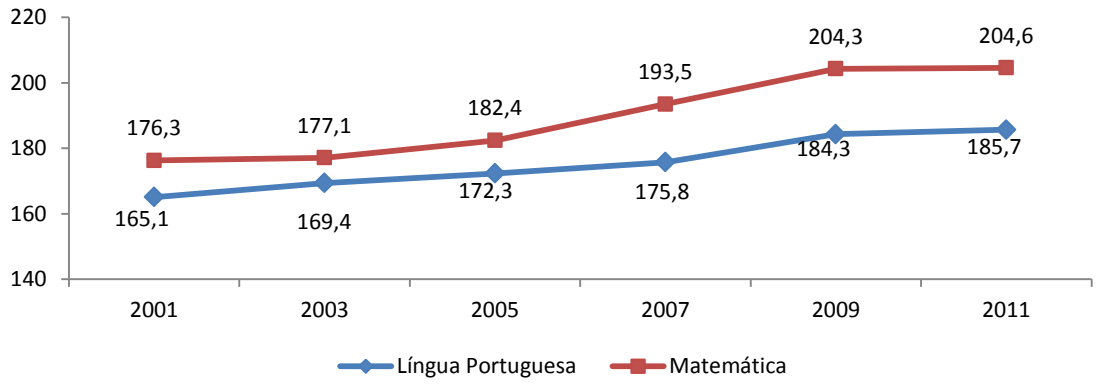
Os dados relativos às taxas de rendimento no período 1999 – 2011 mostram que o País conseguiu significativos avanços na redução da taxa de abandono no ensino fundamental, e alcançou resultados expressivos no ensino médio. No entanto, a taxa de reprovação no ensino fundamental decresceu muito pouco e houve crescimento na taxa de reprovação do ensino médio, revelando, que o desafio de melhorar as taxas de aprovação ainda exigem atenção e esforços por parte do poder público.

6.2.2. Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb)

Outro importante instrumento de acompanhamento dos resultados de qualidade na educação é o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb). Criado em 1988, inicialmente configurou-se como um sistema de avaliação amostral, operacionalizado a cada dois anos com a finalidade de avaliar a qualidade, equidade e eficiência do ensino e da aprendizagem no âmbito do Ensino Fundamental e Médio. Tendo sido ampliado ao longo das últimas décadas, hoje se configura como um sistema composto por duas avaliações: a Avaliação Nacional da Educação Básica (Aneb), que por meio de amostras da população procede à avaliação de proficiência dos alunos das redes públicas e privadas brasileira; e, a Avaliação Nacional do Rendimento no Ensino Escolar (Anresc), mais conhecida como Prova Brasil, que mede o aprendizado dos alunos de cada uma das escolas urbanas, com mais de 30 alunos de 4ª e 8ª séries do Ensino Fundamental da rede pública brasileira. A partir de 2013, mais uma avaliação para a se incorporar ao Saeb – a Avaliação Nacional da Alfabetização (Ana), que consiste uma avaliação censitária envolvendo os alunos do 3º ano do Ensino Fundamental das escolas públicas, com o objetivo principal de avaliar os níveis de alfabetização e letramento em Língua Portuguesa, alfabetização Matemática e condições de oferta do Ciclo de Alfabetização das redes públicas (http://portal.inep.gov.br/web/saeb/aneb-e-anresc).

A análise da evolução dos dados do Saeb/Prova Brasil[13] permite acompanhar os resultados dos alunos brasileiros no período 2001 – 2011. Embora os resultados aqui apresentados provenham de procedimentos metodológicos distintos, é possível observar certa comparabilidade entre eles. O Gráfico 54 apresenta esses indicadores em relação às séries iniciais do Ensino Fundamental.

Gráfico 54: Saeb/Prova Brasil - Médias de desempenho séries iniciais do Ensino Fundamental 2001 - 2011

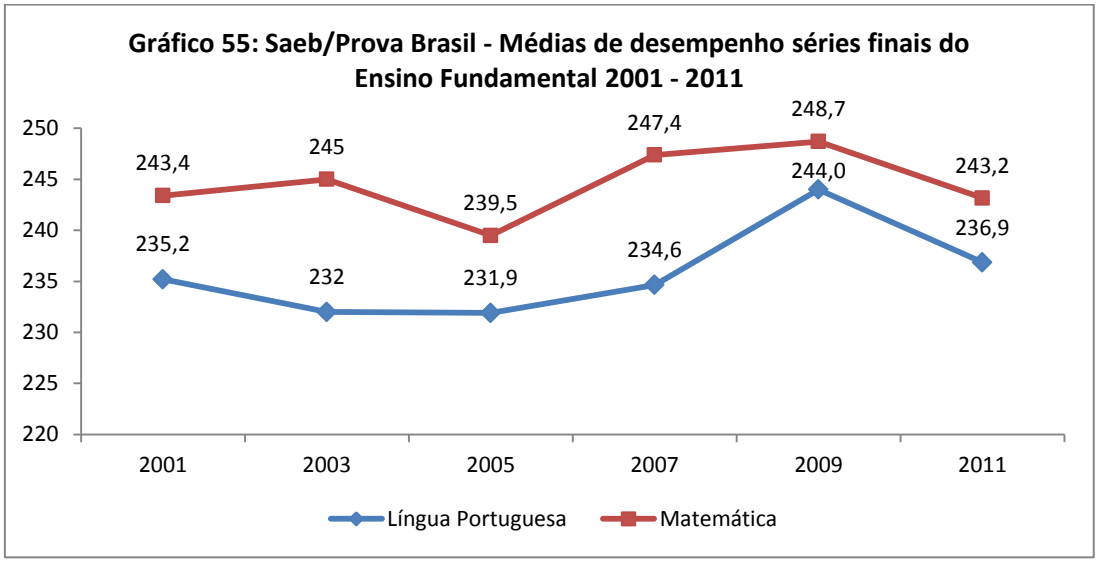


Fonte: INEP Saeb e Ideb/Prova Brasil

[13] Os dados de desempenho das disciplinas nos anos de 2001, 2003 e 2005 foram retirados do documento divulgado pela Assessoria de Comunicação do MEC. Esses resultados (a) Inclui escolas federais e rurais. As federais nos anos de 1995, 2003 e 2005. As rurais em todos os anos, porém em 1997 não inclui as da Região Norte e em 1999 e 2001 apenas as dos Estados do Nordeste, Minas Gerais e Mato Grosso (b) Não inclui rurais, inclui federais em 1995, 2003 e 2005. Nos anos 2007 e 2009 o Inep não divulgou os dados do Saeb e por isso adotaram-se os dados da Prova Brasil nas séries iniciais e finais totais do País e no 3º ano do ensino médio adotou-se também o resultado total do Brasil divulgado pelo Inep. No ano 2011, utilizaram-se os dados apresentados no documento **Saeb/Prova Brasil 2011 - primeiros resultados,** disponível em http://portal.inep.gov.br/web/saeb/edicao-2011.

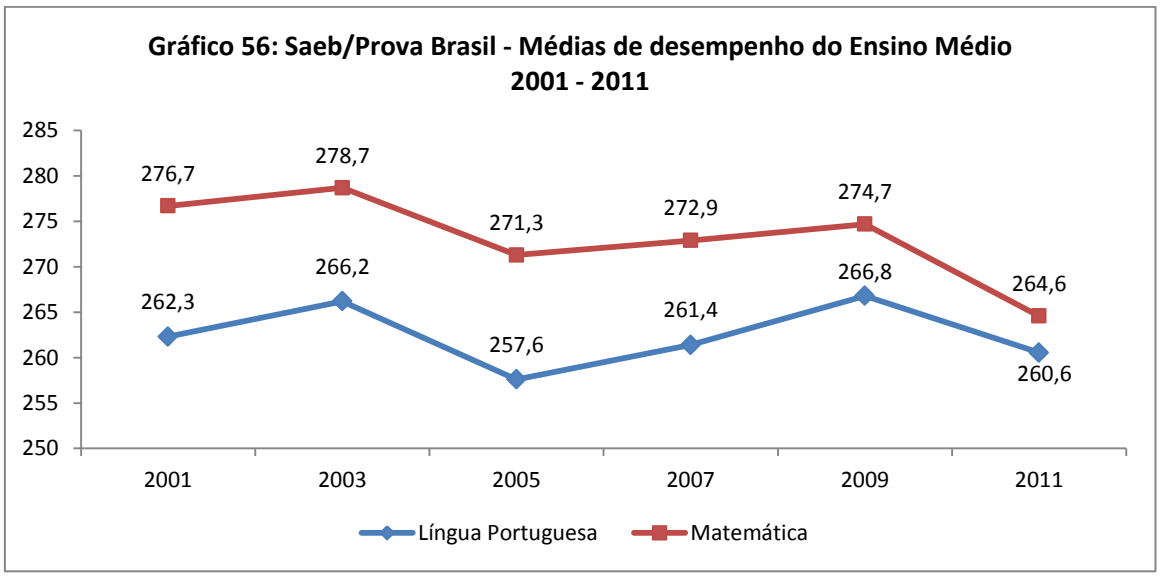
O Gráfico 54 mostra que na disciplina Língua Portuguesa no período 2001 – 2011 os resultados cresceram, correspondendo a evolução de um ano de escolarização[14] no período considerado, enquanto em Matemática, o crescimento corresponde a mais de um ano de escolarização no mesmo período.

No que se refere às séries finais do ensino fundamental o Gráfico 55 mostra os resultados obtidos nas duas disciplinas no período. Nessa etapa do ensino fundamental, não se registraram melhorias representativas no período em nenhuma das disciplinas.



Fonte: INEP Saeb e Ideb/Prova Brasil

No que se refere ao Ensino Médio, os dados mostram tendência semelhante ao que vem ocorrendo nas séries finais do ensino fundamental, inclusive com pequena queda (4,4%) na disciplina de Matemática, como mostra o Gráfico 56.



Fonte: INEP Saeb e Ideb/Prova Brasil

[14] Segundo o INEP, o crescimento do resultado de desempenho dos alunos na escala do Saeb/Prova Brasil pode ser medido pela equivalência de que 20 pontos corresponde a aproximadamente um ano de escolarização.

Os resultados apresentados por estudantes de Ensino Fundamental e Médio expressos nos indicadores de qualidade levaram o Ministério da Educação a criar o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb): “um indicador de qualidade educacional que combina informações de desempenho em exames padronizados (Prova Brasil ou SAEB) – obtido pelos estudantes ao final das etapas de ensino (4ª e 8ª séries do ensino fundamental e 3ª série do ensino médio) – com informações sobre rendimento escolar (aprovação)” (BRASIL. MEC. INEP. s.d.).

6.2.3. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb)

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) foi criado pelo Inep/MEC em 2007 e representa a iniciativa pioneira de reunir num só indicador dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: fluxo escolar e médias de desempenho nas avaliações. Ele agrega ao enfoque pedagógico dos resultados das avaliações em larga escala do Inep a possibilidade de resultados sintéticos, facilmente assimiláveis, e que permitem traçar metas de qualidade educacional para os sistemas. O indicador é calculado a partir dos dados sobre aprovação escolar, obtidos no Censo Escolar, e médias de desempenho nas avaliações do Inep, o Saeb – para as unidades da federação e para o País, e a Prova Brasil – para os municípios.

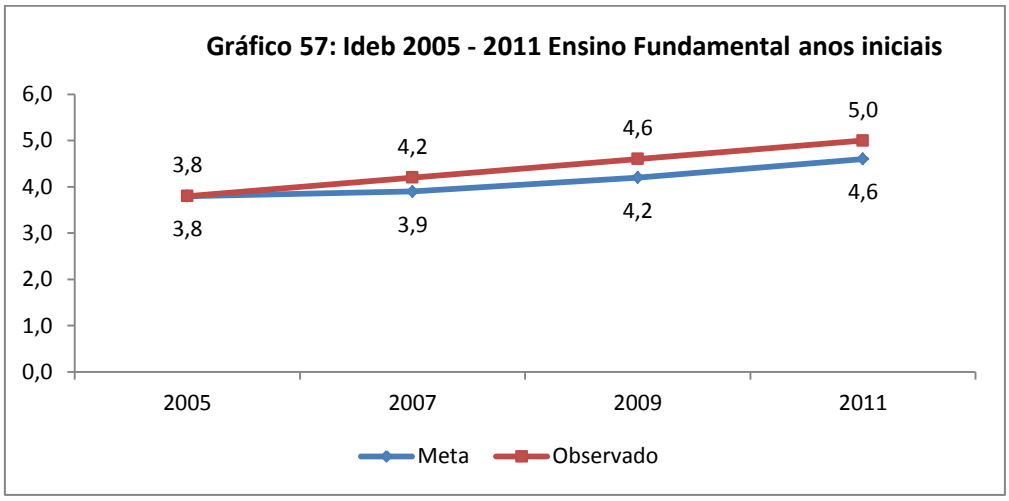
Considerando-se 2005 como ano-base inicial, metas de desempenho foram estabelecidas para um horizonte de 15 anos, tomando como referência o nível 3 da escala do PISA. O Quadro 3 mostra o Ideb e as metas projetadas para o País em relação ao Ensino Fundamental e ao Ensino Médio para 2021.

Quadro 3: Ideb 2005 e Projeções para o Brasil em 2021 por localização e dependência administrativa para o Ensino Fundamental e Ensino Médio

	Anos Iniciais do Ensino Fundamental		Anos Finais do Ensino Fundamental		Ensino Médio	
	2005	2021	2005	2021	2005	2021
Total	3,8	6,0	3,5	5,5	3,4	5,2
Localização						
Urbana	4,0	6,2	-	-	-	-
Rural	2,7	4,9	-	-	-	-
Dependência Administrativa						
Pública	3,6	5,8	3,2	5,2	3,1	4,9
Federal	6,4	7,8	6,3	7,6	5,6	7,0
Estadual	3,9	6,1	3,3	5,3	3,0	4,9
Municipal	3,4	5,7	3,1	5,1	2,9	4,8
Privada	5,9	7,5	5,8	7,3	5,6	7,0

Fonte: MEC/INEP. Saeb 2005 e Censo Escolar 2005 e 2006.

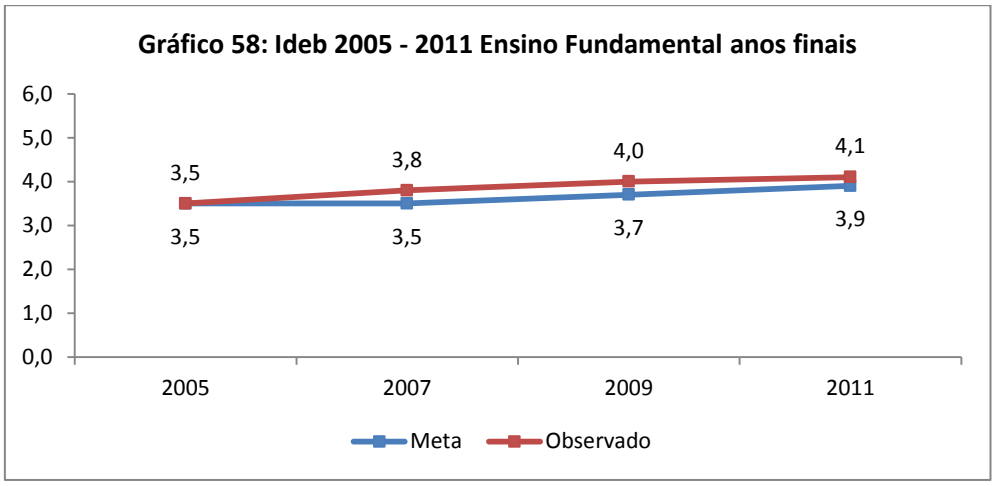
Os dados relativos ao Ideb evidenciam uma tendência de melhoria nos resultados dos estudantes, como se pode verificar nos Gráficos 57, 58 e 59, relativos ao Ensino Fundamental – Anos Iniciais e Anos Finais – e ao Ensino Médio no Brasil.



Fonte: MEC/INEP

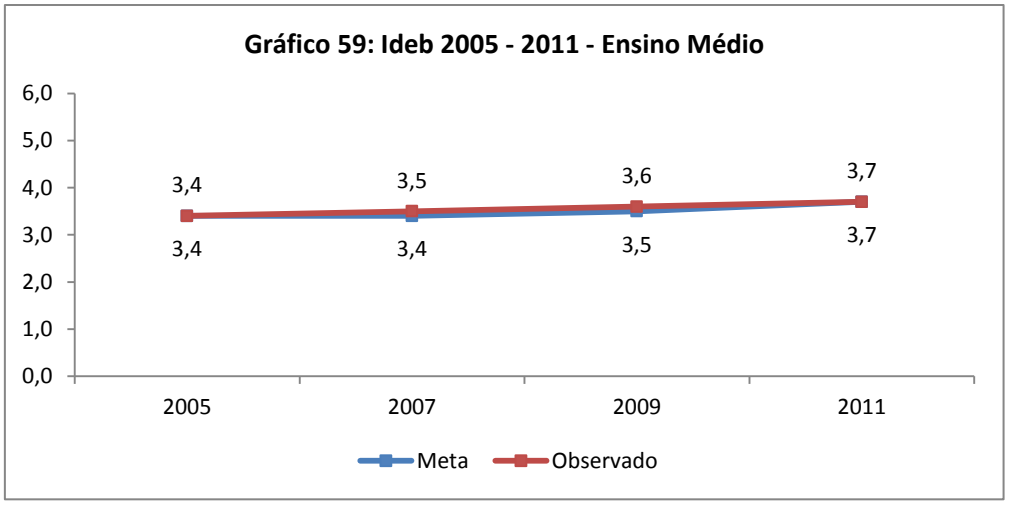
Uma análise dos resultados obtidos entre 2005 e 2011 nos anos iniciais mostra que a meta estabelecida foi superada em 8,7%.

O Gráfico 58 mostra que os resultados obtidos no período 2005 – 2011 para as séries finais do ensino fundamental também superaram a meta estabelecida em 5,1%.



Fonte: MEC/INEP

É no Ensino Médio que estão os maiores desafios para a melhoria do Ideb como é possível constatar através do exame dos dados apresentados no Gráfico 59.



Fonte: MEC/INEP

De uma maneira geral pode-se dizer que a definição de metas para o desempenho de estudantes brasileiros foi um passo importante para a conquista da qualidade na educação. Os avanços obtidos foram significativos, mas ainda há muito por fazer. Este quadro mostra-se particularmente desafiador quando comparados os resultados de estudantes brasileiros com os de alunos de outros países, o que é possível mediante a análise dos dados do Pisa.

6.2.4. *Programme for International Student Assessment* (Pisa)

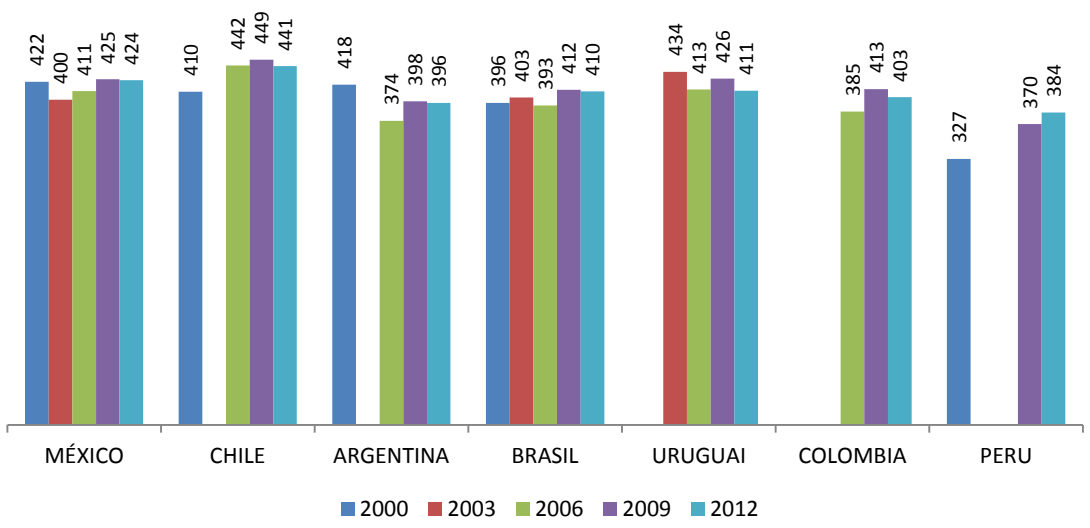
Instrumento de comparação internacional, o Pisa éuma avaliação de larga escala, cujos exames são realizados a cada três anos e que abrangem três domínios do conhecimento – Leitura, Matemática e Ciências – havendo, a cada edição do programa, maior ênfase em cada uma dessas áreas. Em 2000, o foco foi em Leitura; em 2003, Matemática; e em 2006, Ciências. O Pisa 2009 inicia um novo ciclo do programa, com a ênfase novamente recaindo sobre o domínio em Leitura, sendo em 2012 dada ênfase à Matemática.

O objetivo principal do Pisa é produzir indicadores que contribuam para a discussão da qualidade da educação ministrada nos países participantes, de modo a subsidiar políticas de melhoria da educação. A avaliação procura verificar até que ponto as escolas de cada País estão preparando seus jovens para exercerem o papel de cidadãos na sociedade contemporânea. Além de avaliar os conhecimentos e as competências dos estudantes em Leitura, Matemática e Ciências, o Pisa coleta informações básicas para a elaboração de indicadores contextuais, os quais possibilitam relacionar o desempenho dos alunos a variáveis demográficas, socioeconômicas e educacionais. Essas informações são coletadas por meio da aplicação de questionários específicos para os alunos e para as escolas.

O Brasil vem participando do Pisa desde a primeira edição e os resultados obtidos confirmam o esforço do País em melhorar seus resultados. A título de ilustração, este Relatório compara os resultados obtidos pelo Brasil com os demais países da América Latina, que participaram do exame ao longo do período. Os Gráficos 60, 61 e 62 apresentam os dados relativos ao desempenho em Leitura, Matemática e Ciências nos anos 2000, 2003, 2006, 2009 e 2012.

O Gráfico 60 apresenta os resultados do País em Leitura na série histórica 2000 – 2012 e revela que nesse período o Brasil registra um crescimento de 3,5%, colocando o País em 4º lugar no *ranking* de crescimento dos países da América Latina.

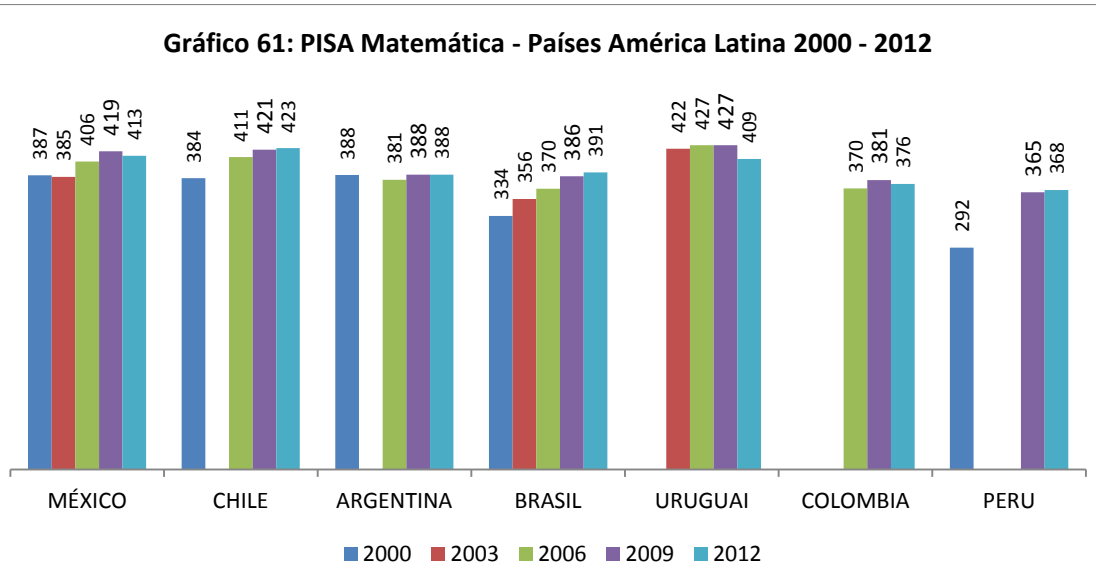
Gráfico 60: PISA Leitura - Países América Latina 2000 - 2012



Fonte: Elaborado a partir de dados disponíveis em http://portal.inep.gov.br/internacional-novo-pisa-resultados

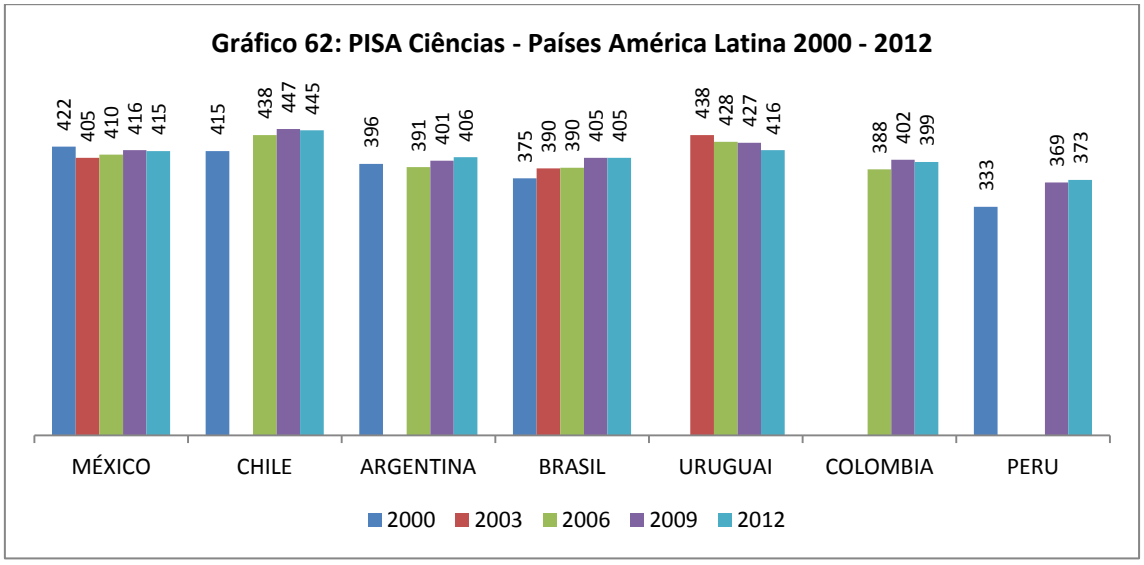
O Gráfico 61 mostra os resultados obtidos em Matemática no mesmo período, evidenciando que o Brasil cresceu 17,1%, o segundo maior crescimento da América Latina, sendo o Peru, o primeiro com 26,0%.

Gráfico 61: PISA Matemática - Países América Latina 2000 - 2012



Fonte: Elaborado a partir de dados disponíveis em http://portal.inep.gov.br/internacional-novo-pisa-resultados

No Gráfico 62 são mostrados os resultados de Ciências no período 2000 – 2012, o qual revela que o País teve um crescimento nesta disciplina de 8,0%, inferior apenas ao crescimento do Peru que foi de 11,9%.



Fonte: Elaborado a partir de dados disponíveis em http://portal.inep.gov.br/internacional-novo-pisa-resultados

A participação no PISA no período 2000 – 2012 mostra que o Brasil vem apresentando crescimentos sucesisvos, embora seus resultados ainda apresentem valores menores que as médias da OCDE, por exemplo.

Analisando-se os resultados alcançados em relação ao Objetivo 6, pode-se dizer que o País avançou muito em relação ao estágio onde se encontrava em 2000. Todavia ainda não atingiu o patamar necessário no desenvolvimento da qualidade na educação. Há também que se levar em conta que a excelência da educação não pode ser dissociada do atendimento das peculiaridades da diversidade humana. Por isso, torna-se necessário trabalhar cada vez mais com informação sobre os relevantes índices de inclusão das populações historicamente excluídas dos sistemas educacionais, a exemplo da Educação Indígena, do Campo, Quilombola, etc. Este é um desafio para o governo e para a sociedade.

PARTE 3: ESTRATÉGIAS - COMO SE ALCANÇOU?

1. Estratégias, Políticas e Programas

Mudanças significativas, conforme se viu (Partes 1 e 2),ocorreram no Brasil no contexto da redemocratização. O campo educacional se destacou como importante elemento desta trajetória. Os resultados obtidos para atingir os objetivos de Educação para Todos decorreram de um grande esforço, ainda em andamento, de ampliar o acesso, promover a equidade e assegurar a melhoria da qualidade da educação. As estratégias de suporte ao desenvolvimento do sistema educativo no País envolveram a colaboração entre a União, o Distrito Federal, os Estados, os Municípios e a sociedade civil visando concretizar os direitos assegurados na Constituição de 1988. Marco definidor da política educacional no País, a Carta Magna aponta para um pacto federativo desafiante na concepção e implementação das políticas educativas. A Parte 3 procura explicitar como se fez para alcançar os resultados obtidos em relação aos 6 (seis) objetivos da Cúpula Mundial de Educação de Dakar.

As estratégias adotadas visando atingir os objetivos de Educação para Todos se orientaram por iniciativas que envolvem marcos legais e institucionais; instrumentos de planejamento, financiamento e avaliação; insumos para assegurar o acesso e a qualidade da oferta; e, mecanismos de participação e mobilização da sociedade civil. Embora mutuamente articuladas, para fins de análise, estas foram agrupadas em 6 (seis) tipos de ações, como é possível ver na Figura 4.

Figura 4 – Educação para Todos
Estratégias adotadas pelo Brasil 2000-2012



A figura com a forma de um círculo maior ao qual se integram círculos menores procura expressar em imagem a relação entre “o todo e as partes”, em que estratégias foram adotadas para se atingir o grande objetivo da Educação para Todos. Este esforço de construção envolveu movimentos comuns ao conjunto de políticas e próprios a cada uma. Na impossibilidade de

examiná-las simultaneamente, para facilitar a análise, recorreu-se ao tratamento em separado das diferentes iniciativas para sua compreensão.

1.1. Estratégias

Sendo seis as estratégias que deram suporte às ações desenvolvidas para o alcance dos objetivos, este tópico trata de cada uma delas, aprofundando suas principais características.

1.1.1. Marcos Legais (Constituição e Emendas; LDB e Diretrizes)

A legislação brasileira contemporânea tem sido importante instrumento para introduzir reformas no campo educacional. A Constituição Federal de 1988, tantas vezes mencionada na reflexão sobre o que foi feito (Parte 2) para cumprir as metas de Dakar, representou não apenas um divisor de águas no processo de redemocratização do País como na educação. De um lado, por expressar expectativas de mudança da sociedade que, por canais diversos, se fez ouvir em seu texto; de outro, por apontar princípios e caminhos para viabilizar novos pactos econômicos e sociais. Desse processo participativo de construção resultou um complexo desenho de federação no qual o "regime de colaboração" é, ao mesmo tempo, um objetivo a ser atingido e uma forma de organização.

Sob a perspectiva histórica de mais de 25 anos da promulgação da Carta Magna de 1988, então denominada de "Constituição Cidadã", pode-se afirmar que esta define o itinerário percorrido desde então. Daí ser referência natural à concepção das políticas educativas adotadas no Brasil na transição entre o final do século XX e o início do atual. Completada por três emendas constitucionais (Emendas nº 14/96, 53/06 e 59/09), a Constituição abre caminho para uma reformulação de amplo alcance da legislação e das orientações gerais para o sistema educacional.

Além da lei que dispõe sobre as Diretrizes e Bases da Educação Nacional – a LDB (Lei nº 9.394/96), duas outras asseguram o financiamento da educação – as leis de criação do Fundef (Lei nº 9.424/96) e posteriormente do Fundeb (Lei nº 11.494/07). Cabe destacar os avanços do FUNDEB em relação ao FUNDEF, a saber: ampliação do escopo do financiamento para a educação básica e suas modalidades; o seu impacto sobre as reduções das desigualdades educacionais, destacando-se a melhoria nos padrões de remuneração dos professores, dentre outros.

Ao lado dessa legislação mais geral, normas específicas são definidas para temas e questões até então esquecidas pelas políticas educacionais. Três importantes exemplos merecem registro nessa direção: a Lei que torna obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileiras nos estabelecimentos de ensinos fundamental e médio, oficiais e particulares (Lei nº 10.639/2003), a Lei que torna obrigatório o ensino das Culturas e das Histórias dos Povos Indígenas nos estabelecimentos de ensinos fundamental e médio, oficiais e particulares (Lei nº 11.645/2008) e a Lei que institui o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica (Lei nº 11.738/08). Não podemos esquecer também de citar a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência – ONU/2006, ratificada com força de Emenda Constitucional, que institui o paradigma da educação inclusiva e estabelece compromissos aos Estados-Partes.

A essa legislação básica veio somar-se um amplo conjunto de diretrizes curriculares e operacionais nacionais emanadas do Conselho Nacional de Educação (CNE)[15] produzidas entre 1997 e 2013. Estas resultaram de amplo processo de consulta a especialistas, associações profissionais e outras organizações da sociedade civil. Em orientações que versam sobre etapas e modalidades da Educação Básica, bem como aos profissionais que atuam neste nível de ensino, tais resoluções completam a legislação básica do período contribuindo para a composição do quadro jurídico-normativo que permitiu ao Brasil avançar na direção dos objetivos de EPT em um cenário institucional marcado pela legalidade e pactuado entre governo e sociedade.

1.1.2. Planejamento (PPA, LDO e LOA; PDE e PAR; e, PPP e PDE-Escola)

O planejamento tem sido um importante instrumento de definição de prioridades no País. A Constituição de 1988 (CF, Art. 165) institui um ciclo de planejamento para os entes federados em que estes são convocados a elaborar leis de sua iniciativa, a saber: o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA)[16]. A esses instrumentos integrantes das rotinas de governo são associados outros mecanismos de previsão do futuro a médio e longo prazos. Estes podem assumir a forma de ações articuladas entre diferentes programas de governo, ou prioridades definidas com a participação da sociedade civil, caso dos planos decenais, detalhados na Estratégia 6.

No caso das ações de governo, dois instrumentos de gestão de políticas implementados no País em período recente merecem registro: o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) e o Plano de Ações Articuladas (PAR). O PDE foi lançado em 2007 com a finalidade de agregar em um instrumento único ações diversas do governo federal. Na expectativa de inaugurar um novo regime de colaboração entre os entes federados, estabeleceu um Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, integrado por 28 metas. O PAR faz parte do PDE, tendo sido elaborado com o objetivo de colocar à disposição de estados, municípios e Distrito Federal instrumentos eficazes de avaliação e de implementação de políticas de melhoria da qualidade da educação, sobretudo da Educação Básica pública.

Os principais elementos do planejamento no âmbito escolar são o Projeto Político Pedagógico (PPP) e o Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE-Escola), este último exigência do governo federal para a transferência de recursos para as escolas públicas. O PPP está previsto na LDB que delega aos estabelecimentos de ensino a incumbência de propor e executar sua proposta pedagógica (LDB, Art. 12, I), a qual deve ser elaborada com a participação dos professores, em acordo com o princípio da gestão democrática (LDB, Art. 13, II) e cuja execução deve ser informada aos pais (LDB, Art. 12, VII).

---

[15] As diversas Resoluções do CNE podem ser consultadas no Portal do Ministério da Educação. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12816&Itemid=866> Acesso em: 06 mar. 2014.

[16] O PPA é uma lei ordinária que expressa o plano de governo e apresenta as principais indicações dos rumos das ações do Poder Executivo. Visando assegurar a continuidade e a transição entre os governos, a vigência de um PPA é de quatro anos não coincidentes com os mandatos dos governantes. O primeiro ano de um governo corresponde ao último ano de execução do PPA elaborado pelo governo anterior e assim sucessivamente. A LDO, por sua vez, fixa as grandes linhas no uso de recursos, estabelecendo metas e prioridades do PPA. A esta se segue a LOA, que faz um detalhamento da destinação dos recursos ano a ano.

O PDE-Escola é um instrumento específico de gestão escolar, mais diretamente voltado para o aperfeiçoamento da gestão democrática e inclusiva. Concebido como mecanismo de apoio técnico e financeiro, é uma ferramenta de planejamento estratégico que visa auxiliar a escola a identificar seus principais desafios e, a partir daí, desenvolver e implementar ações que melhorem seus resultados.

Embora a origem do planejamento governamental e escolar seja anterior aos objetivos de Dakar, nos últimos 15 anos ganhou maior centralidade na política educacional brasileira. Tal circunstância coincide com a chegada de sistemas de avaliação de larga escala no País, tema discutido no próximo tópico.

1.1.3. Financiamento (Fundeb, FNDE, Salário-Educação e outros)

O financiamento, como se sabe, é fator decisivo para a execução de toda e qualquer política educacional. Para o Brasil tem assumido caráter estratégico no esforço de atingir os objetivos e metas de Educação para Todos. Isto foi possível graças a um conjunto de medidas adotadas nos últimos anos que contribuíram para promover não apenas o aumento do gasto público em educação, como também conquistar maior equidade na oferta de serviços. Os dois principais mecanismos redistributivos adotados pelo País foram os fundos antes mencionados – o Fundef e o Fundeb – que, ao lado do Salário-Educação, tiveram importância central para assegurar as conquistas obtidas em relação aos resultados.

Como nas estratégias antes referidas, também em matéria financeira, a Constituição de 1988 orienta a definição das ações de governo. O instrumento regulador aqui é a vinculação de recursos, medida que compromete os entes federados a aplicar um percentual de sua receita proveniente de impostos em educação. Assim é que:

> A União aplicará anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências na manutenção e desenvolvimento do ensino (CF Art. 212 e LDB Art. 69).

Tais receitas podem financiar todos os níveis e modalidades de educação escolar, aí incluindo a Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio) e a Educação Superior.

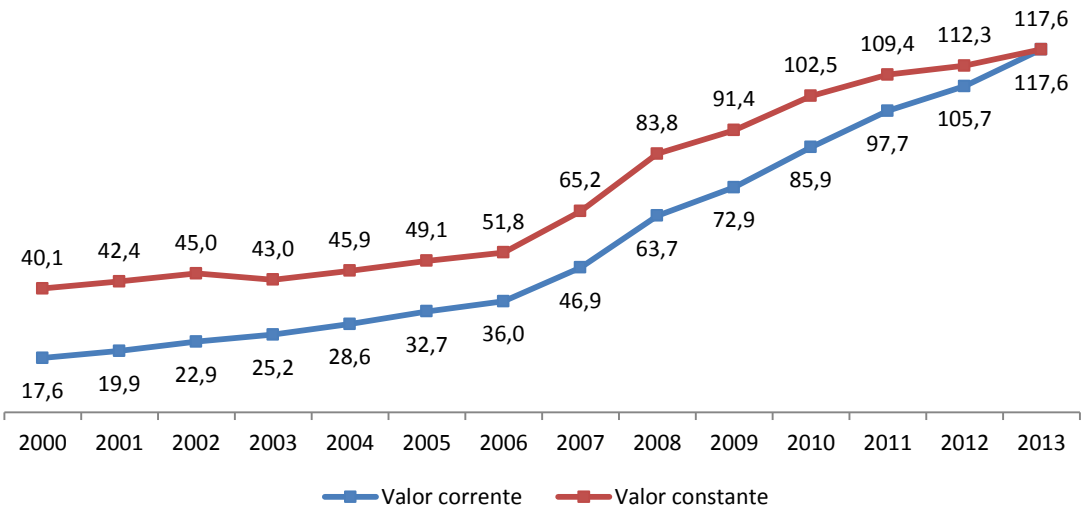
1.1.3.1. Fundeb

O Fundeb promove a distribuição dos recursos com base no número de alunos da Educação Básica pública (creches, pré-escola, ensino fundamental, ensino médio, educação especial e educação de jovens e adultos). Tal procedimento tem por base de cálculo dados do Censo Escolar do ano anterior, sendo computados os alunos matriculados nos respectivos âmbitos de atuação prioritária (CF, Art. 211). Isto quer dizer que, tal como ocorria com o Fundef, os recursos do Fundeb são distribuídos aos Municípios e Estados, com base na quantidade de matrículas nas respectivas redes. O Fundo terá vigência de 14 anos (até 2021) e sua implantação foi gradual, atingindo todos os estudantes da Educação Básica pública

presencial em 2009, com os percentuais de receitas que o compõem, por sua vez, alcançando o patamar de 20% de contribuição.

O Gráfico 63 mostra a evolução do total de recursos do Fundef (até 2006) e Fundeb em valores correntes e constantes, revelando que a partir de 2007, esses recursos passam a ter um aporte mais significativo. Se no período 2000 – 2006, os recursos do Fundef crescem 104,5%, no período seguinte o Fundeb apresenta um crescimento de 151,2% em valores correntes.

Gráfico 63: Total de recursos Fundef e Fundeb 2000 - 2013 (em R$ bilhões)

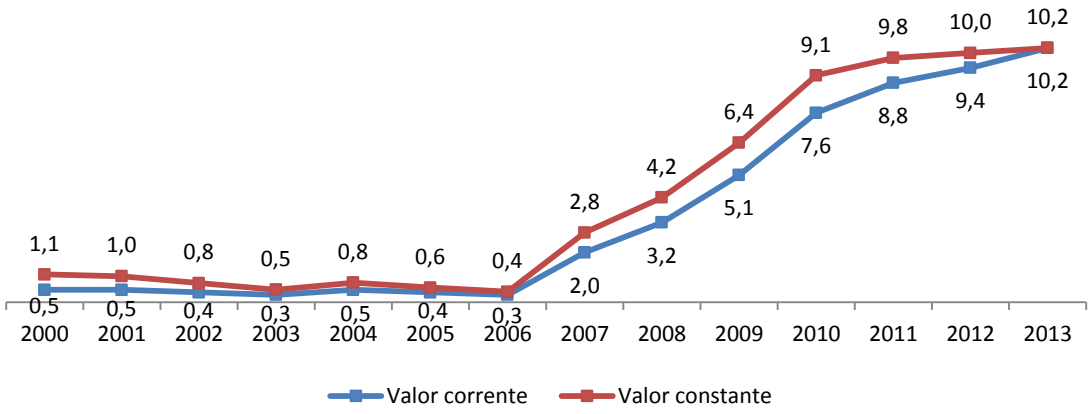


Fonte: MEC/FNDE

A contribuição dos entes federados varia conforme sua responsabilidade na oferta de Educação Básica, bem como arrecadação e distribuição de recursos. Além da receita dos estados e municípios, o Fundeb conta com a complementação da União nos casos em que o valor por aluno não alcança o mínimo definido nacionalmente. A evolução desta complementação pode ser visualizada no Gráfico 64 mostrando que no período de 14 anos, esse aporte cresceu mais de 20 vezes, contribuindo de forma significativa para a promoção da equidade na oferta dos serviços educacionais, especialmente nos estados mais pobres da Federação[17].

[17] Importante destacar que a complementação da União se dá para aqueles estados que não conseguem, com seu próprio Fundo, chegar ao custo-aluno médio estabelecido para o ano, divulgado por meio de Portaria Interministerial, publicada até 31 de julho de cada exercício, para vigência no exercício seguinte (artigo 12, § 2°).

Gráfico 64: Fundeb - complementação da União 2000 - 2013 (em R$ bilhões)



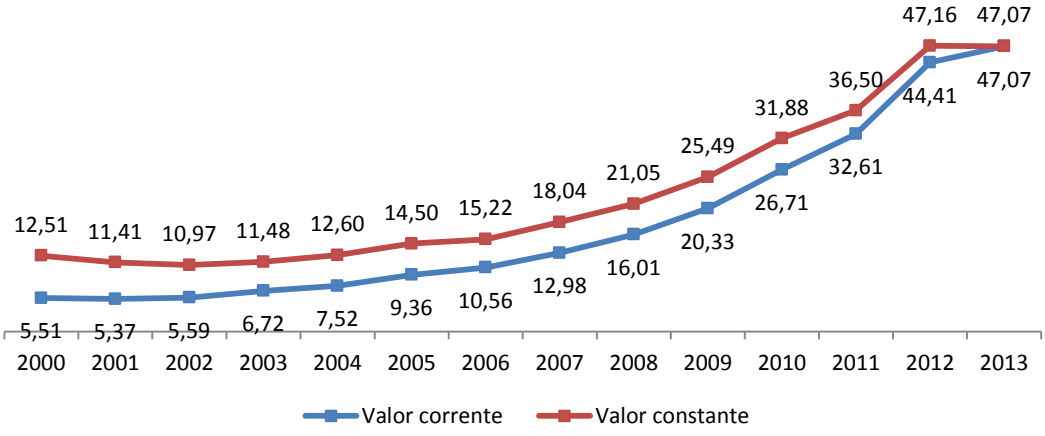
Fonte: MEC/FNDE

1.1.3.2. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE)

O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), uma autarquia do Ministério da Educação, é o órgão do governo federal responsável tanto pela gestão da arrecadação da contribuição social do Salário-Educação quanto pela distribuição dos recursos, na forma prevista na legislação. Tais recursos financiam os grandes programas federais em educação, a exemplo da merenda escolar (Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE), livro didático (Programa Nacional do Livro Didático – PNLD), transporte escolar (Programa Nacional de Transporte Escolar – PNATE), Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), dentre outros, discutidos na Estratégia 5.

O aumento dos recursos aplicados pelo FNDE em educação no período 2000 - 2012 pode ser visualizado em números. O Gráfico 65 mostra a evolução do orçamento deste órgão. No período de 14 anos, o orçamento do FNDE cresce 8,7 vezes, passando de 5,1 bilhões em 2000 para 49,5 bilhões em 2013.

Gráfico 65: Orçamento FNDE 2000 - 2013 (em bilhões)



Fonte: MEC/FNDE

1.1.3.3. Salário-Educação

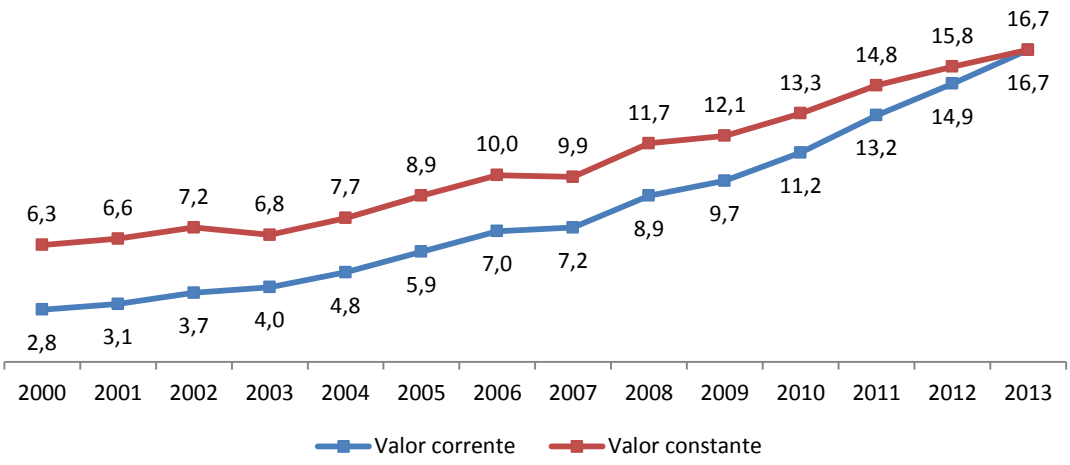
Além das receitas vinculadas, outra importante fonte de recursos da educação básica pública é o Salário-Educação (SE), conforme se vê no Artigo 212 da Carta Magna, alterado pela Emenda Constitucional n° 53, de 19 de dezembro de 2006:

> §5º. A educação básica pública terá como fonte adicional de financiamento a contribuição social do salário-educação, recolhida pelas empresas na forma da lei.
> §6º. As cotas estaduais e municipais da arrecadação da contribuição social do salário-educação serão distribuídas proporcionalmente ao número de alunos matriculados na educação básica nas respectivas redes públicas de ensino.

Esta contribuição social equivale a 2,5% de pagamentos recolhidos pelas "empresas em geral e as entidades públicas e privadas vinculadas ao Regime Geral da Previdência Social", com algumas exceções especificadas em lei (Decreto n° 28/12/2006, Arts. 1º e 2º).

O Gráfico 66 apresenta a evolução das receitas do Salário-Educação no período em análise e mostra que elas cresceram 429% nesses 14 anos.

Gráfico 66: Salário-Educação - arrecadação bruta 2000 - 2013 (em bilhões



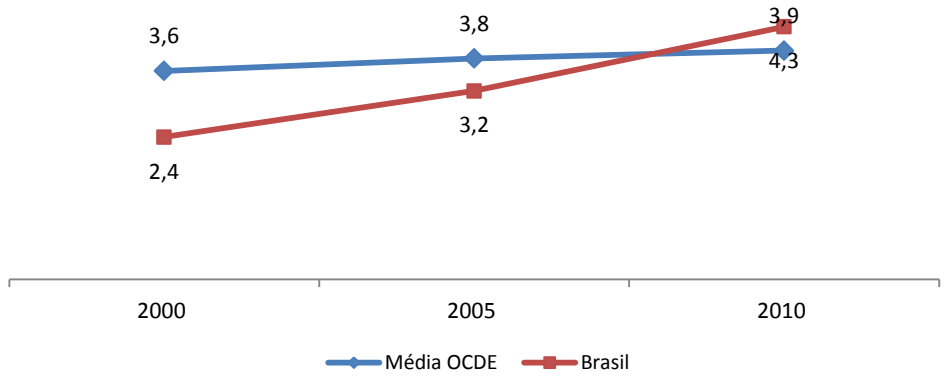
Fonte: MEC/FNDE

1.1.4. Investimento em Educação – percentual do PIB

Em 2010, o Brasil investiu 10,4% a mais que a média dos países da OCDE do percentual do PIB em instituições de educação primária, secundária e não terciária[18], como mostra o Gráfico 67.

[18] A nomenclatura educação primária, secundária e não terciária utilizada pela OCDE corresponde no Brasil a ensino fundamental, ensino médio e educação profissional.

Gráfico 67: Despesas de educação básica como percentual do PIB 2000, 2005, 2010



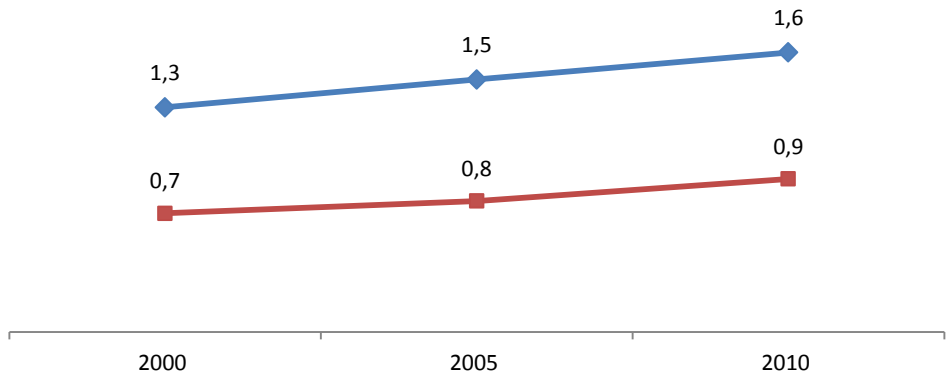
Fonte: Education at a Glance 2013, OCDE, tabela B2.1

* Apenas instituições públicas.

Uma análise do período mostra que se no ano 2000 o investimento do País em educação básica correspondia a 68,3% da média da OCDE, em 2005 esse percentual cresce para 85,3% e em 2010 chega a 110,4%, revelando que a prioridade da política educacional na valorização da educação básica tem se consubstanciado por meio de mecanismos de financiamento seguros e crescentes.

O Gráfico 68 mostra as despesas com educação superior como percentual do PIB no período 2000 – 2010 no Brasil e a média dos países da OCDE, revelando que a relação continua com certo grau de estabilidade – em 2000, o País indicava despesas que correspondiam a 52,8% da média da OCDE; em 2005, correspondia a 51,9% e em 2010 a 54,7%.

Gráfico 68: Despesas de educação superior como percentual do PIB 2000, 2005, 2010



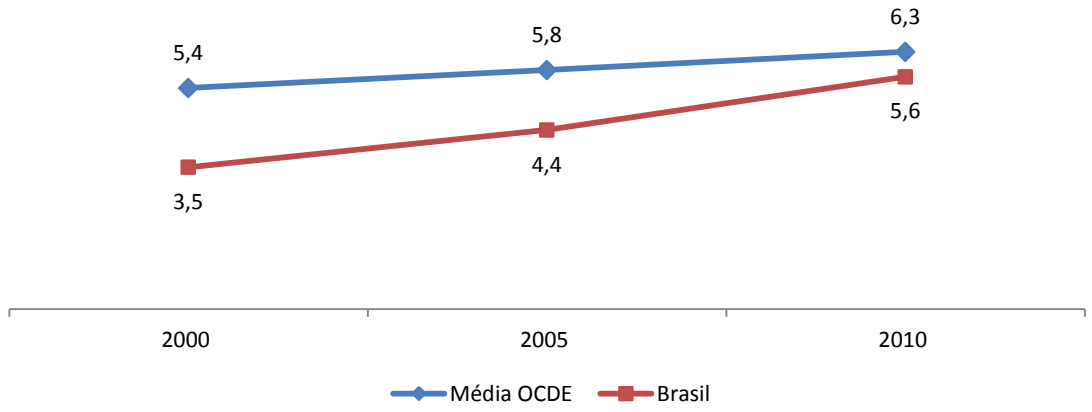
Fonte: Education at a Glance 2013, OCDE, tabela B2.1

* Apenas instituições públicas.

Se observados todos os níveis de educação no período (Gráfico 69), o crescimento das despesas do Brasil foi da ordem de 63,7%, enquanto a média dos países da OCDE cresceu

16,4%. Em 2000, o País apresentava uma despesa que correspondia a 64,2% da média da OCDE; em 2005 essa relação chega a 75% e em 2010, corresponde a 90,3% da média.

Gráfico 69: Despesas com todos os níveis de educação como percentual do PIB 2000, 2005, 2010

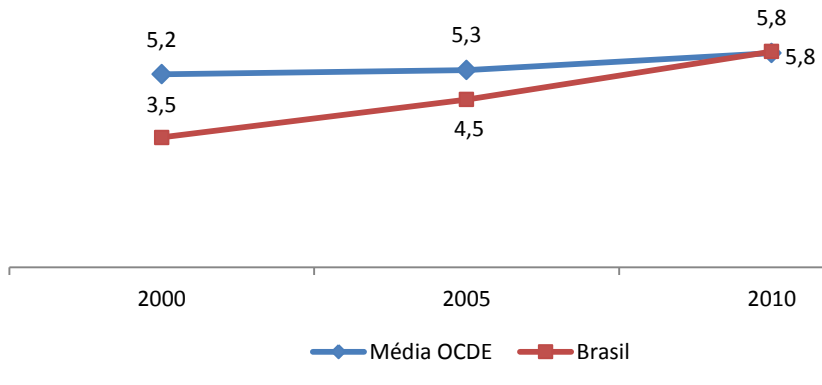


Fonte: Education at a Glance 2013, OCDE, tabela B2.1
* Apenas instituições públicas.

1.1.5. Percentual do gasto público

Outra variável que interessa na análise dos investimentos em educação se refere à relação entre gasto público no setor como percentual do Produto Interno Bruto (PIB). Os dados apresentados no Gráfico 70 mostram a situação do Brasil comparada com a média dos países da OCDE e revela que no período 2000 – 2010, o percentual de gasto público como percentual do PIB cresce 11,0% nos países da OCDE e 66,1% no Brasil e que se em 2000, o gasto do País representava 67,3% da média da OCDE, em 2005 esse percentual passa para 85% e em 2010 se equipara.

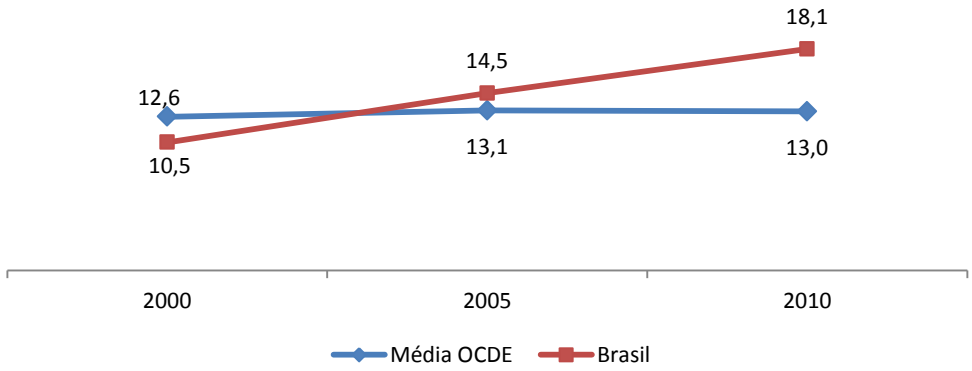
Gráfico 70: Gasto público em educação como percentual do PIB 2000, 2005, 2010



Fonte: Education at a Glance 2013, OCDE, tabela B4.2.

Outra relação interessante a analisar é o gasto público em educação como percentual do gasto público total apresentado no Gráfico 71. No caso do Brasil, esse gasto cresce 72,9% enquanto a média apresentada pelos países da OCDE cresce apenas 3,5%. Se observarmos a evolução do País no período vê-se que em 2000 o gasto público correspondia a 83,4% da média da OCDE, em 2005, ele é 10,8% superior e em 2010, chega a ser superior 39,3%.

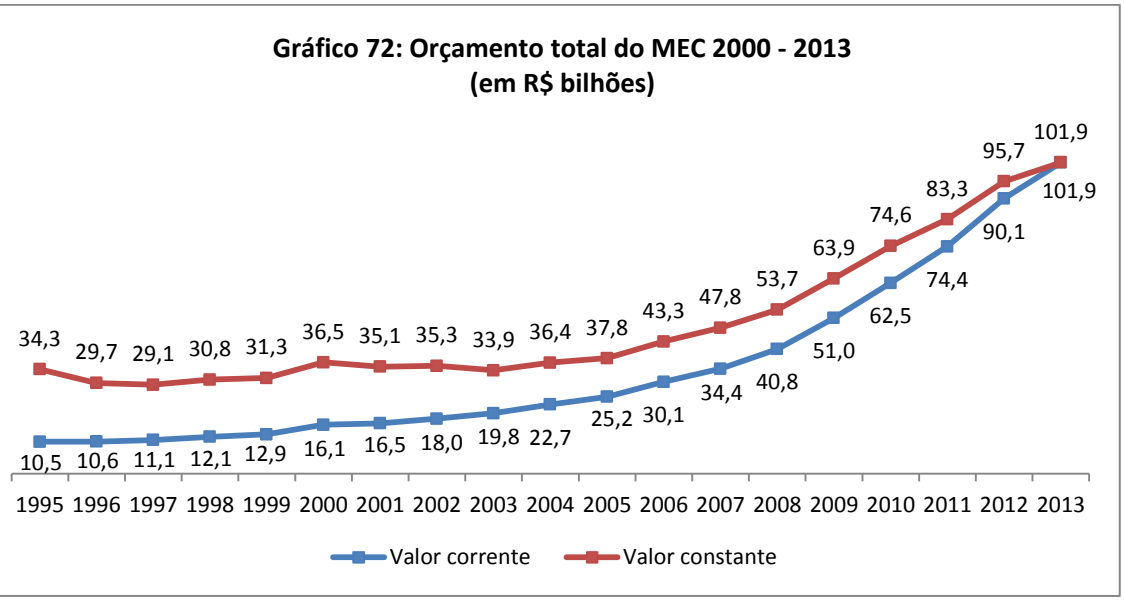
Gráfico 71: Gasto público em educação como percentual do gasto público total 2000, 2005, 2010



Fonte: Education at a Glance 2013, OCDE, tabela B4.2.

Os dados sobre gasto público permitem perceber o aumento da participação dos entes federados no gasto público em educação. O orçamento total do Ministério da Educação, por sua vez, esclarece o papel que a União tem desempenhado neste crescimento, o que tem elevado o potencial de exercício de sua função redistributiva e supletiva. O Gráfico 72 mostra este crescimento.

Gráfico 72: Orçamento total do MEC 2000 - 2013 (em R$ bilhões)



Orçamento da administração direta e indireta. Inclui Fies e Salário-Educação.
Valores constantes pelo IPCA médio 2013.
Fonte: SIAFI/STN - Base de Dados da Consultoria de Orçamento/CD, PRODASEN e SIAFI - valores empenhados.
Elaboração: MEC/SE/SPO

A análise dos indicadores financeiros mostra que o Brasil avançou muito em relação ao gasto público em educação, permitindo atingir crescentes patamares de investimentos ao longo do período 2000 – 2013.

2. Insumos (Investimento e Custeio)

O provimento de insumos pedagógicos e de meios para viabilizar o processo de ensino-aprendizagem desempenha papel central no alcance dos objetivos de Educação para Todos. Os recursos despendidos em investimentos e no custeio dos sistemas de ensino são oriundos de fontes orçamentárias das instâncias federadas, através dos recursos vinculados à educação. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios são responsáveis pela construção, manutenção e reforma de unidades escolares, assim como pelo custeio da máquina.

Tão importante quanto infraestrutura escolar adequada são materiais pedagógicos, alimentação, transporte e outros fatores que contribuem para assegurar o acesso, a permanência e o sucesso de estudantes, em especial aqueles que mais precisam do apoio de iniciativas governamentais.

Em resposta à necessidade da oferta de tais serviços, a legislação brasileira prevê como um dos deveres do Estado "o atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde" (CF Art. 208, VII e LDB, Art. 4°, VIII). A previsão de tais serviços para todos os estudantes da Educação Básica é uma conquista recente e posterior à Cúpula Mundial de Educação de Dakar, pois até o final da década anterior, eram destinados apenas aos alunos do ensino fundamental.

Assim, uma das áreas em que a função redistributiva da União se faz presente é no financiamento, compra e distribuição de livros didáticos, bem como na aquisição de veículos e merenda escolar. Nessa perspectiva, é oportuno registrar a centralidade de alguns programas, referidos quando se abordou o financiamento da educação, e que serão tratados em maior detalhe na análise das políticas e programas viabilizadas através das estratégias aqui discutidas. Estes são relacionados a livros didáticos (Programa Nacional do Livro Didático - PNLD), alimentação (Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE), transporte (Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar – PNATE e Caminho da Escola) e recursos para manutenção de escolas (Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE).

A origem das iniciativas de apoio ao ensino é diferenciada. Algumas são bastante antigas, caso dos programas de livro didático, criado em 1929, e de merenda escolar, iniciado nos anos quarenta do século XX. O programa de transferência de recursos às escolas teve início em 1995 e os de transporte escolar, em 2004.

Os programas federais são gerenciados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), sendo sua importância e natureza diferenciada. Alguns envolvem transferências em espécie, a exemplo do PNAE e do PNATE que repassa a estados, Distrito Federal e municípios valores monetários destinados à aquisição de alimentação para estudantes e recursos para custeio do transporte escolar de alunos residentes nas localidades rurais e urbanas. Também se inclui nesta modalidade de transferência o PDDE, que consiste em repasses da União diretamente às escolas, através de suas unidades executoras. O PNLD

transfere bens de consumo – sendo os livros didáticos adquiridos pelo governo federal e distribuídos para todas as escolas.

Em todos os casos, a distribuição de recursos é feita mediante cálculo a partir dos dados de matrícula do Censo Escolar realizado pelo Ministério da Educação (MEC) no ano imediatamente anterior ao do atendimento.

Em seu conjunto, as iniciativas relacionadas ao provimento de insumos para o desenvolvimento e custeio da educação representam fator decisivo de promoção da equidade e de apoio às populações mais vulneráveis destinatárias dos serviços educacionais. De uma maneira geral estão presentes nas diferentes etapas e modalidades de ensino, desempenhando importante papel na conquista de padrões de qualidade para o conjunto do sistema escolar. Pela sua relevância para a conquista dos objetivos de Educação para Todos serão objeto de análise quando se tratar das políticas e programas.

Importa ressaltar que todos esses programas promovem a inclusão escolar, por meio da equiparação de oportunidades entre os estudantes, uma vez que contempla condições de acessibilidade aos alunos com deficiência.

3. Avaliação e Monitoramento

Conforme referido (Parte 2, Objetivo 6) os sistemas de avaliação de larga escala começaram a aportar no Brasil no final da década de oitenta do século XX, disseminando-se progressivamente desde então. Adotados pelo governo federal como mecanismo de monitoramento de resultados, sendo implementado em grande número de estados. No período 1992 – 2011 dezoito estados e o Distrito Federal criaram e desenvolveram sistemas de avaliação a partir de metodologias e objetivos distintos, porém todos com o propósito de focalizar as atenções nos resultados com vistas à obtenção de subsídios para orientar políticas públicas na área educacional, chegando, em muitos casos, a fazer parte das ações de acompanhamento às escolas em municípios[19].

Na última década, sobretudo, a avaliação de larga escala passou a orientar políticas dos entres federados, incorporando-se às rotinas escolares. Embora não seja possível afirmar que a disseminação dos sistemas de avaliação tenha ocorrido de modo homogêneo em todos os estados e municípios brasileiros, sua presença de destaque no cenário da política educacional é inquestionável.

Os avanços na criação de um robusto sistema de avaliação de larga escala no âmbito federal, por meio do Saeb, tem como resultado a obtenção de uma base de dados valiosa, que vem permitindo aos planejadores e gestores públicos a melhor aplicação dos recursos e a capacidade de estabelecer metas de curto, médio e longo prazos, como bem faz o Ideb.

Pode-se situar o alcance da política de avaliação implementada ao se observar que com a criação e subsequente reformulação do Saeb, as escolas, especialmente as de ensino fundamental, passaram a dispor de um conjunto de dados sobre desempenho de aprendizagem dos alunos e taxas de rendimento (aprovação, reprovação e abandono). Tais

[19]Maiores detalhes em FVC. A avaliação externa como instrumento da gestão educacional nos estados. **Relatório Final**. Agosto 2011. Disponível em:<http://www.fvc.org.br/estudos-e-pesquisas/avulsas/%20avaliacao-externa-instrumento-gestao-educacional-estados.shtml> Acesso em: 12/03/2013.

dados têm permitido que a unidade escolar avalie de forma clara e objetiva, se o que foi planejado e realizado em anos anteriores surtiu os efeitos desejados no que tange à aprendizagem por parte dos alunos.

Outro aspecto importante diz respeito à criação de padrões, com destaque para a elaboração das Matrizes de Referência para as disciplinas e séries avaliadas pelo Saeb, sendo que estas representam o esforço de definição de objetivos fundamentais e conteúdos mínimos estabelecidos para os diversos níveis de ensino.

Avanços na política de financiamento têm se consubstanciado na descentralização de parte de recursos financeiros, por meio do PDDE, dando mais autonomia às escolas que, por sua vez, são fortalecidas nas dimensões de participação e democratização, processos aperfeiçoados com o fortalecimento dos mecanismos de controle social, com ênfase para os Conselhos Escolares e os Grêmios Estudantis.

A nova configuração do Saeb não só possibilitou a criação do Ideb como permitiu que se implementassem iniciativas relacionadas à divulgação de informações sobre o desempenho dos alunos, o que vem sendo feito com o Boletim Escolar da Prova Brasil que trabalha com indicadores de desempenho de aprendizagem e rendimento escolar. Nesse sentido, ações de melhoria têm sido definidas a partir dos resultados do Ideb obtidos por escolas e sistemas de ensino, considerando diversos graus de abrangência (estadual, municipal, etc).

4. Participação e Mobilização

A participação e mobilização da sociedade civil foi um traço característico dos movimentos sociais que marcaram o processo de retomada da democracia, que culminou com a elaboração da Constituição de 1988 e assinalou um novo tempo para a sociedade brasileira. Este protagonismo tem estado presente desde então e marcado o debate dos grandes temas nacionais, dentre eles a educação.

Os atores deste processo são muitos e de variadas origens, tendo como característica comum o associativismo e a defesa de interesses de causas e grupos. As sociedades científicas e profissionais, algumas das quais de longa trajetória no cenário da educação brasileira[20], representam uma vertente importante dos movimentos de participação. Outras identidades, por sua vez, agregam grupos ligados a segmentos específicos – desde empresários com atuação crescente no campo educacional através de fundações e entidades congêneres a associações em defesa de segmentos sociais mais vulneráveis, grupos étnico-raciais e outros – todos, juntos, expressando as múltiplas cores de uma sociedade diversa e complexa.

Canalizando interesses da sociedade civil organizada, o Ministério da Educação tem estimulado o debate das grandes questões nacionais através de amplas consultas feitas à sociedade civil sobre os rumos necessários à melhoria da Educação brasileira, sob a forma de conferências municipais e estaduais de educação[21] que convergem para um momento de

[20] É o caso da Associação Nacional de Política e Administração da Educação (ANPAE), a mais antiga das associações de educadores brasileiros, que completou 50 anos em 2011.

[21] É oportuno lembrar que a origem das conferências nacionais de educação do presente remonta ao período histórico da transição democrática, quando grandes Conferencias Brasileiras de Educação (CBE) foram realizadas, configurando-se como fóruns de debate da sociedade civil.

culminância do processo de discussão ocorrido nas etapas anteriores – a Conferência Nacional de Educação (Conae).

Em 2009, tivemos a realização da I Conferência Nacional de Educação Escolar Indígena, após a realização de etapas locais, nas escolas indígenas, e de 18 Conferências Regionais. O objetivo foi avaliar as políticas implementadas e elaborar proposições para a efetividade dos direitos educacionais dos Povos Indígenas a uma educação cuja qualidade consiste em sua pertinência sociocultural.

Em 2010, coordenada pelo Ministério da Educação, ocorreu a I Conae, que envolveu ampla mobilização de segmentos organizados do campo educacional e resultou em extenso documento final com o propósito de oferecer subsídios à elaboração do Plano Nacional de Educação[22] (PNE – 2011/2020).

O debate em torno do Plano Nacional de Educação (PNE) tem no Ministério da Educação um importante protagonista,agregando também atores da sociedade civil organizada que se mobilizam para fazer valer direitos associados aos interesses da educação pública e de outros sujeitos sociais presentes no debate sobre as questões da educação. A trajetória dos planos nacionais de educação elaborados sob a vigência da Constituição de 1988 tem sido permeada por anseios de participação. Assim, o primeiro plano nacional aprovado no contexto da redemocratização, em 2001, percorreu um longo processo de idas e vindas. Características semelhantes tem tido o mais recente projeto de PNE, cujo projeto do Executivo foi encaminhado ao Congresso Nacional em dezembro de 2010, não tendo sua votação ainda sido concluída[23].

Ao lado desses espaços amplos de participação coletiva outra importante estratégia de estímulo ao protagonismo dos educadores e da comunidade são os Conselhos Escolares. A existência material de associações ligadas aos interesses das próprias escolas não é nova, articulando-se às antigas associações de pais e mestres. Nos anos noventa do século XX tais entidades ganharam maior destaque, tendo em vista o aumento dos anseios de participação por parte de equipes escolares, como também dada a contingência de criação de unidades executoras para viabilizar a transferência de recursos por parte do governo federal às escolas no âmbito do PDDE, referido na Estratégia 5.

Mais recentemente, e já no contexto que se segue à Cúpula Mundial de Educação em Dakar, o Ministério da Educação passou a estimular a participação desses conselhos, através do Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares com o objetivo de fomentar a implantação e o fortalecimento dos mesmos, por meio da elaboração de material didático específico e formação continuada, presencial e a distância, para técnicos das secretarias estaduais e municipais de educação e para conselheiros escolares, de acordo com as necessidades dos sistemas de ensino, das políticas educacionais e dos profissionais de educação envolvidos com gestão democrática.

---

[22] O PNE previsto pela Constituição de 1988 foi aprovado e sancionado como lei em 2001, com vigência até 2010.

[23] Quando da elaboração deste Informe (mai./2014) o projeto do PNE (PL nº 8035/2010), em tramitação no Congresso Nacional desde dezembro de 2010, havia sido votado no Senado (17/12/2013), tendo retornado à Câmara dos Deputados em 2014 para nova votação. Uma Comissão Especial constituída para apreciação do texto do Senado aprovou nova versão do projeto em 6 de maio de 2014, devendo o mesmo ser votado pelo Plenário da Câmara em 28 de maio de 2014.

Dentre as estratégias formativas cabe destacar: os Encontros Municipais de Formação de Conselheiros Escolares, Cursos de Extensão a Distância Formação Continuada em Conselhos Escolares e Curso de Formação para Conselheiros Escolares. Outro componente importante é a elaboração de material didático-pedagógico específico para a formação de Conselheiros Escolares, com cadernos que constituem o material pedagógico do Programa e que servem de subsídio para as Oficinas e Cursos ofertados pelo Programa e pelas Secretarias Estaduais e Municipais de Educação.

Para finalizar, vale destacar ainda o Programa Nacional de Capacitação de Conselheiros Municipais de Educação (Pró-Conselho) que estimula a criação de novos conselhos municipais de educação, o fortalecimento daqueles já existentes e a participação da sociedade civil na avaliação, definição e fiscalização das políticas educacionais, dentre outras ações. O Pró-Conselho tem como principal objetivo qualificar gestores e técnicos das secretarias municipais de educação e representantes da sociedade civil para que atuem em relação à ação pedagógica escolar, à legislação e aos mecanismos de financiamento, repasse e controle do uso das verbas da educação. Os conselhos municipais de educação exercem papel de articuladores e mediadores das demandas educacionais junto aos gestores municipais e desempenham funções normativa, consultiva, mobilizadora e fiscalizadora.

As considerações sobre as estratégias oferecem um quadro mais geral de como se configurou o esforço na direção da conquista dos objetivos de Educação para Todos. Para completar esse cenário, é oportuno destacar algumas iniciativas específicas relacionadas aos objetivos.

5. Políticas e Programas

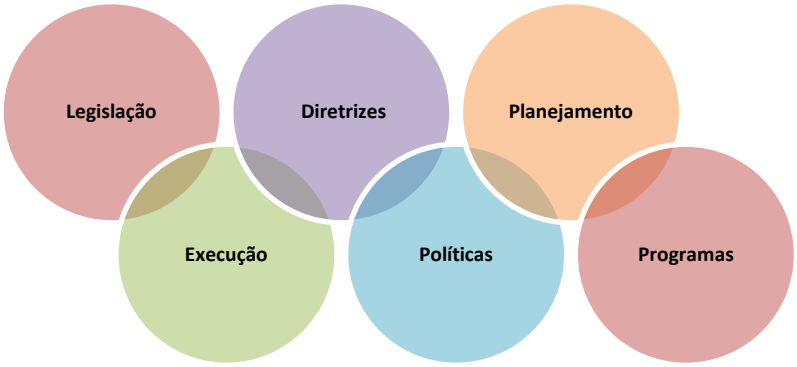
As estratégias adotadas pelo Brasil para o desenvolvimento dos objetivos de Educação para Todos estabelecidos na Cúpula Mundial de Educação (Dakar, 2000), a serem avaliados em 2015, envolvem políticas e programas diversos. Este tópico aprofunda tais iniciativas, aqui organizadas em sintonia com os objetivos.

5.1. Políticas

As políticas são ações de governo que visam concretizar as orientações constitucionais e da legislação educacional. Conforme referido na reflexão sobre os resultados obtidos em relação aos compromissos de Educação para Todos (Parte 2) bem como nas considerações sobre as estratégias (Parte 3.1), o Brasil tem procurado dar resposta efetiva às orientações expressas em seus marcos legais. Mais do que isso, procurou fazê-los avançar uma vez que importantes passos foram dados no sentido de ampliar o direito à educação. Exemplo concreto nesse sentido mencionado na Parte 1 é o alargamento do conceito de escolaridade obrigatória e gratuita, cuja faixa ampliou-se de 7 a 14 anos para 4 a 17 anos (Emenda Constitucional nº 59/2009).

A articulação entre a legislação e as políticas; entre estas e os programas é permeada por diretrizes mais gerais que orientam o planejamento e a execução das ações. A Figura 5 apresenta um desenho aproximado de como tais iniciativas interferem umas sobre as outras.

Figura 5 – Relações e articulações entre legislação e políticas públicas na educação



Fonte: Elaboração própria.

Considerando as principais orientações da Constituição e da LDB relacionadas aos objetivos de Educação para Todos, é oportuno observar que os marcos legais envolvem também Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) concebidas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) em diálogo com associações profissionais e sindicais e especialistas das áreas. A Figura 6 apresenta as diretrizes curriculares articuladas aos desafios estabelecidos em Dakar que começaram a ser definidas no contexto da Conferência Mundial de Educação para Todos (Jomtien, 1990), tendo continuidade no período posterior à Cúpula de Dakar.

Figura 6 – Diretrizes Curriculares Nacionais – De Jomtien e Dakar ao presente



Como a Figura 6 mostra, 5 (cinco) dos 6 (seis) objetivos tiveram a atenção por parte do Conselho Nacional de Educação, sendo oportuno destacar que a paridade e igualdade de gênero não tem se colocado como um problema escolar para o País. Na verdade, no caso brasileiro, a discriminação por sexo não se refere ao acesso, permanência e sucesso escolar, mas às diferenças de remuneração no mundo do trabalho. Alguns dados de população, relativos a mulheres como chefe de família e ocupação do mercado de trabalho têm mostrado

que a participação das mulheres está crescendo. Outro aspecto que vem chamando a atenção de estudiosos é o fato de que a partir do ensino médio, o percentual de mulheres frequentando a educação formal é maior que o percentual de homens.

Ao lado das DCN, o Ministério da Educação tem estimulado a definição de políticas para as diferentes etapas e modalidades de ensino, assim como para a formação de professores. Avanços nesse sentido podem ser vislumbrados em todas as áreas de atuação, sendo oportuno registrar alguns em relação aos objetivos de Educação para Todos.

Em matéria de **Cuidados e Educação na Primeira Infância** uma conquista importante foi a formulação da Política Nacional de Educação Infantil (PNEI), que consiste em um conjunto de ações coordenadas visando ao aprimoramento das condições da oferta da educação das crianças de zero a cinco anos de idade no País. Essas ações se estruturam a partir dos eixos que no seu conjunto buscam atender às necessidades da educação infantil de qualidade e inclusiva, desde a infraestrutura até a gestão pedagógica. Procura-se, assim, consolidar a identidade da educação infantil como primeira etapa da educação básica e superar as desigualdades sociais no atendimento em creches e pré-escolas.

A PNEI é fortalecida por um conjunto de publicações que oferecem instrumentos valiosos para ampliar o foco das ações de educação infantil, tematizando questões de igualdade racial, acesso de crianças com deficiência, educação no campo e avaliação[24]. Importante contribuição nessa matéria são os **Indicadores de Qualidade na Educação Infantil** (BRASIL. MEC. SE, 2009), produzidos com a contribuição de um Grupo Técnico de representantes de entidades, fóruns, conselhos, professores, gestores, especialistas e pesquisadores da área, que trabalhou durante um ano e apresentou uma proposta discutida e aprofundada em 8 (oito) seminários regionais realizados em todos o País e pré-testada em 9 (nove) unidades da federação. Os Indicadores configuram-se como instrumentos de autoavaliação, fundamentados na perspectiva da gestão democrática e participativa.

Dentre os avanços observados em relação à **Qualidade da Educação,** além da ampliação de um sistema nacional de avaliação da educação básica, conforme destacado, merece registro a política do magistério, que sob a égide dos compromissos assumidos em Jomtien e Dakar, teve conquistas significativas. As primeiras iniciativas de vulto para o magistério foram concebidas já a partir de meados dos anos 90, quando foram iniciados o Programa Professor Alfabetizador (Profa) e o Programa de Formação de Professores em Exercício (Proformação), no âmbito do Fundo de Desenvolvimento da Escola (Fundescola)[25]. Embora sejam ações já concluídas, seus impactos nos sistemas estaduais e municipais de ensino não podem ser ignorados.

Nos anos 2000 programas diversos vieram a somar-se, tanto no âmbito da formação inicial quanto continuada. Em julho de 2004 foi constituída a **Rede Nacional de Formação Continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica Pública que,** desde então vem sendo progressivamente aprimorada e ampliada. Esta consiste em um conjunto de ações estratégicas de formação continuada, articuladas entre si, e desenvolvidas por Instituições

---

[24] Conferir no portal do MEC a página sobre publicações em Educação Infantil. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&id=12579%3Aeducacao-infantil&Itemid=859> Acesso em: 19 mar. 2014.

[25] O Fundescola foi um projeto desenvolvido através de acordo de empréstimo junto ao Banco Mundial, para apoio à escolas públicas das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Públicas de Ensino Superior, com o objetivo de contribuir para a melhoria da formação dos professores e alunos da Educação Básica.

A implementação das ações se dá por meio de colaboração entre instâncias dos governos federal, estadual e municipal: Ministério da Educação, por meio da Secretaria de Educação Básica (SEB), a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), as Instituições de Ensino Superior e os Sistemas Públicos de Ensino que aderiram às ações de formação ofertadas. Integram a Rede iniciativas diversas como o Programa Pró-Letramento, Gestar II e Especialização em Educação Infantil.

Pró-letramento, Gestar II e Especialização em Educação Infantil

O Pró-letramento é um programa de formação continuada de professores das séries iniciais do ensino fundamental visando a melhoria da qualidade de aprendizagem da leitura/escrita e matemática. Os cursos oferecidos pelo programa têm duração de 120 horas com encontros presenciais e atividades individuais com duração de 8 meses. No período de 2006 a 2013 um total de 834.095 professores e formadores foram formados ou estão em formação. No exercício de 2013 não foram ofertadas novas vagas ou iniciado novos cursos, uma vez que o Programa precisou passar por reformulação em função do Programa Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, pois parte do público-alvo é comum aos dois, sendo necessária a reformulação do Pró-letramento, bem como do material didático-pedagógico, para atendimento dos professores que atuam nos anos/séries iniciais (4º e 5º ano) do ensino fundamental não atendidos pelo Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa.

O Programa Gestão da Aprendizagem Escolar – Gestar II oferece formação continuada em Língua Portuguesa e Matemática aos professores do ensino fundamental. Para os professores dos anos iniciais, havia sido implantado em 2001 o Gestar I. Em continuidade ao programa, foi criado o Gestar II para contemplar os professores dos anos finais. O curso provê carga horária de formação de 300 horas.

No período 2008/2011 houve uma inscrição de aproximadamente 170.000 professores em 25 unidades de federação e 2.355 municípios. Do total de professores inscritos pelos gestores estaduais e municipais quase 2/3 não efetivou a matrícula. Nesse período 10 Universidades atuaram como formadoras e certificaram em torno de 62.500 professores, sendo 4.592, orientadores de estudo. Em 2012/2013 a SEB recebeu uma demanda de 7.444 inscrições de 8 UF e vem implementando o Programa, em parceria com 5 IES, com materiais do Gestar II cedidos pelas Secretarias de Estado. O Programa será substituído por outra proposta de formação continuada para o segmento do 6º ao 9º ano e em 2014 haverá apenas a conclusão dos cursos iniciados em 2013.

O Curso de Especialização em Educação Infantil visa ao atendimento direto a professores dos estados e municípios que atuam na educação infantil, no sentido de propiciar oportunidades de ampliar e aprofundar a análise das especificidades das crianças de 0 a 3 e de 4 a 5 anos, relacionando-as às práticas pedagógicas para a educação em creches e pré-escolas e à identidade do profissional da educação infantil. O Curso teve as suas diretrizes traçadas de agosto a novembro de 2009, e hoje atinge todos os estados do Brasil com a participação de 31 Universidades e 4.635 professores em formação.

Também foram ofertados cursos de especialização nas seguintes áreas: Educação Especial; Educação Ambiental; Educação em Direitos Humanos; Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos; Educação do Campo; Educação para as Relações Étnico-Raciais; Educação Indígena; Educação Quilombola e Educação para a Juventude.

Elemento significativo na configuração das mudanças que ocorreram nesse campo foi a instituição da Política Nacional de Formação dos Profissionais do Magistério da Educação

Básica (Decreto nº 6.755/2009) com a finalidade de organizar os Planos Estratégicos da formação inicial e continuada, com base em arranjos educacionais acordados nos Fóruns Estaduais Permanentes de Apoio à Formação Docente.

O Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (Parfor) é resultado de um conjunto de ações do MEC, em colaboração com as secretarias de educação dos estados e municípios e as instituições públicas de educação superior neles sediadas, para ministrar cursos superiores gratuitos e de qualidade a professores em exercício das escolas públicas sem formação adequada ao que preconiza a LDB, de 1996.

O MEC delegou à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) a responsabilidade pela indução, fomento e avaliação dos cursos no âmbito do Parfor. Todas as licenciaturas das áreas de conhecimento da Educação Básica são ministradas no Parfor, nas modalidades presencial e a distância: cursos de 1ª Licenciatura para professores sem graduação, de 2ª Licenciatura para licenciados atuando fora da área de formação e de Formação Pedagógica, para bacharéis sem licenciatura[26]. Pela sua importância para o desenvolvimento da educação, o Parfor será detalhado no conjunto das iniciativas agregadas na análise de Programas (5.3. Outros Programas).

5.2. Programas

As estratégias adotadas para o desenvolvimento das políticas de educação são concretizadas através de programas concebidos em função de diferentes públicos, localização geográfica e outras variáveis. Alguns deles são universais e se aplicam a todas as escolas da federação, caso dos Programas Suplementares, os quais por sua importância e extensão de cobertura serão aqui analisados. Outros se articulam a etapas ou modalidades específicas de atendimento, a exemplo do Proinfância, destinado à aquisição de equipamentos para a rede escolar pública de educação infantil e do Brasil Alfabetizado, voltado para a alfabetização de jovens e adultos.

Considerando a importância e relevância dos programas diversos, neste tópico serão detalhadas algumas dessas iniciativas, começando por aquelas de maior alcance e abrangência, a saber, 4 (quatro) dos programas suplementares. Em seguida serão aprofundadas ações destinadas a um público-alvo mais específico, mediante apresentação de 12 (doze) iniciativas.

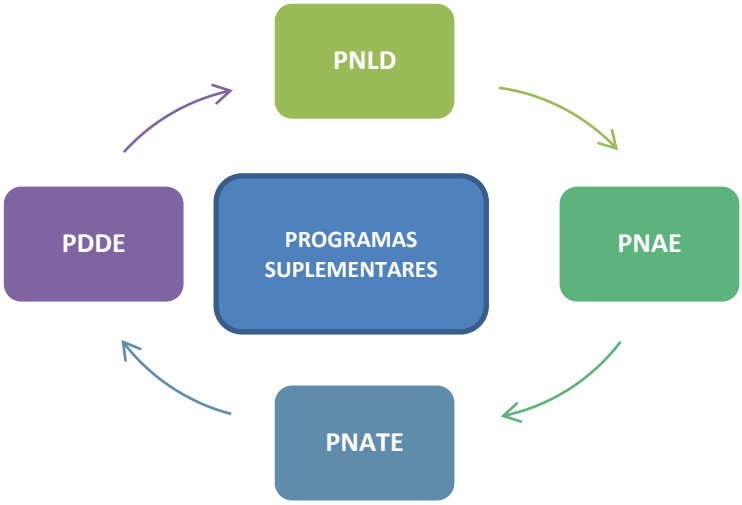
5.2.1. Programas Suplementares

Os Programas Suplementares, como se viu, abrangem iniciativas diferenciadas tanto de aquisição como de provimento de materiais e/ou serviços. Estes envolvem a escolha, aquisição e distribuição de livros didáticos, através do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD); a destinação de recursos para compra descentralizada de alimentação por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE); recursos para aquisição de veículos – Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (PNATE) e Caminho da Escola; e, recursos para manutenção de escolas (Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE). A Figura 7 permite

[26] Disponível em: <http: //www.capes. gov.br/educacao-basica/parfor> Acesso em: 17/03/2013.

visualizar a articulação entre essas iniciativas na promoção do acesso, na permanência e no sucesso de estudantes:

Figura 7 – Relação entre os principais Programas Suplementares



Pela sua relevância no apoio ao desenvolvimento do ensino e da aprendizagem, os programas suplementares serão a seguir detalhados.

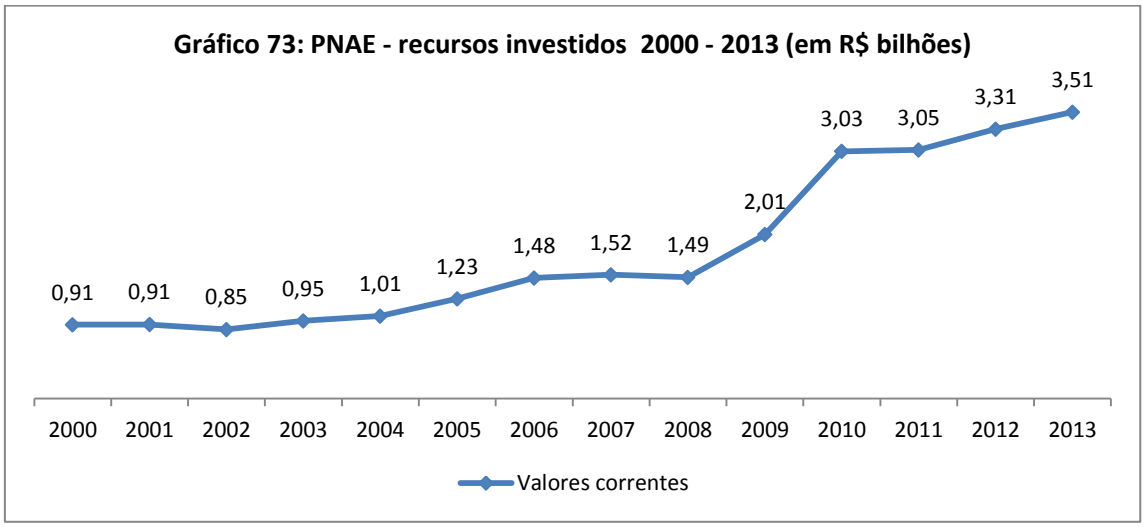
5.2.1.1 Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)

Popularmente conhecido como Merenda Escolar, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) consiste na transferência de recursos financeiros da União para estados, Distrito Federal e municípios destinados à compra de alimentos para suprir, parcialmente, as necessidades nutricionais dos alunos. O acompanhamento e a fiscalização do programa são feitos pelos Conselhos de Alimentação Escolar (CAE), pelo FNDE, pelo Tribunal de Contas da União (TCU), pela Secretaria Federal de Controle Interno (SFCI) e pelo Ministério Público.

O PNAE é uma das maiores iniciativas na área de alimentação escolar no mundo, sendo reconhecido como caso de sucesso de Programa de Alimentação Escolar Sustentável. Nesse contexto, é importante ressaltar os Acordos Internacionais firmados com a Organização das Nações Unidas para Alimentação e a Agricultura (FAO) e com o Programa Mundial de Alimentos (PMA), por meio da Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores, com vistas a apoiar o desenvolvimento Programas de Alimentação Escolar Sustentáveis em países da América Latina, Caribe, África e Ásia, sob os princípios da Segurança Alimentar e Nutricional e do Direito Humano à Alimentação Adequada.

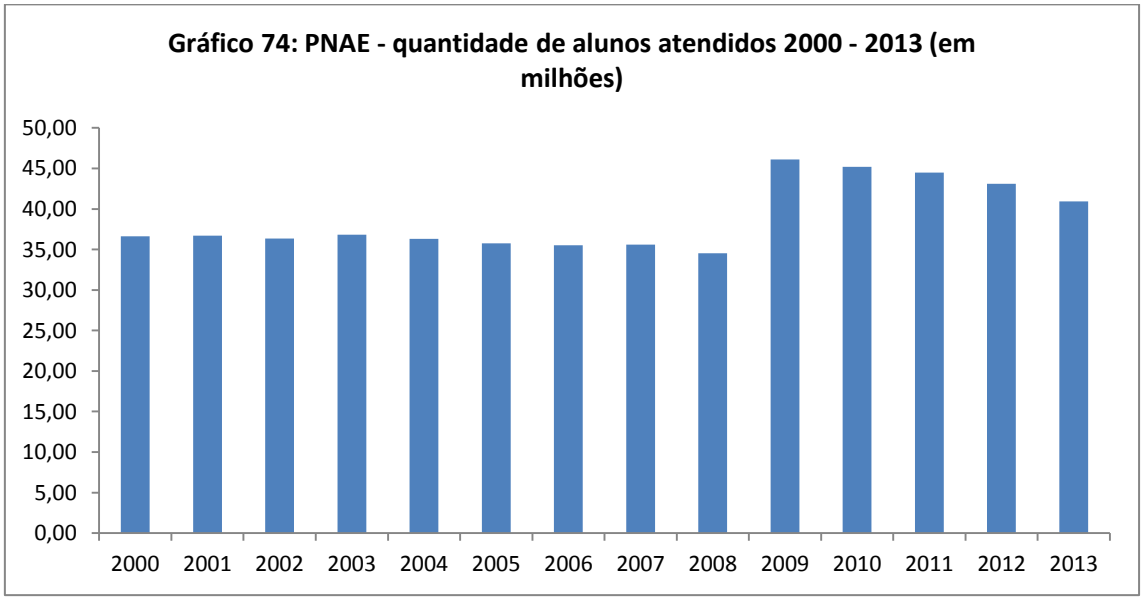
O valor *per capita* repassado pela União aos entes federados varia conforme a etapa e modalidade de ensino atendida, em atenção às diversidades étnicas, necessidades nutricionais por faixa etária e condição de vulnerabilidade social. Merece destaque a prioridade concedida a assentamentos da reforma agrária, comunidades tradicionais, povos indígenas e comunidades quilombolas quanto à aquisição de gêneros da Agricultura Familiar. Em 2012, aumentou o valor repassado aos alunos matriculados em creches e pré-escolas, sob a diretriz da política governamental de priorização da educação infantil.

O Gráfico 73 apresenta um demonstrativo dos recursos aplicados no programa entre 2000 e 2013.



Fonte:http://painel.mec.gov.br/painel.php?modulo=principal/detalhamentoIndicador&acao=A&detalhes=pais&indid=296

Na última década, o PNAE[27] ampliou seu atendimento, passando a beneficiar a modalidade de educação de jovens e adultos e a educação escolar indígena, em 2003; as matrículas das populações quilombolas, em 2005; a pré-escola, em 2008; e, o ensino médio, em 2009. Assim contribui para ampliar a equidade nas condições de oferta e permanência das populações mais vulneráveis na escola, conforme mostra o Gráfico 74.



Fonte:http://painel.mec.gov.br/painel.php?modulo=principal/detalhamentoIndicador&acao=A&detalhes=pais&indid=296

O orçamento do Programa para 2014 é de R$ 3,5 bilhões, com expectativa de beneficiar 43 milhões de estudantes da educação básica e de jovens e adultos. Com a Lei nº 11.947, de

[27] Importante destacar que, no mínimo, 30% dos recursos do PNAE é destinado para a aquisição de gêneros da agricultura familiar.

16/6/2009, 30% desse valor – ou seja, R$ 1,05 bilhão – deve ser investido na compra direta de produtos da agricultura familiar, medida que estimula o desenvolvimento econômico e sustentável das comunidades.

5.2.1.2. Programa Nacional do Livro Didático (PNLD)

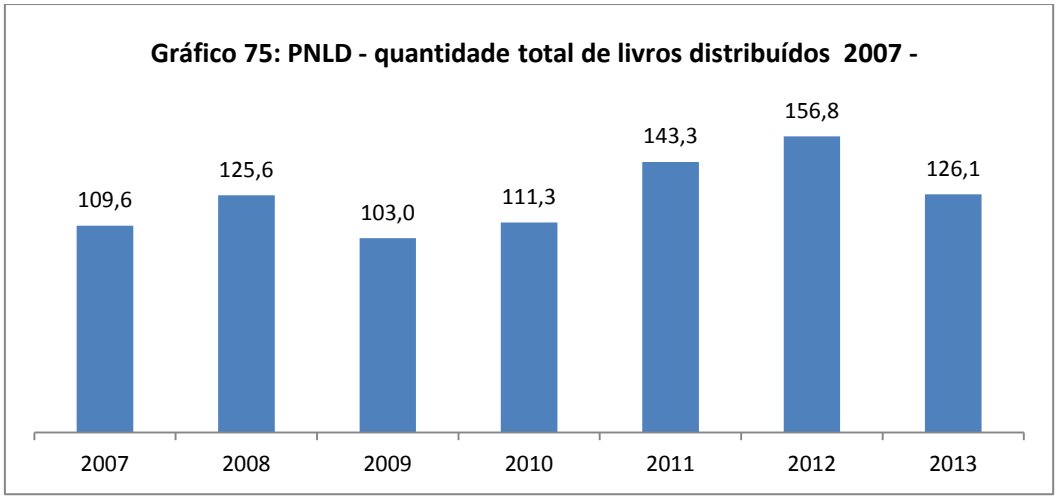
A aquisição e distribuição de livros didáticos para todas as escolas do País é feita através do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). Seu principal objetivo é subsidiar o trabalho pedagógico dos professores por meio da distribuição de coleções de livros didáticos aos alunos da educação básica. Até o início dos anos 2000 destinava-se apenas a estudantes do ensino fundamental. A partir de então, foi gradativamente ampliado atendendo a um quantitativo crescente de alunos. Suas inovações são o PNLD Idade Certa (livros de literatura para as turmas de 1º ao 3º do ensino fundamental), PNLD Campo (material didático específico para alunos do 1º ao 5º ano do ensino fundamental das escolas públicas rurais) e PNLD EJA (livros para os jovens, adultos e idosos das entidades parceiras do Programa Brasil Alfabetizado (PBA) e das redes de ensino da educação básica) e o PNLD Temático.

Após a avaliação das obras, o Ministério da Educação (MEC) publica um Guia de Livros Didáticos com resenhas das coleções consideradas aprovadas. O guia é encaminhado às escolas, que escolhem, dentre os títulos disponíveis, aqueles que melhor atendem ao seu projeto político-pedagógico.

O programa é executado em ciclos trienais alternados. Assim, a cada ano são adquiridos e distribuídos livros para todos os alunos de um segmento, que pode ser: anos iniciais do ensino fundamental, anos finais do ensino fundamental ou ensino médio. À exceção dos livros consumíveis, os livros distribuídos deverão ser conservados e devolvidos para utilização por outros alunos nos anos subsequentes.

O PNLD também atende aos alunos com deficiência. São distribuídas obras didáticas, paradidáticas e de referência, em diversos formatos digitais acessíveis, em Braille e LIBRAS.

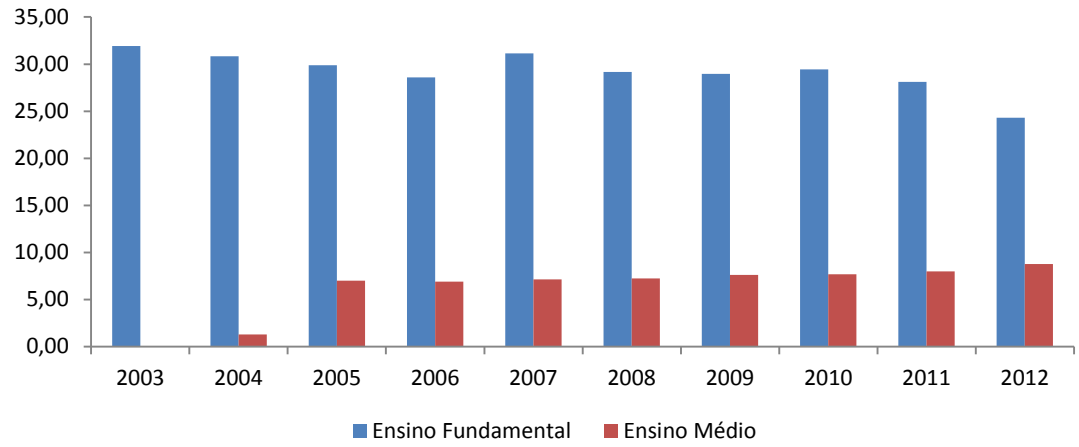
O Gráfico 75 permite verificar o quantitativo de aquisições entre 2007 e 2013, que atendeu ao ensino fundamental, ensino médio, educação de jovens e adultos, alfabetização de jovens e adultos.



Fonte:http://painel.mec.gov.br/painel.php?modulo=principal/detalhamentoIndicador&acao=A&detalhes=pais&indid=296

O Gráfico 76 mostra a quantidade de alunos do ensino fundamental e médio atendida pelo PNLD no período 2007 – 2012. Importante destacar que a redução do PNLD no ensino fundamental está relacionada à diminuição de matrículas nesta etapa de ensino, uma vez que a taxa de atendimento tem sido mantida.

Gráfico 76: PNLD - quantidade de alunos atendidos por nível de ensino 2003 - 2012 (em milhões)



Fonte: FNDE/MEC

Considerando a vasta dimensão territorial brasileira, como o PNAE, o PNLD é um dos maiores programas editoriais do mundo. Trata-se de um exemplo de política capaz de contribuir para a redução das desigualdades regionais, entre redes e escolas, especialmente os segmentos mais vulneráveis. Sua importância para alcançar os objetivos de Educação para Todos merecem registro, tanto pela abrangência e ampliação do público-alvo beneficiário da iniciativa no período 2003 - 2012, como por sua articulação estratégica na conquista da qualidade na educação.

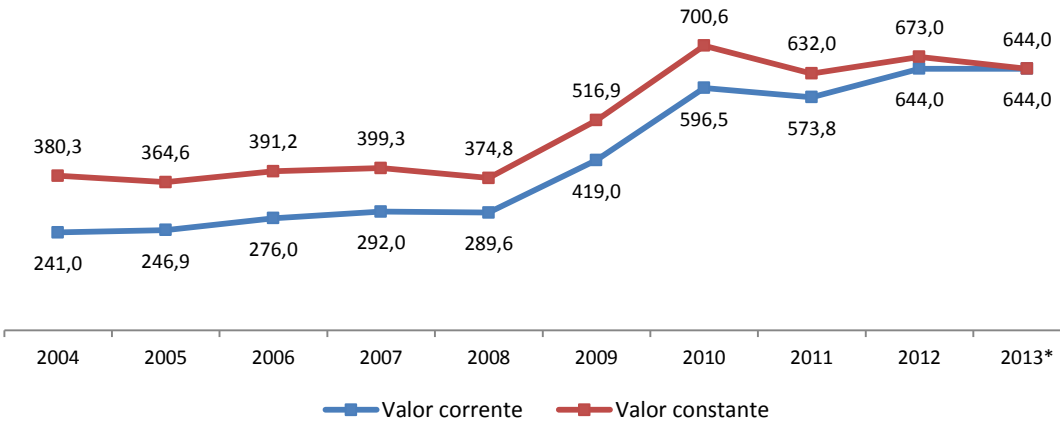
5.2.1.3. Programa Nacional de Transporte Escolar (PNATE) e Caminho da Escola

Para garantir segurança e qualidade ao transporte dos estudantes, o Ministério da Educação por meio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) mantém dois programas de apoio ao transporte escolar para alunos da educação básica que residem na zona rural: o PNATE e o Caminho da Escola.

Instituído em 2004, o PNATE é uma iniciativa de transferência automática de recursos aos estados, Distrito Federal e municípios para custear despesas com reforma, seguro, licenciamento, impostos, manutenção e pagamento de serviços contratados com terceiros. Os valores transferidos diretamente aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios são feitos em nove parcelas anuais, de março a novembro. O cálculo do montante de recursos financeiros destinados aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios tem como base o quantitativo de alunos da zona rural transportado e informados no censo escolar do ano anterior.

O valor *per capita*/ano varia de acordo com a área rural do município, a população moradora do campo e a posição do município na linha de pobreza. O Gráfico 77 mostra os recursos investidos neste programa.

Gráfico 77: PNATE - recursos investidos 2004 - 2013 (em R$ bilhões)



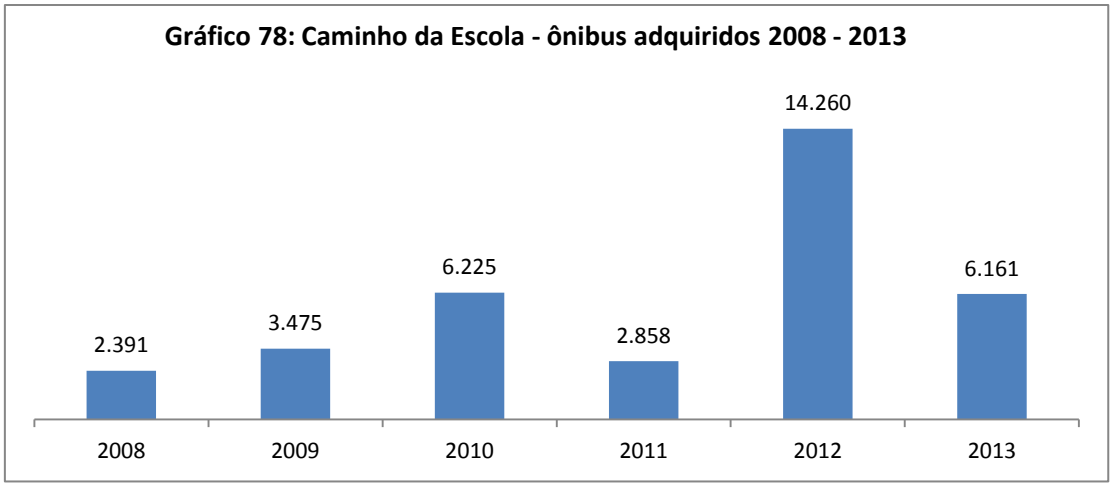
Fonte:http://painel.mec.gov.br/painel.php?modulo=principal/detalhamentoIndicador&acao=A&detalhes=pais&indid=296

Criado em 2007, o Caminho da Escola consiste em uma linha crédito concedida pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para a aquisição, pelos estados e municípios, de ônibus, miniônibus e micro-ônibus zero quilômetro e de embarcações novas.

Tem por objetivo renovar a frota de veículos escolares, garantir segurança e qualidade ao transporte dos estudantes e contribuir para a redução da evasão escolar, ampliando, por meio do transporte diário, o acesso e a permanência na escola dos estudantes matriculados na educação básica da zona rural das redes estaduais e municipais. O programa também visa à padronização dos veículos de transporte escolar, à redução dos preços dos veículos e ao aumento da transparência nessas aquisições.

O governo federal, por meio do FNDE e em parceria com o Inmetro, oferece um veículo com especificações exclusivas, próprias para o transporte de estudantes, e adequado às condições de acessibilidade e trafegabilidade das vias das zonas rural e urbana brasileira.

O programa consiste na aquisição, por meio de pregão eletrônico para registro de preços realizado pelo FNDE, de veículos padronizados para o transporte escolar. Existem três formas para estados e municípios participarem do Caminho da Escola: com recursos próprios, bastando aderir ao pregão; via convênio firmado com o FNDE; ou por meio de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que disponibiliza linha de crédito especial para a aquisição de ônibus zero quilômetro e de embarcações novas. O Gráfico 78 apresenta dados sobre o programa.



Fonte: http://painel.mec.gov.br/painel.php?modulo=principal/detalhamentoIndicador&acao=A&detalhes=pais&indid=296

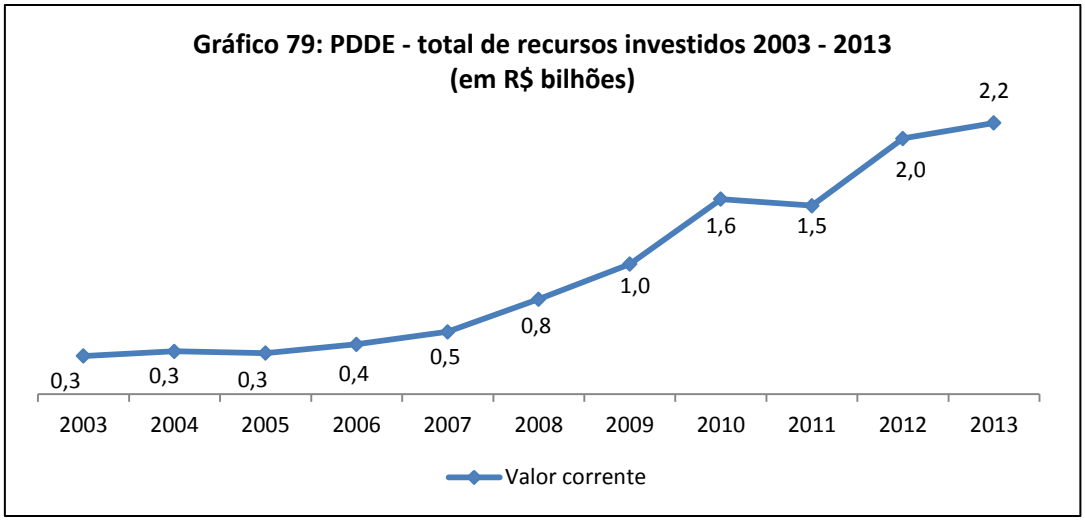
Entre 2008 e 2013 o Caminho da Escola viabilizou a aquisição de mais de 35 mil ônibus escolares. Além disso, contribuiu para a compra de 171.455 bicicletas e doação de 674 embarcações, ampliando, assim, a capacidade de atendimento, em particular nas regiões de maior vulnerabilidade social e de difícil acesso.

5.2.1.4 Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE)

Para suprir necessidades de custeio das escolas, foi criado o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE). Sua finalidade é prestar assistência financeira, em caráter suplementar, às escolas públicas da educação básica das redes estaduais, municipais e do Distrito Federal e às escolas privadas de educação especial mantidas por entidades sem fins lucrativos. O objetivo desses recursos é a melhoria da infraestrutura física e pedagógica, o reforço da autogestão escolar e a elevação dos índices de desempenho da educação básica.

A transferência de recursos do PDDE às escolas independe de celebração de convênio, ou instrumento congênere, destinando-se a cobrir despesas de manutenção, custeio e promoção de acessibilidade, além de pequenos investimentos, podendo ser utilizados para: aquisição de material permanente, quando receberem recursos de capital; manutenção, conservação e pequenos reparos da unidade escolar; aquisição de material de consumo necessário ao funcionamento da escola; avaliação de aprendizagem; implementação de projeto pedagógico; e, desenvolvimento de atividades educacionais diversas.

O Gráfico 79 apresenta dados sobre a distribuição de recursos às escolas entre 2003 e 2012.



Fonte: MEC/FNDE

De natureza diferenciada dos programas anteriores, o PDDE oferece recursos e ferramentas para que cada escola construa seu próprio caminho, assim contribuindo de maneira singular para a construção da autonomia e da identidade de seus sujeitos – professores, funcionários e alunos.

5.3. Outros Programas

Além dos programas suplementares, o governo federal apoia iniciativas diversas voltadas para a melhoria da qualidade da oferta. Na inviabilidade de analisá-las todas, deste conjunto maior, foram selecionados alguns programas com foco em ações mais diretamente relacionadas com os objetivos de Educação para Todos, a saber: Proinfância, Pnaic, Pronatec, Proeja, Projovem, Pronacampo, Programa Nacional dos Territórios Etnoeducacionais (PNTEE), Prolind, Brasil Alfabetizado, Mulher em Ciência, Mulheres Mil, Proinfo, Mais Educação, Parfor, UAB, Pibid e Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais.

A Figura 8 apresenta os objetivos de Educação para Todos aos quais os programas são vinculados.

Figura 8 – Programas associados aos objetivos de Educação para Todos



Feitas essas observações, é oportuno mencionar cada um dos referidos programas.

5.3.1. Proinfância

Em relação aos **cuidados e educação na primeira infância** é oportuno lembrar que a atenção à criança pequena é uma responsabilidade dos municípios. O governo federal tem atuado na definição de políticas para esta etapa da Educação Básica, assim como estímulo e apoio à melhoria da qualidade do atendimento. Importante estratégia nesse sentido é o Pro-Infância, programa caracterizado por prestar assistência técnica e financeira, ao Distrito Federal e municípios, para construção e aquisição de equipamentos para creches e pré-escolas públicas.

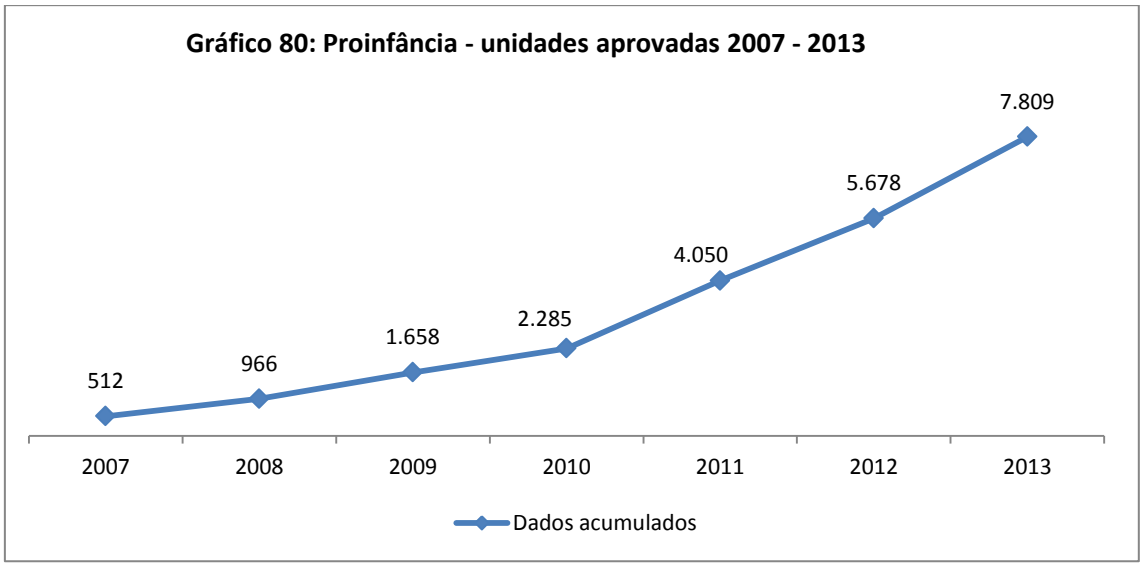
O Proinfância possui um componente que visa fortalecer sua identidade pedagógica, vinculando-o a ações de assessoramento técnico-pedagógico aos municípios conveniados para a execução do Programa. Tal concepção se fundamenta no entendimento de que a construção de novas creches e pré-escolas contribui para expansão do atendimento nesta etapa da Educação Básica, contudo não garante a qualidade do trabalho pedagógico desenvolvido nestas instituições.

O atendimento aos municípios e ao Distrito Federal iniciou-se em 2007. Entre 2007 e 2008, o Proinfância investiu na construção de 1.021 instituições de educação infantil. Em 2009, o programa, através do FNDE, celebrou convênios para a construção de 700 instituições de educação infantil. Também em 2009, ele passou a repassar recursos para equipar as instituições de educação infantil em fase final de construção. Foram mais de 214 convênios para a compra de móveis e equipamentos, como mesas, cadeiras, berços, geladeiras, fogões e bebedouros.

A partir de 2011, o Proinfância passou a integrar a segunda etapa do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2). Até 2012 foi aprovada a construção de 3.135 estabelecimentos de educação infantil (sendo 1.507 em 2011 e 1.628 em 2012). Para o ano de

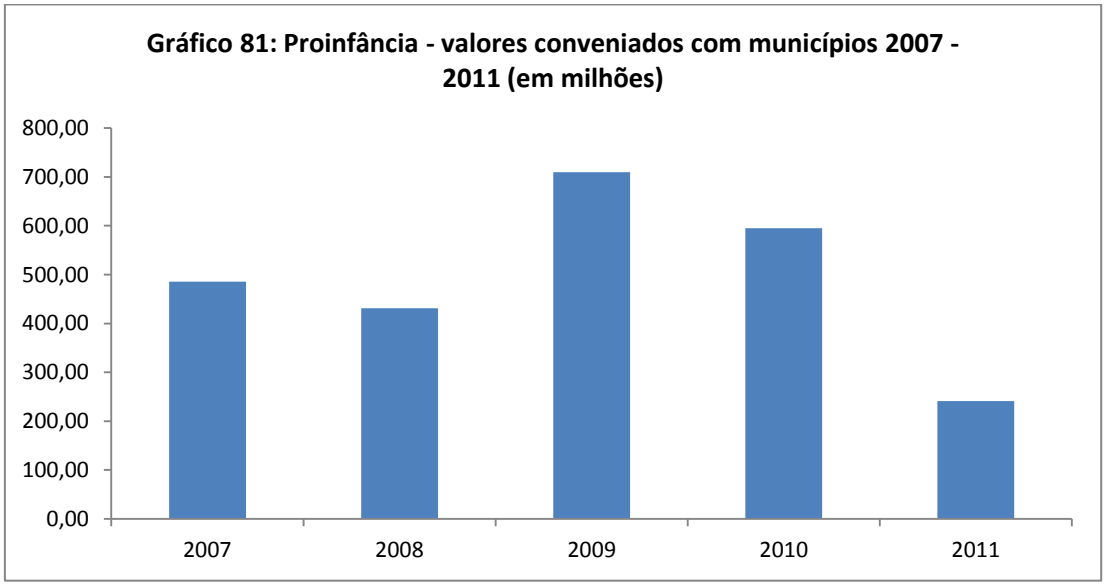
2013 a seleção se encerrou em maio. Foram recebidas 2.256 propostas; destas 1.550 já foram aprovadas. Está prevista a aprovação da construção de 6 mil estabelecimentos até 2014, com investimento de R$ 6,64 bilhões.

O Gráfico 80 mostra o quantitativo de construções aprovadas pelo programa no período 2007 – 2013.



Fonte: MEC/FNDE

O Gráfico 81 mostra os valores conveniados por ano (2007 – 2012) com os municípios para a construção de creches e pré-escolas por 2.315 cidades, importando em um valor acumulado de R$ 2.462.944.978,06.



Fonte: http://painel.mec.gov.br/painel.php?modulo=principal/detalhamentoIndicador&acao=A&detalhes=pais&indid=296

5.3.2. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (Pacto)

Conquistado o acesso à **educação primária universal**, o principal problema do ensino fundamental é o baixo rendimento na aprendizagem de seus alunos. O Pacto foi concebido com o objetivo de enfrentar este desafio. Trata-se de um compromisso assumido pelos governos federal, do Distrito Federal, dos estados e municípios, no sentido de assegurar que todas as crianças estejam alfabetizadas até os 8 anos de idade, ao final do 3º ano do ensino fundamental.

O programa prevê a formação continuada de professores alfabetizadores. Inclui, também, a oferta de materiais específicos para alfabetização, tais como livros didáticos, dicionários, jogos pedagógicos, obras de apoio pedagógico e tecnologias educacionais de apoio à alfabetização.

Em 2013, para o ciclo de alfabetização em Língua Portuguesa, o Pacto contou com a adesão dos 27 estados e 5.420 municípios, para formação de aproximadamente 16 mil orientadores de estudos e de mais de 319 mil professores alfabetizadores. Em 2014 será ofertado o ciclo de formação em Matemática.

É importante destacar que em 2013 mais de 2,3 milhões de alunos participaram da primeira edição da Avaliação Nacional de Alfabetização (ANA).

5.3.3. Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec)

Uma das iniciativas de incentivo às **habilidades de jovens e adultos** é o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), criado em 2011, antes mencionado e aqui detalhado. Seu objetivo é expandir, interiorizar, e democratizar a oferta de cursos de educação profissional contribuindo para a melhoria da qualidade da educação básica e ampliando as oportunidades educacionais dos trabalhadores. O programa nasceu para atender, prioritariamente, aos estudantes do ensino médio da rede pública, inclusive da educação de jovens e adultos, aos trabalhadores e aos beneficiários dos programas federais de transferência de renda.

Para cumprir sua finalidade, o Pronatec reúne um conjunto de iniciativas com uma proposta de oferta de oito milhões de vagas até o final do ano de 2014. As iniciativas incluem a expansão física das redes públicas federal, distrital e estaduais com a construção e ampliação de escolas de educação profissional em todo o País, redução da capacidade ociosa das instituições, ampliação da oferta de educação profissional a distância e a oferta da Bolsa-Formação Estudante e Trabalhador[28], além de garantir o cumprimento do acordo de gratuidade dos serviços nacionais de aprendizagem e possibilitar a contratação de financiamento para cursos técnicos (FIES Técnico[29]).

---

[28] A Bolsa-Formação Estudante destina-se a atender ao estudante regularmente matriculado no ensino médio ofertado pelas escolas públicas. Nessa modalidade, o estudante frequenta concomitantemente as aulas do ensino médio em sua escola e, em outro turno, frequenta as aulas do curso técnico de nível médio. A Bolsa-Formação Trabalhador destina-se a atender ao trabalhador e aos beneficiários dos programas federais de transferência de renda, com a oferta de cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional.

[29] O FIES Técnico é uma ampliação do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), programa do Ministério da Educação destinado a financiar a graduação na educação superior de estudantes matriculados em instituições não

O processo de estruturação de oferta de vagas pelo Pronatec está fundamentado nas redes de educação profissional reconhecidas no País – redes públicas federal, estaduais, distrital e municipais de educação profissional e tecnológica – e, os serviços nacionais de aprendizagem[30] (SENAI, SENAC, SENAR, SENAT e SESI). Essas redes realizam o papel de ofertantes de vagas de educação profissional tanto em cursos técnicos quanto em cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional (cursos FIC). As instituições ofertantes têm, portanto, o desafio de articular novas estratégias que contribuam para a redução do analfabetismo e para o aumento da formação profissional com elevação da escolaridade de brasileiros que se encontram à margem do mercado competitivo de empregos e da cadeia produtiva como um todo.

Os objetivos do Pronatec compreendem:

I. expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional técnica de nível médio e de cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional presencial e a distância;
II. construir, reformar e ampliar as escolas que ofertam educação profissional e tecnológica nas redes estaduais;
III. aumentar as oportunidades educacionais aos trabalhadores por meio de cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional;
IV. aumentar a quantidade de recursos pedagógicos para apoiar a oferta de educação profissional e tecnológica;
V. melhorar a qualidade do ensino médio.

Desde sua criação em 2011 até abril de 2014 o Pronatec registrava 6,2 milhões de matríulas, com 2,7 milhões de jovens e adultos recebendo bolsa formação e mais 2,6 milhões de vagas obtidas por acordo de gratuidade com instituições privadas. A expansão da rede federal de educação foi responsável por 413 mil novas vagas no período e o Brasil Profissionalizado por 233 mil novas vagas.

5.3.4. Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja)

Outra iniciativa em **habilidades de jovens e adultos** é o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja), antes referido e aqui aprofundado. Sua criação foi uma resposta face ao quadro da educação brasileira explicitado pelos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) divulgados, em 2003, na qual 68 milhões de jovens e adultos trabalhadores brasileiros com 15 anos ou mais não concluíram o ensino fundamental e,

---

gratuitas. Ele oferece uma linha de crédito para facilitar o acesso de estudantes e trabalhadores empregados ao ensino técnico e profissional. Tem duas modalidades. O FIES Técnico-Estudante oferece empréstimos a pessoas com ensino médio completo que queiram fazer cursos técnicos em instituições privadas ou nos Serviços Nacionais de Aprendizagem. Já o FIES Técnico-Empresa oferece financiamento a empresários que queiram investir na capacitação de seus funcionários.

[30] Integram a rede de serviços nacionais de aprendizagem: o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), o Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (SENAT), o Serviço Social da Indústria (SESI) e Serviço Social do Comércio (SESC). MEC/SE.

apenas, 6 milhões (8,8%) estavam matriculados em cursos de Educação de Jovens e Adultos (EJA).

A partir desses dados, e tendo em vista a urgência de ações para ampliação das vagas no sistema público de ensino ao sujeito jovem e adulto, o Governo Federal instituiu o Proeja, no âmbito federal, por meio do Decreto nº 5.478, de 24 de junho de 2005, sendo, em seguida, substituído pelo Decreto nº 5.840, de 13 de julho de 2006, que introduz novas diretrizes que ampliam a abrangência do primeiro com a inclusão da oferta de cursos Proeja para o público do ensino fundamental da EJA.

Considerando esse contexto, o Proeja tem como perspectiva a proposta de integração da educação profissional à educação básica buscando a superação da dualidade trabalho manual e intelectual, assumindo o trabalho na sua perspectiva criadora e não alienante. Isto impõe a construção de respostas para diversos desafios, tais como, o da formação do profissional, da organização curricular integrada, da utilização de metodologias e mecanismos de assistência que favoreçam a permanência e a aprendizagem do estudante, da falta de infraestrutura para oferta dos cursos dentre outros.

De acordo com o Decreto nº 5.840, 13 de julho de 2006, é possível a oferta de cursos articulados ao ensino fundamental (anos iniciais ou finais) ou ao ensino médio, na forma integrada ou concomitante.

Desde sua implantação, em 2005, até o ano de 2012, foram contabilizadas mais de 30 mil matrículas em cursos Proeja nas instituições de ensino da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Para estimular uma ampliação das matrículas na rede federal, bem como a implantação dos cursos nas redes estaduais e Serviço Nacional de Aprendizagem (SNA), o Proeja foi integrado às ações do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), em 2013.

A proposta de ofertar cursos de educação profissional articulados à EJA, por intermédio da Bolsa-Formação busca proporcionar a elevação da escolaridade e a formação profissional do jovem e do adulto com vistas à participação como cidadão no mundo do trabalho.

A Resolução CNE/CEB nº 06/2012, que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, orienta que se deve contemplar a oferta mais flexível de cursos e programas com itinerários formativos que possibilitem aos estudantes, contínuo e articulado aproveitamento de estudos e de conhecimentos, saberes e competências profissionais. Nessa perspectiva, os cursos ofertados pelo Pronatec EJA deverão levar em consideração a pessoa na sua integralidade cognitiva, afetiva, biológica, social e profissional, sem fragmentá-la, uma vez que somente quando todas as dimensões são reconhecidas e respeitadas possibilita-se um desenvolvimento humano efetivo na participação política, social, cultural e econômica no mundo do trabalho, prevendo a continuidade de estudos e não um fim em si mesmo.

O Pronatec EJA parte da compreensão da importância e especificidade da Educação de Jovens e Adultos, definida como uma modalidade da educação básica, representando o esforço na melhoria do acesso a processos de ensino e aprendizagem de qualidade social e no fortalecimento do direito à educação ao longo da vida para todos, com objetivos e metodologias próprias.

A articulação da Educação Profissional com a Educação de Jovens e Adultos, por intermédio da Bolsa-Formação, busca responder às necessidades sociais, educacionais e

econômicas da sociedade brasileira que, por possuir natureza complexa, traz consigo grandes desafios.

Como suporte teórico para o desenvolvimento do Pronatec EJA, tomam-se os seguintes princípios que consolidam a política de educação profissional integrada ao ensino médio, na modalidade EJA, definidos a partir de teorias de educação em geral e de estudos específicos do campo dessa modalidade:

a) a ampliação do direito à educação básica, pela universalização do ensino médio;
b) o trabalho como princípio educativo;
c) a pesquisa como fundamento da formação do sujeito contemplado nessa política;
d) as condições geracionais, de gênero, de relações étnico-raciais como fundantes da formação humana e dos modos como se produzem as identidades sociais;
e) o atendimento integral às pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação e promoção de intervenção social por meio dos processos educativos; e
f) o reconhecimento da experiência do educando e a relação de saberes-fazeres.

5.3.5. Educação de Jovens e Adultos (EJA)

O MEC também tem investido sistematicamente numa política de integração entre o processo inicial de alfabetização e a continuidade dos estudos em turmas de Educação de Jovens e Adultos (EJA) pelo público atendido pelo PBA. Nessa linha, publicou a Resolução CD/FNDE nº 48/2012 que transfere recursos financeiros aos estados, municípios e Distrito Federal para a manutenção de novas turmas de EJA, a partir do exercício 2012.

São beneficiárias da transferência de recursos financeiros para as novas turmas de EJA as pessoas com 15 anos ou mais que não completaram o ensino fundamental ou médio. Para matrículas em novas turmas de EJA têm prioridade os egressos do PBA, as populações do campo, as comunidades quilombolas, os povos indígenas e as pessoas que cumprem pena em unidades prisionais.

Os estados e municípios que aderiram a Resolução n° 48 solicitaram recursos para matricular 167.544 egressos do PBA nas turmas de Educação de Jovens e Adultos e, para suprir essa demanda, o Ministério da Educação efetuou a transferência de R$ 401.795.774 (quatrocentos milhões, setecentos e noventa e cinco mil, setecentos e setenta e quatro reais).

A Agenda Territorial de Desenvolvimento Integrado de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos constitui-se como uma ação conjunta do poder público e da sociedade civil em favor da garantia do direito à educação da população jovem e adulta e instrumento para a articulação territorial e intersetorial das ações de Alfabetização e de Educação de Jovens e Adultos, estruturadas nas dimensões técnica, de planejamento e de controle social.

O Programa Educação em Prisões**,** para atender ao disposto na Lei nº 12.433/2011, que prevê a possibilidade da remição de pena pelo estudo e no Decreto nº 7.626/2011, que instituiu o Plano Estratégico de Educação no Sistema Prisional (PEESP), o Ministério da Educação e o Ministério da Justiça elaboraram o Plano de Implementação da Educação no Âmbito do Sistema Prisional, lançado em fevereiro de 2013, contemplando os seguintes eixos: Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos; Educação Profissional e Tecnológica; Formação

de Profissionais da Educação e dos Agentes Penitenciários; Aquisição de Equipamentos, Mobiliários, Materiais Pedagógicos e literários e Infraestrutura Física.

5.3.6. Programa Nacional de Educação do Campo (Pronacampo)

O Programa Nacional de Educação do Campo (Pronacampo), instituído pela Portaria nº 86/2013, com metas para a implementação da política de educação do campo, de acordo com o decreto nº 7.352/2010, apoiou ações para a melhoria da infraestrutura das escolas públicas, a formação inicial e continuada de professores e a disponibilização de material didático específico aos estudantes do campo e quilombola.

Nos termos da lei nº 12.695/2012 passa a ser computadas no Fundeb as matrículas de estudantes da educação do campo ofertadas pelas instituições comunitárias, sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público, que atuam na formação por alternância.

5.3.7. Programa Nacional dos Territórios Etnoeducacionais (PNTEE)

O Programa Nacional dos Territórios Etnoeducacionais (PNTEE) foi instituído por meio da Portaria nº 1.062, de 30 de outubro de 2013, e consiste em um conjunto articulado de ações de apoio técnico e financeiro do Ministério da Educação aos sistemas de ensino, para a organização e o fortalecimento da Educação Escolar Indígena, conforme disposto no Decreto nº 6.861, de 27 de maio de 2009. Até 2013, foram pactuados 23 TEE, 5 estão em fase de pactuação e 13 em fase de consulta.

O PNTEE está organizado em seis eixos: Gestão educacional e participação social, Pedagogias diferenciadas e uso das línguas indígenas, Memórias, materialidade e sustentabilidade, Educação Profissional e Tecnológica e Educação Superior e Pós-Graduação

5.3.8. Programa de Apoio a Formação Superior e Licenciaturas Interculturais Indígenas (Prolind)

O Programa de Apoio a Formação Superior e Licenciaturas Interculturais Indígenas (Prolind) é um programa de apoio à formação superior de professores que atuam em escolas indígenas de educação básica, estimulando o desenvolvimento de projetos de curso na área das Licenciaturas Interculturais em instituições de ensino superior públicas federais e estaduais.

O objetivo é formar professores para a docência no ensino médio e nos anos finais do ensino fundamental das comunidades indígenas. Em 2013, disponibilizou recursos para 16 Instituições de Educação Superior (IES), via matriz orçamentária, atendendo a 2.938 professores indígenas. No âmbito do PAR, em parceria com as Seduc e as IES, são implementados o magistério intercultural para a formação de professores indígenas em nível médio e cursos de formação continuada para professores e gestores da educação escolar indígena, beneficiando 4.274 professores com a oferta de 11 cursos de magistério e 13 projetos de formação continuada. Em 2013, 116 professores se formaram em curso de formação superior e licenciaturas indígenas.

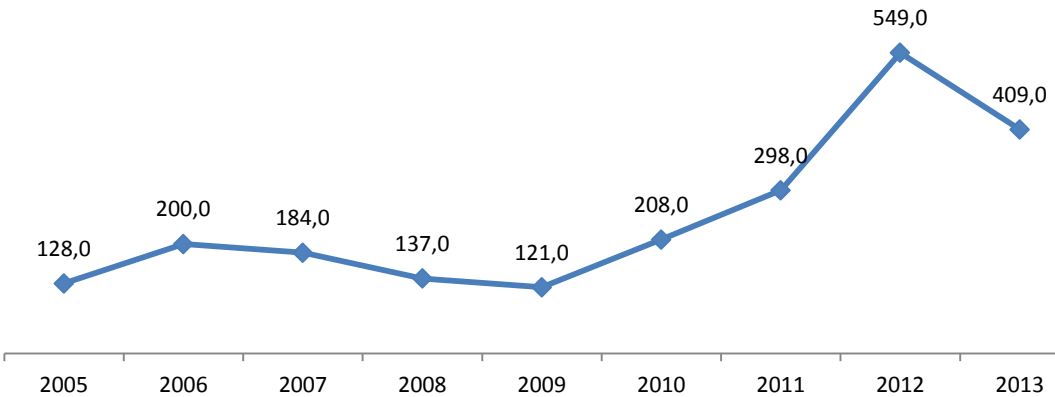
5.3.9. Brasil Alfabetizado

Para enfrentar o desafio da **alfabetização de adultos**, o Ministério da Educação, por meio da Lei nº 10.880/2004, criou o Programa Brasil Alfabetizado (PBA) com o objetivo de contribuir para a superação do analfabetismo e promover a progressiva continuidade dos estudos de jovens e adultos em níveis mais elevados por meio da responsabilidade solidária entre a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios.

O PBA apoia e financia projetos de alfabetização de jovens e adultos apresentados pelos entes federados, repassando recursos suplementares para ampliação da oferta de turmas de alfabetização por meio de ações de formação e pagamento de bolsas a alfabetizadores, tradutores-intérpretes de Libras, coordenadores de turmas, aquisição de material escolar; aquisição de gêneros alimentícios; transporte para os alfabetizandos; aquisição de material pedagógico, didático ou literário e reprodução dos testes cognitivos a serem aplicados aos alfabetizandos.

Desde a criação do Programa foram investidos mais de 2,2 bilhões de reais para o desenvolvimento de ações de alfabetização em todo o Brasil, por meio da transferência de valor de apoio aos entes federados e pagamento de bolsas aos voluntários, como mostra o Gráfico 82. Em 2013 a queda dos valores financiados pode ser explicada como decorrente da redução do contingente a ser atendido, uma vez que a maioria da população analfabeta encontra-se nas localidades rurais, com idade na faixa de 40 anos e mais, de difícil acesso e baixa motivação para programas dessa natureza.

Gráfico 82: Recursos investidos no âmbito do PBA por ano: valor de apoio e pagamento de bolsas (em milhões)



Fonte: Sistema Integrado de Gestão Financeira - SIGEF 30 e 31/01/2012.

* Até 2006 o repasse contemplava o Valor de Apoio e a Bolsa, não existia diferenciação. O recurso era transferido e o próprio ente parceiro realizava o pagamento das bolsas.

** Em 2007, embora o programa tenha passado por alterações, não sendo mais permitida adesão via convênio, algumas instituições que aderiram em 2006, receberam parte do recurso em 2007.

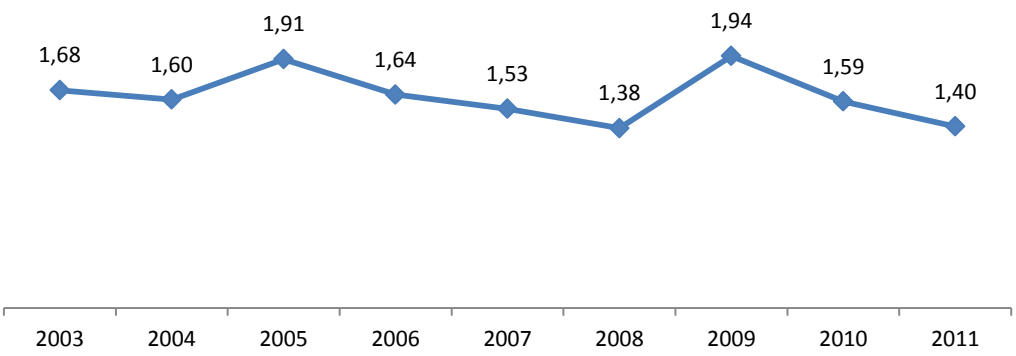
Quanto à escala, o PBA abrange mais de 3.500 municípios em todos os estados brasileiros e já atendeu a cerca de 14 milhões de pessoas em turmas de alfabetização desde 2003, tendo uma média anual de 1.200 parceiros entre Prefeituras Municipais e Secretarias Estaduais de Educação.

Enquanto esforço de superação do analfabetismo com a diversidade regional e de público em um País com as dimensões territoriais do Brasil, ao invés de adotar um modelo único, o PBA contempla uma diversidade de metodologias e práticas. Esse desenho permite aos parceiros construírem uma política de alcance nacional, fortalecendo as ações já existentes e a adequação do processo educativo às diferenças étnicas, regionais, culturais e de gênero entre os segmentos sociais atendidos.

Nessa linha, é importante considerar que a escala de atuação do PBA conjugada com as possibilidades de adequação da proposta pedagógica às condições locais de execução, permite ao Programa atender a populações extremamente vulneráveis, incluindo povos indígenas, pessoas privadas de liberdade e significativa parcela das populações rurais como preconiza a Educação para Todos (EPT).

Os dados apresentados no Gráfico 83 mostram que se somando os dados relativos aos alfabetizandos no período se chega a um total de 14.677.997.

Gráfico 83: Programa Brasil Alfabetizado - número de alfabetizandos 2003 - 2011



Fonte: http://painel.mec.gov.br/painel.php?modulo=principal/detalhamentoIndicador&acao=A&detalhes=pais&indid=132

5.3.10. Programa Mulher e Ciência

O Programa Mulher e Ciência é uma iniciativa orientada para a **paridade e igualdade de gênero** e pretende estimular a presença feminina em áreas do conhecimento de tradição masculina. É desenvolvido pela Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM-PR), em colaboração com o Ministério da Educação e de outros organismos. O programa é desenvolvido por meio de um prêmio, editais de apoio aos estudos e pesquisas sobre o tema, um encontro trianual de pesquisadoras e uma ação de indução para ampliar o número de mulheres nas carreiras e profissões científicas e tecnológica, conforme o detalhamento que se segue:

- **Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero**: tem por objetivo estimular e fortalecer a reflexão críica e a pesquisa acerca das desigualdades existentes entre homens e mulheres em nosso País e sensibilizar a sociedade para tais questões.
- **Editais Relações de Gênero, Mulheres e Feminismo**: o objetivo é apoio aos estudos e pesquisas.

- **Pensando Gênero e Ciências**: encontro trianual com Pesquisadoras e Núcleos de Pesquisa de Gênero das Universidades.
- **Meninas e Jovens Fazendo Ciência, Tecnologia e Inovação:** ação de indução para ampliar o número de mulheres nas carreiras e profissões científicas e tecnológicas.

São parceiros das iniciativas o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), o Ministério da Educação (MEC), o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e a ONU Mulheres.

Além das iniciativas do Programa Mulher e Ciência vale destacar que a inserção do debate de gênero no currículo escolar é desenvolvida através da iniciativa: Gênero e Diversidade na Escola (GDE), um curso de extensão ou especialização universitária que objetiva discutir questões relativas às temáticas de gênero, sexualidade, orientação sexual e relações étnico-raciais, busca promover a reflexão acerca destes temas integrando perspectivas diversas: sociocultural, histórica, educacional e política.

5.3.11. Programa Nacional de Tecnologia Educacional (Proinfo)

Dentre as iniciativas de fomento à **qualidade da educação**, destaca-se o Programa Nacional de Tecnologia Educacional (Proinfo). Criado em 1997 e reformulado em 2007 no contexto do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) integra e articula três componentes:

- Implantação de ambientes tecnológicos equipados com computadores e recursos digitais nas escolas beneficiadas;
- Promoção, em parceria com os Estados, Distrito Federal e Municípios, de programa de capacitação para os agentes educacionais envolvidos e de conexão dos ambientes tecnológicos à rede mundial de computadores; e
- Disponibilização de conteúdos educacionais, soluções e sistemas de informações.

Trata-se de uma ação educacional do MEC, que visa fomentar o uso das tecnologias de informação e comunicação (TIC) como ferramentas de enriquecimento pedagógico no ensino público fundamental e médio, promovendo a inclusão digital e social das comunidades escolares atendidas.

Tem como objetivo inserir nas escolas de educação básica brasileiras, rurais e urbanas, as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) no processo de ensino-aprendizagem com a instalação de laboratórios de informática, soluções tecnológicas baseadas em mídias digitais e conteúdos digitais de qualidade, com capacitação dos professores e alunos dessas escolas, promovendo, com isso, não só a melhoria do processo educacional, mas também a inclusão social e digital das comunidades escolares brasileiras, uma vez que, também contempla os requisitos de acessibilidade e disponibiliza recursos de tecnologia assistiva de uso pedagógico.

O Proinfo está em funcionamento em 5.100 municípios e já atingiu, desde 2004, a 64,6 mil estabelecimentos educacionais, 28,3 milhões de alunos e 1,2 milhão de professores.

Em 2012 o MEC inicia mais um programa na área de tecnologia educacional. Trata-se do *Tablet* Educacional, uma ampliação do Proinfo, compreendendo a distribuição de tablets e computadores interativos, visando à ampliação do conjunto de tecnologias disponíveis a professores nas escolas públicas brasileiras. O Programa *Tablet* Educacional é implementado

em 3 (três) frentes: distribuição de equipamentos, formação continuada de professores e produção/disponibilização de conteúdos digitais educacionais.

No tocante à formação continuada, a Secretaria de Educação Básica(SEB), por intermédio da DCE, supre os professores com os cursos adequados à utilização dos *tablets* educacionais no processo ensino-aprendizagem. Desta forma, os produtos gerados são exatamente os professores formados pelos cursos ofertados pelo Proinfo Integrado, que estão com os conteúdos adequados para atender às plataformas móveis, como é o caso dos *tablets* educacionais. Na formação para o uso das Tecnologias na educação, até o presente momento foram formados 34.322 professores.

Para os conteúdos, os produtos contemplados para os *tablets* são os aplicativos da TV Escola, de cursos do Proinfo, da plataforma e-proinfo, que é o Ambiente Virtual de Aprendizagem do MEC, do Portal do Professor e dos livros escolares, vinculado ao Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). Todos estes aplicativos estão disponíveis no ambiente Conteúdos Digitais, que segue devidamente embarcado nos equipamentos, possibilitando o acesso dos professores assim que o *tablet* educacional esteja ativado.

Em linhas gerais, o impacto dessas políticas públicas tem sido bastante positivo, especialmente no sentido de incluir comunidades de baixa renda que até então não tinham acesso a esses recursos tecnológicos, ficando em desvantagem em relação a seus pares de melhor condição socioeconômica, além de promover a autonomia dos estudantes com deficiência.

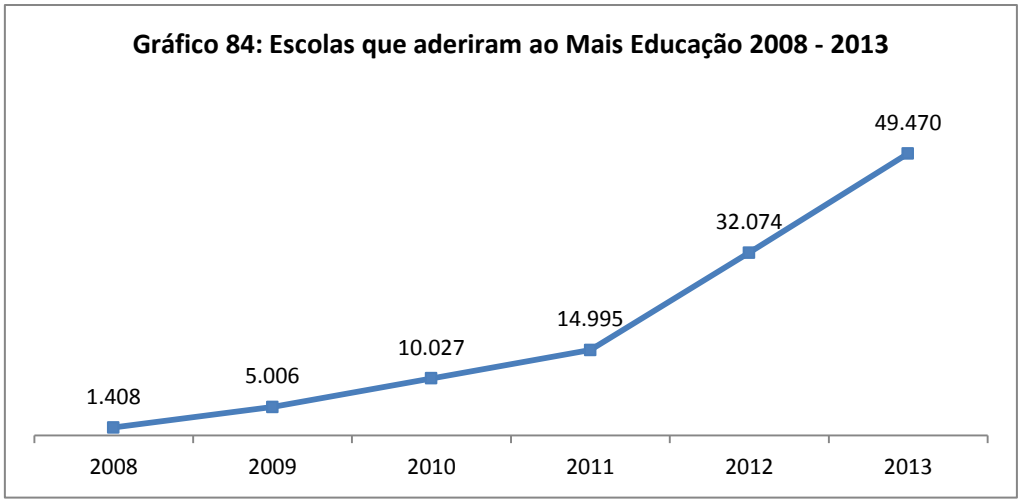
5.3.12. Mais Educação

Outro programa importante para o desenvolvimento da **qualidade da educaçã**o é o Mais Educação. Tendo sido instituído pela Portaria Interministerial nº 17/2007 e regulamentado pelo Decreto 7.083/10, constitui-se como estratégia do Ministério da Educação para induzir a ampliação da jornada escolar e a organização curricular na perspectiva da Educação Integral.

Trata-se de uma iniciativa de apoio à educação integral por meio de atividades socioeducativas no contraturno escolar, incluindo acompanhamento pedagógico, cultura e artes, esporte e lazer, cultura digital, comunicação e uso das mídias, direitos humanos, educação ambiental, promoção da saúde e investigação no campo das ciências da natureza.

As escolas das redes públicas de ensino estaduais, municipais e do Distrito Federal fazem a adesão ao Programa e, de acordo com o projeto educativo em curso, optam por desenvolver atividades nos macrocampos de acompanhamento pedagógico; educação ambiental; esporte e lazer; direitos humanos em educação; cultura e artes; cultura digital; promoção da saúde; comunicação e uso de mídias; investigação no campo das ciências da natureza e educação econômica.

O Gráfico 84 mostra a evolução do número de escolas participantes do Mais Educação no período 2008 – 2013.



Fonte: MEC/SEB

Além do apoio financeiro para a realização de iniciativas, o Ministério oferece em seu portal acesso a publicações diversas sobre educação integral, incluindo fundamentos teóricos e metodológicos para a realização de experiências de jornada ampliada, assim como mapeamento de iniciativas.

5.3.13. Parfor

Indispensável componente da **qualidade da educação** é a formação de professores. Dentre as experiências selecionadas está o Parfor, um programa emergencial implantado em regime de colaboração entre a Capes, os estados, municípios o Distrito Federal e as Instituições de Educação Superior – IES.

Foi instituído para promover a

> oferta emergencial de cursos de licenciaturas e de cursos ou programas especiais dirigidos aos docentes em exercício há pelo menos três anos na rede pública de educação básica, que sejam:
> a) graduados não licenciados;
> b) licenciados em área diversa da atuação docente; e
> c) de nível médio, na modalidade Normal (Decreto nº 6.755/09 Art. 11, III)

Seu objetivo é induzir e fomentar a oferta de educação superior, gratuita e de qualidade, para professores em exercício na rede pública de educação básica, para que estes profissionais possam obter a formação exigida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e contribuam para a melhoria da qualidade da educação básica no País.

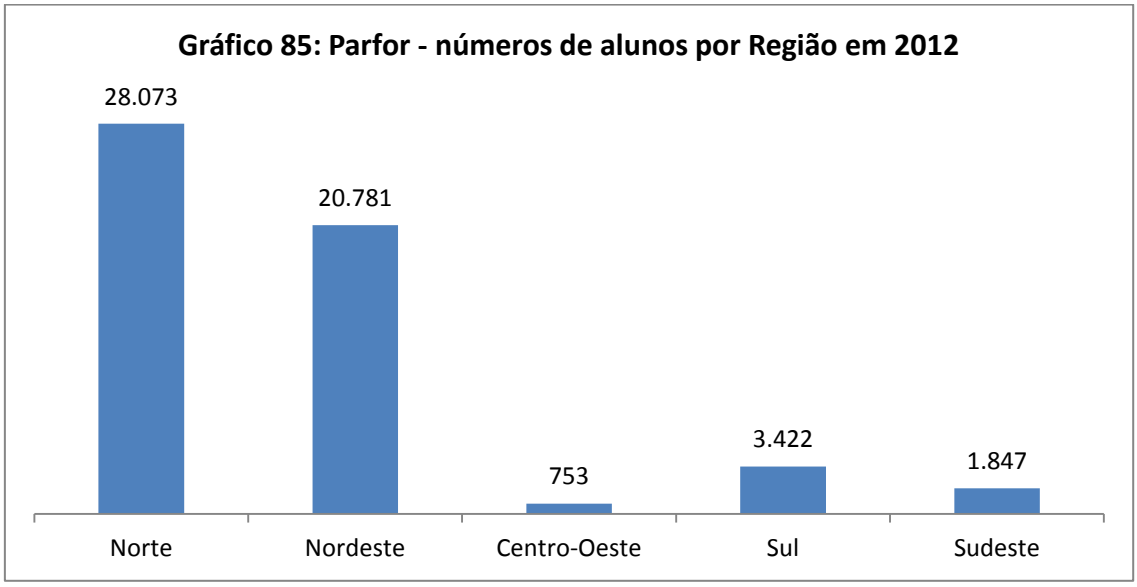
O Programa orienta-se para a oferta de turmas especiais em cursos de:

I. **Licenciatura**: para docentes ou tradutores intérpretes de Libras em exercício na rede pública da educação básica que não tenham formação superior ou que mesmo tendo essa formação se disponham a realizar curso de licenciatura na etapa/disciplina em que atua em sala de aula;
II. **Segunda licenciatura**: para professores licenciados que estejam em exercício há pelo menos três anos na rede pública de educação básica e que atuem em área distinta da sua formação

inicial, ou para profissionais licenciados que atuam como tradutor intérprete de Libras na rede pública de Educação Básica; e

III. **Formação pedagógica**: para docentes ou tradutores intérpretes de Libras graduados não licenciados que se encontram no exercício da docência na rede pública da educação básica.

Até 2012, o Parfor implantou 1920 turmas. Há 54.000 professores da educação básica frequentando os cursos em turmas especiais do Parfor, localizadas em 397 municípios do País, como mostra o Gráfico 85.



Fonte: Plataforma Freire

5.3.14. Universidade Aberta do Brasil (UAB)

Outra importante iniciativa de fomento à **qualidade da educação** é a Universidade Aberta do Brasil (UAB), iniciativa do MEC delegada a Capes. Sua institucionalização ocorreu pelo Decreto Presidencial nº 5.800, de 8/6/2006 e buscou incentivar as instituições públicas a participarem de programas de formação inicial e continuada de professores para Educação Básica ofertados na modalidade a distância, se colocando como uma alternativa imediata para um problema crônico: a carência de professores para atuarem na Educação Básica.

A Universidade Aberta do Brasil é um sistema integrado por universidades públicas que oferece cursos de nível superior para camadas da população que têm dificuldade de acesso à formação universitária, por meio do uso da metodologia da educação a distância. O público em geral é atendido, mas os professores que atuam na educação básica têm prioridade de formação, seguidos dos dirigentes, gestores e trabalhadores em educação básica dos estados, municípios e do Distrito Federal.

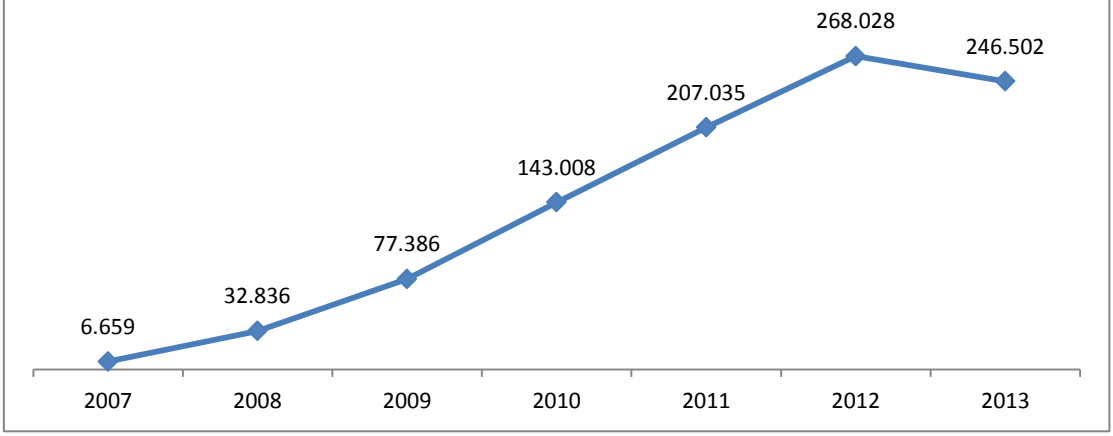
O Sistema UAB foi instituído pelo Decreto nº 5.800, de 8 de junho de 2006, para "o desenvolvimento da modalidade de educação a distância, com a finalidade de expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior no País". Fomenta a modalidade de educação a distância nas instituições públicas de ensino superior, bem como apoia pesquisas em metodologias inovadoras de ensino superior respaldadas em tecnologias de informação e comunicação. Além disso, incentiva a colaboração entre a União e os entes

federativos e estimula a criação de centros de formação permanentes por meio dos polos de apoio presencial em localidades estratégicas.

Assim, o Sistema UAB propicia a articulação, a interação e a efetivação de iniciativas que estimulam a parceria dos três níveis governamentais (federal, estadual e municipal) com as universidades públicas e demais organizações interessadas, enquanto viabiliza mecanismos alternativos para o fomento, a implantação e a execução de cursos de graduação e pós-graduação de forma consorciada. Ao plantar a semente da universidade pública de qualidade em locais distantes e isolados, incentiva o desenvolvimento de municípios com baixos IDH e Ideb. Desse modo, funciona como um eficaz instrumento para a universalização do acesso ao ensino superior e para a requalificação do professor em outras disciplinas, fortalecendo a escola no interior do Brasil, minimizando a concentração de oferta de cursos de graduação nos grandes centros urbanos e evitando o fluxo migratório para as grandes cidades.

O Gráfico 86 apresenta as matrículas do sistema UAB no período 2007 – 2013 e mostra que seu crescimento é da ordem de mais de 30 vezes em 7 anos. Ao todo são 104 instituições públicas de ensino superior (federais e estaduais) que participam do sistema, com 1.1.48 cursos sendo oferecidos em 818 polos de apoio presencial.

Gráfico 86: Matrículas no Sistema UAB 2007 - 2013



Fonte: MEC/CAPES

5.3.15. Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid)

Ainda com respeito à **qualidade da educação**, vale destacar a inovadora experiência do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid). Esta é uma iniciativa que visa estimular alunos de licenciatura a exercerem atividades pedagógicas em escolas públicas de Educação Básica, buscando a integração entre teoria e prática, à aproximação entre universidades e escolas e à melhoria de qualidade da educação brasileira.

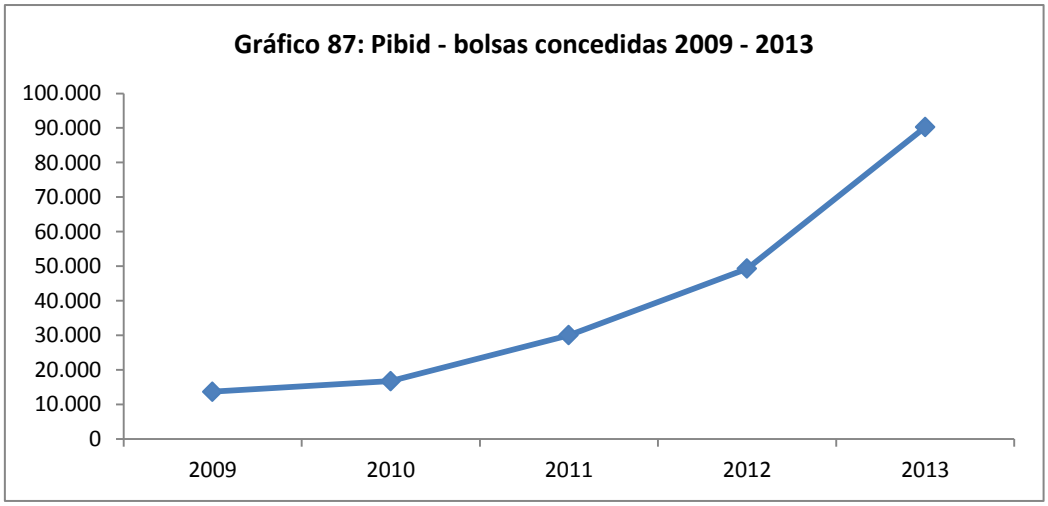
O programa concede bolsas a alunos de licenciatura participantes de projetos de iniciação à docência desenvolvidos por Instituições de Educação Superior (IES) em parceria com escolas de educação básica da rede pública de ensino. Os projetos devem promover a inserção dos estudantes no contexto das escolas públicas desde o início da sua formação acadêmica para que desenvolvam atividades didático-pedagógicas sob orientação de um docente da licenciatura e de um professor da escola.

Quando criado, em 2007, o Pibid priorizava o atendimento de licenciandos das áreas de Física, Química, Biologia e Matemática para o ensino médio, considerando a carência de professores dessas disciplinas. A partir de 2009, o programa foi ampliado para a toda a Educação Básica, incluindo educação de jovens e adultos, indígenas, campo e quilombolas.

A participação das Instituições de Educação Superior se dá por meio de projeto de iniciação à docência apresentados à Capes conforme os editais de seleção publicados. Podem se candidatar IES públicas e privadas com e sem fins lucrativos que oferecem cursos de licenciatura. As instituições aprovadas pela Capes recebem cotas de bolsas e recursos de custeio e capital para o desenvolvimento das atividades do projeto. Os bolsistas do Pibid são escolhidos por meio de seleções promovidas nas IES[31].

Além desses recursos, as instituições públicas e privadas sem fins lucrativos participantes do Pibid podem receber recursos financeiros para custear despesas essenciais à execução dos projetos, por exemplo, a aquisição de material de consumo para as atividades desenvolvidas nas escolas. A Capes pode conceder tanto recursos de custeio como de capital, conforme definido nos editais de seleção.

O Gráfico 87 mostra a quantidade de bolsas do Pibid concedidas por ano, no período 2007 – 2012.



Fonte: MEC/CAPES

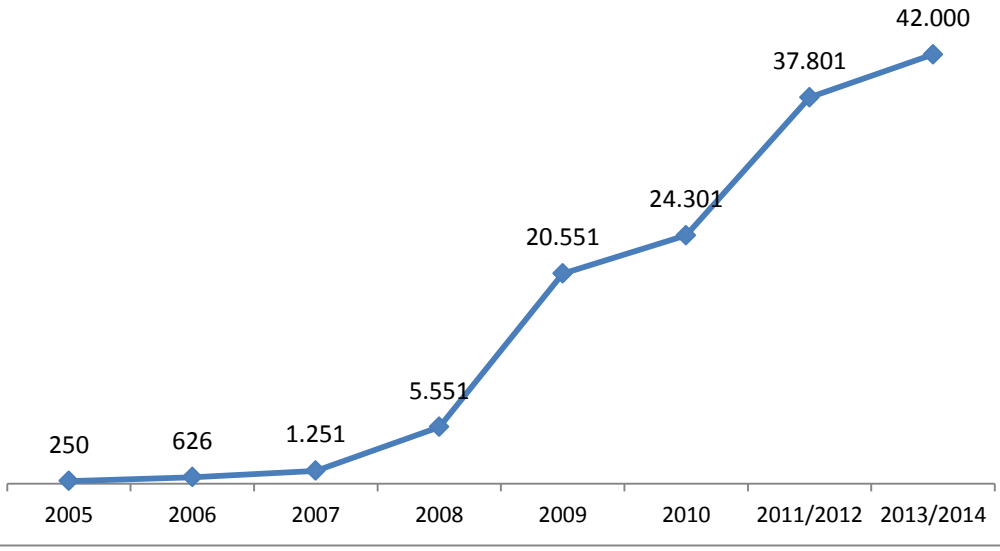
O Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência para a Diversidade (Pibid-Diversidade) tem como objetivo o aperfeiçoamento da formação inicial de professores para o exercício da docência nas escolas indígenas e do campo. O programa concede bolsas a alunos matriculados em cursos de licenciatura nas áreas Intercultural Indígena e Educação do Campo, para que desenvolvam atividades didático-pedagógicas em escolas de educação básica indígenas e do campo (incluídas as escolas quilombolas, extrativistas e ribeirinhas).

[31]Há cinco modalidades de bolsa aos participantes do projeto institucional: **Iniciação à docência,** para estudantes de licenciatura das áreas abrangidas pelo subprojeto; **Supervisão** – para professores de escolas públicas de educação básica que supervisionam, no mínimo, cinco e, no máximo, dez bolsistas da licenciatura; **Coordenação de área** – para professores da licenciatura que coordenam subprojetos. **Coordenação de área de gestão de processos educacionais** – para o professor da licenciatura que auxilia na gestão do projeto na IES e **Coordenação institucional** – para o professor da licenciatura que coordena o projeto Pibid na IES. As bolsas são pagas pela Capes diretamente aos bolsistas, por meio de crédito bancário.

5.3.16. Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais

Como medida de apoio à inclusão escolar, o Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais foi instituído no âmbito da *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva* (MEC, 2008) e Decreto 7.611/2011, objetivando apoiar a organização e a oferta do atendimento educacional especializado para estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação, matriculados no ensino regular. Conforme as *Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado*, Resolução CNE/CB nº 4/2009, esse atendimento tem função complementar ou suplementar à formação dos estudantes por meio da disponibilização de serviços, recursos de acessibilidade e estratégias que eliminem as barreiras para sua plena participação na sociedade e desenvolvimento de sua aprendizagem. Para atender essa finalidade foram implantadas 42 mil salas de recursos multifuncionais com equipamentos, mobiliários, materiais pedagógicos e recursos de acessibilidade, contemplando a oferta do atendimento educacional especializado em 49% das escolas públicas de ensino regular com matrícula de estudantes público alvo da educação especial, localizadas 93% dos municípios brasileiros. Para essas escolas foram ofertados cursos de formação continuada para professores que atuam no atendimento educacional especializado, o apoio financeiro para a garantia da acessibilidade arquitetônica nos prédios escolares e a aquisição de tecnologia assistiva.

Gráfico 88 - Salas de recursos multifuncionais



As estratégias, políticas e programas aqui apresentadas por certo não esgotam o leque de ações que o Brasil tem desenvolvido visando ao alcance dos objetivos de Educação para Todos. Expressam, todavia, o caminho percorrido pelo País que tem envidado esforços consideráveis no sentido de ampliar o acesso e melhorar a qualidade de seu sistema educativo, aí incluindo as metas estabelecidas em Dakar. A Parte 4, apresentada a seguir, anuncia alguns dos desafios ora visualizados pelo País para ampliar o direito à educação.

Parte 4: DESAFIOS A ENFRENTAR

A Parte 4 trata dos desafios a enfrentar pelo Brasil relacionados aos objetivos estabelecidos em Dakar, articulados em três tópicos. O primeiro trata dos objetivos de Educação para Todos identificando suas interfaces com metas do Plano Nacional de Educação (PNE); o segundo apresenta o conjunto das metas do referido Plano que deverão orientar os rumos da educação brasileira nos próximos anos; o terceiro retoma o desenho inicial (Figura 1) deste Informe, associando-os às conferências mundiais de Educação para Todos de Jomtien, Dakar e Coréia.

É oportuno lembrar que esta parte do Informe deverá ser enriquecida por contribuições advindas da Consulta Pública a ser feita pelo Ministério da Educação no primeiro semestre de 2014, envolvendo participação livre e aberta da sociedade civil. Após este processo, sugestões serão incorporadas à Versão Final do documento do Brasil que deverá ser encaminhada à próxima Conferência Mundial de Educação para Todos, a se realizar na Coréia, em 2015.

1. Interfaces entre desafios – EPT e PNE

Como se viu na discussão sobre resultados e estratégias, o Brasil tem procurado através de suas políticas educacionais responder aos desafios definidos em Dakar. As respostas dadas são diversas e variam conforme o alcance e abrangência dos diferentes objetivos, havendo áreas onde permanecem desafios consideráveis. Algumas das metas do Plano Nacional de Educação 2011/2020, em tramitação no Congresso Nacional, mostram expressivas interfaces entre estas e os objetivos de EPT, como o Quadro 4 permite identificar.

Quadro 4: Objetivos EPT e Metas PNE

Objetivos EPT	Metas PNE
1. Cuidados e Educação na Primeira Infância	1. Educação infantil (expansão da creche e universalização da pré-escola)
2. Educação Primária Universal	2. Ensino fundamental (universalização do acesso e conclusão na idade certa)
3. Habilidades de Jovens e Adultos	3. Ensino médio (universalização do acesso e matrícula na idade certa) 10. Educação de jovens e adultos integrada à educação profissional (25% das matrículas do ensino fundamental e médio) 11. Educação profissional de nível médio (triplicar matrículas e assegurar 50% de vagas gratuitas) 12. Educação superior (expansão do acesso, especialmente população 18-24 anos)
4. Alfabetização de Adultos	9. Erradicação do analfabetismo e redução do analfabetismo funcional (50%)
5. Paridade e Igualdade de Gênero	
6. Qualidade da Educação	5. Alfabetização na idade certa (8 anos, 7 anos e, ao final do plano, 6 anos) 6. Educação em tempo integral (50% das escolas e 25% dos alunos da educação básica) 7. Qualidade da educação básica (melhoria do Índice de Desenvolvimento da

	Educação Básica – Ideb) 15. Formação de profissionais da educação (inicial e continuada) 16. Formação de professores da educação básica (formação continuada e pós-graduação) 17. Valorização dos profissionais do magistério público (remuneração equiparada a demais profissionais) 18. Carreira dos profissionais da educação básica e superior (planos e piso salarial) 20. Investimento público em educação (10% do PIB)

Fonte: Objetivos de EPT e metas PNE.

A existência de metas do PNE 2011/2020 articuladas aos objetivos de EPT indica a permanência dos desafios estabelecidos em Dakar. Como se viu, há 13 metas passíveis de maior ou menor articulação com os objetivos de EPT, de um conjunto de metas que incluem os diferentes níveis e modalidades de ensino e que serão a seguir apresentadas em maior detalhe.

2. Desafios do Plano Nacional de Educação (PNE)

A elaboração do Plano Nacional de Educação (PNE) é uma determinação constitucional, conforme se vê no Artigo 214 da Constituição de 1988:

> A lei estabelecerá o plano nacional de educação, de duração decenal, com o objetivo de articular o sistema nacional de educação em regime de colaboração e definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades por meio de ações integradas dos poderes públicos das diferentes esferas federativas que conduzam a:
> I - erradicação do analfabetismo;
> II - universalização do atendimento escolar;
> III - melhoria da qualidade do ensino;
> IV - formação para o trabalho;
> V - promoção humanística, científica e tecnológica do País.
> VI - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do produto interno bruto.

Tal processo envolve participação das três esferas de governo e da sociedade civil. O fórum desta discussão é o Congresso Nacional. O primeiro Plano Nacional da Educação concebido sob a vigência da Constituição de 1988 foi o PNE 2001/2010 (Lei nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001), cuja sanção presidencial ocorreu já no contexto dos objetivos de Educação para Todos definidos em Dakar. A trajetória do PNE 2001 - 2010, entretanto, é muito anterior à data de sua promulgação.

Características semelhantes tem assumido o processo de tramitação do PNE 2011 - 2020, cujo projeto original (PL nº 8035/2010) foi encaminhado pelo Executivo ao Congresso Nacional em dezembro de 2010, tendo sido objeto de diferentes versões e submetido a

Audiências Públicas[32]. Quando da conclusão da Versão Preliminar do presente Informe (03/06/2014), o projeto original do Executivo havia sido alterado na Câmara dos Deputados (Projeto de Lei da Câmara-PLC nº 103/2012) e no Senado Federal (Parecer nº 1567 de 2013)[33], tendo retornado à Câmara para nova votação. Em 06 de maio de 2014 Comissão Especial desta casa aprovou nova versão do PNE, aprovada no Plenário da Câmara dos Deputados em 28 de maio de 2014 (os destaques ainda precisam ser discutidos).

O texto do PNE aprovado na Câmara dos Deputados apresenta 14 artigos e 20 metas visando à universalização do atendimento escolar na pré-escola, no ensino fundamental e no ensino médio, erradicação do analfabetismo, expansão do acesso à educação não obrigatória, dentre outras. São as seguintes as metas do PNE:

Meta 1: universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PNE.

Meta 2: universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos e garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PNE.

Meta 3: universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos e elevar, até o final do período de vigência deste PNE, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85% (oitenta e cinco por cento).

Meta 4: universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.

Meta 5: alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º (terceiro) ano do ensino fundamental.

Meta 6: oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos(as) alunos(as) da educação básica.

Meta 7: fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o Ideb:

---

[32] Informações sobre o conteúdo e a tramitação do PNE 2011/2020 podem ser obtidas nos portais da Câmara e do Senado. Outras fontes são o OBSERVATÓRIO DO PNE (Disponível em: <http://www.observatoriodopne.org.br/>), desenvolvido pela organização Todos pela Educação e a página "PNE PRA VALER" (Disponível em: <http://pnepravaler.org.br/>), da Campanha Nacional pelo Direito a Educação.

[33] Para conhecimento dos projetos aprovados na Câmara e no Senado, ver: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-temporarias/especiais/54a-legislatura/pl-8035-10-plano-nacional-de-educacao/documentos/outros-documentos/avulso-pl-8035-10-c> Acesso em: 25 mai. 2014.

IDEB	2015	2017	2019	2021
Anos iniciais do ensino fundamental	5,2	5,5	5,7	6,0
Anos finais do ensino Fundamental	4,7	5,0	5,2	5,5
Ensino médio	4,3	4,7	5,0	5,2

Meta 8: elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos, de modo a alcançar, no mínimo, 12 (doze) anos de estudo no último ano de vigência deste Plano, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no País e dos 25% (vinte e cinco por cento) mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Meta 9: elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 93,5% (noventa e três inteiros e cinco décimos por cento) até 2015 e, até o final da vigência deste PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional.

Meta 10: oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional.

Meta 11: triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% (cinquenta por cento) da expansão no segmento público.

Meta 12: elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público.

Meta 13: elevar a qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para 75% (setenta e cinco por cento), sendo, do total, no mínimo, 35% (trinta e cinco por cento) doutores.

Meta 14: elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação **stricto sensu**, de modo a atingir a titulação anual de 60.000 (sessenta mil) mestres e 25.000 (vinte e cinco mil) doutores.

Meta 15: garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no prazo de 1 (um) ano de vigência deste PNE, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurado que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.

Meta 16: formar, em nível de pós-graduação, 50% (cinquenta por cento) dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste PNE, e garantir a todos os(as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.

Meta 17: valorizar os(as) profissionais do magistério das redes públicas de educação básica de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos(as) demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano de vigência deste PNE.

Meta 18: assegurar, no prazo de 2 (dois) anos, a existência de planos de carreira para os(as) profissionais da educação básica e superior pública de todos os sistemas de ensino e, para o plano de carreira dos(as) profissionais da educação básica pública, tomar como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal.

Meta 19: assegurar condições, no prazo de 2 (dois) anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto.

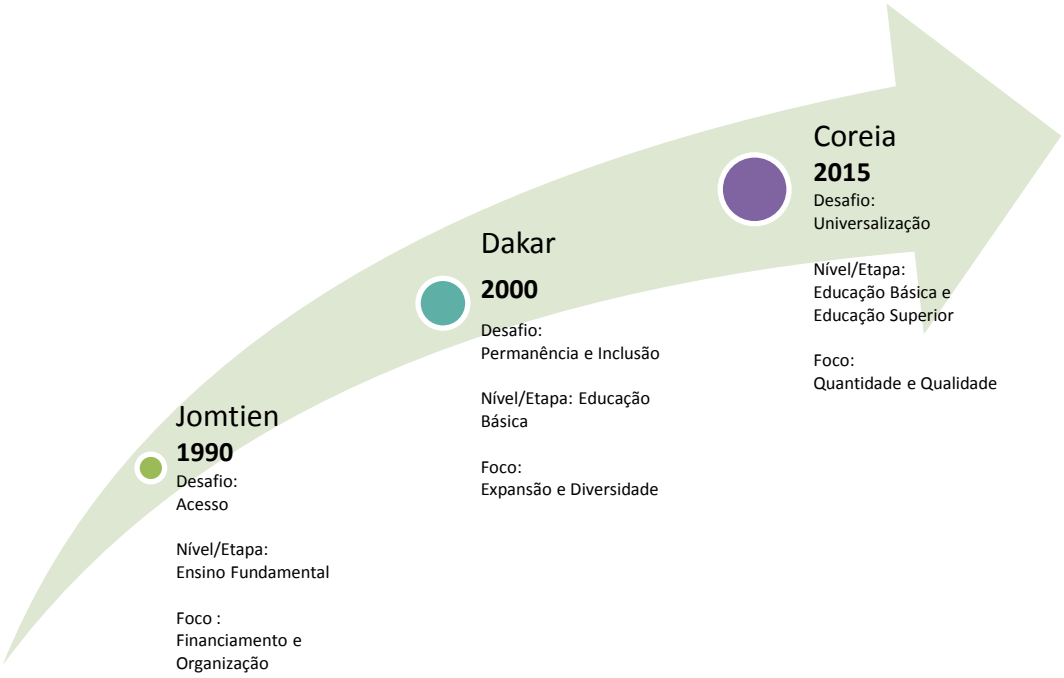
Meta 20: ampliar o investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% (sete por cento) do Produto Interno Bruto - PIB do País no 5º (quinto) ano de vigência desta Lei e, no mínimo, o equivalente a 10% (dez por cento) do PIB ao final do decênio.

As 20 (vinte) metas do PNE 2011/2020 indicam os rumos que o País pretende seguir visando ao acesso, à permanência e à qualidade da educação de crianças, jovens e adultos. Algumas destas coincidem com os 6 (seis) objetivos de Educação para Todos estabelecidos em Dakar. Outras representam prioridades específicas do Brasil no presente, seja em termos de inclusão de segmentos mais vulneráveis da população ou de resposta aos requerimentos do mundo do trabalho e da sociedade do conhecimento.

3. Outros desafios a enfrentar

A existência de um Plano Nacional de Educação com 20 (vinte) metas a atingir até 2020 indica que, apesar dos avanços consideráveis, o País ainda tem grandes desafios pela frente nos próximos anos. Como esforço de síntese final, é oportuno retomar a imagem com a qual se iniciou a reflexão, desta feita, considerando os desafios associados às 3 (três) conferências, como sintetizado na Figura 9.

Figura 9 – Conferências/Marcos



As 3 (três) grandes conferências – 2 (duas) das quais já realizadas e 1 (uma) ainda por ocorrer – sinalizam prioridades e estratégias distintas e não poderia ser diferente. Cada período histórico traz seus problemas e desafios os quais, por sua vez, são resignificados pelas novas conquistas. Por isso mesmo, é preciso lembrar as palavras de um dos grandes educadores brasileiros do passado: "a educação é uma obra que não termina nunca. E não chega a ser perfeita só porque isso desejem os governantes" (LOURENÇO FILHO, 1940).

Quando da Conferência Mundial de Educação para Todos, em Jomtien (1990), o Brasil tinha diante de si inúmeros desafios – o principal deles, sem desmerecer os demais, estava associado à expansão do acesso ao ensino fundamental. As reformas dos anos 90 do século XX estão associadas a esta meta. Por isso mesmo, tratam da organização da educação brasileiras em moldes para assegurar seu melhor financiamento. A criação e implantação do Fundef, como se viu, esteve associada a este objetivo.

A Cúpula Mundial de Educação, em Dakar (2000), adicionou outros desafios àqueles já existentes. Os 6 (seis) objetivos então definidos coincidiram com a definição de novas prioridades na política educacional – assegurado o acesso ao ensino fundamental, foi possível cuidar melhor da permanência, expandindo etapas e modalidades não contempladas com igual ênfase na década anterior. O período mais recente, ainda em curso, corresponde a um momento de abertura de oportunidades a segmentos até então excluídos da atenção e do foco das políticas públicas.

Os anos 2000 configuram-se, assim, como aqueles da inclusão. Este processo tem muitas dimensões, algumas das quais contempladas neste Informe, mas extrapolam o campo da educação escolar.

Para a próxima Conferência Mundial de Educação para Todos, a se realizar na Coreia, em 2015, o Brasil leva um balanço do percurso realizado desde Dakar na expectativa de confrontar as metas já estabelecidas no horizonte de seu Plano Nacional de Educação e dos objetivos comuns aos países a serem estabelecidos nessa oportunidade. É certo que ainda há muito por

fazer em termos de expansão do acesso, sobretudo em relação à Educação Infantil, ao Ensino Médio e à Educação Superior, assim como de segmentos antes excluídos, ora contemplados pelas políticas de inclusão e diversidade. O desafio posto para os anos que se aproximam é o da universalização. O foco da política educacional deverá buscar o equilíbrio entre metas quantitativas e qualitativas, caminho desafiante, sobretudo ao se considerar o quanto o País ainda tem por fazer em matéria de redução das desigualdades.

A qualidade da educação implica cuidar (mais e melhor) dos professores, sujeitos nucleares dos processos educativos, sem cuja contribuição as iniciativas de expansão e melhoria dos sistemas escolares estão fadadas ao insucesso. Requer também ênfase especial nas questões curriculares, com atenção no sentido de evitar que as políticas de avaliação de larga escala imponham padrões restritivos ao trabalho docente e a aprendizagem dos alunos.

O debate sobre Educação para Todos no Brasil deverá ganhar corpo e substância nos próximos meses com a incorporação de contribuições diversas da sociedade civil visando à produção do Informe a ser submetido à UNESCO tendo em vista a conferência de 2015. Será enriquecido também pela versão final do texto do PNE que ainda deverá ter alterações advindas do Congresso Nacional. Finalmente, passará pelo crivo do grande debate nacional em torno das eleições presidenciais e estaduais, assim como pelo referendo da Conferência Nacional de Educação (CONAE) a se realizar em novembro de 2014. Todas essas manifestações hão de contribuir para o aprimoramento do caminho percorrido pela educação brasileira desde a Cúpula de Dakar e obter novos avanços.

Referências

BRASIL. CGEE. **Projeto Brasil 2003-2010**: trajetórias e desafios. Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2010. Disponível em: <file:///C:/Users/Sofia/Downloads/Projeto_Brasil_2003_2010.pdf> Acesso em: 23 mar. 2014.

BRASIL. Presidência da República. **Destaques**: ações e programas do governo federal – ano 2010. Disponível em: http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/caderno-destaques/edicoes-anteriores-lista-de-pdf/2010/caderno-destaques-edicao-de-dezembro-de-2010-portugues-colorido> Acesso em: 23 de mar. 2014.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**.Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em: 16 fev. 2014.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001**. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm> Acesso em: 23 mar. 2014.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto nº 6.755, de 29 de janeiro de 2009**. Institui a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, disciplina a atuação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES no fomento a programas de formação inicial e continuada, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6755.htm> Acesso em: 18 mar. 2014.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Emenda Constitucional nº 14, de 12 de setembro de 1996**. Modifica os arts. 34, 208, 211 e 212 da Constituição Federal e dá nova redação ao art. 60 do Ato das Disposições constitucionais Transitórias. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc14.htm> Acesso em: 23 mar. 2014.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Emenda Constitucional nº 53, de 19 de dezembro de 2006**. Dá nova redação aos arts. 7º, 23, 30, 206, 208, 211 e 212 da Constituição Federal e ao art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc53.htm Acesso em: 23 mar. 2014.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Emenda Constitucional nº 59, de 11 de dezembro de 2009**. Acrescenta § 3º ao art. 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para reduzir, anualmente, a partir do exercício de 2009, o percentual da Desvinculação das Receitas da União incidente sobre os recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino de que trata o art. 212 da Constituição Federal, dá nova redação aos incisos I e VII do art. 208, de forma a prever a obrigatoriedade do ensino de quatro a dezessete anos e ampliar a abrangência dos programas suplementares para todas as etapas da educação básica, e dá nova redação ao § 4º do art. 211 e ao § 3º do art. 212 e ao **caput** do art. 214, com a inserção neste dispositivo de inciso VI. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc59.htm Acesso em: 23. Mar. 2014.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm> Acesso em: 23 mar. 2014.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996**. Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, na forma prevista no art. 60, § 7º, do Ato das Disposições Constitucionais

Transitórias, e dá outras providências. Disponível em:http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9424.htm> Acesso em: 23 mar. 2014.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 10.639, de 10 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm> Acesso em: 23 mar. 2014.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 11.274, de 06 de fevereiro de 2006.** Altera a redação dos arts. 29, 30, 32 e 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, dispondo sobre a duração de 9 (nove) anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11274.htm> Acesso em: 16 fev. 2014.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007**. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, de que trata o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; altera a Lei nº 10.195, de 14 de fevereiro de 2001; revoga dispositivos das Leis nºs 9.424, de 24 de dezembro de 1996, 10.880, de 9 de junho de 2004, e 10.845, de 5 de março de 2004; e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11494.htm> Acesso em: 23 mar. 2014.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008**. Regulamenta a alínea "e" do inciso III do **caput** do art. 60 do Ato das DisposiçõesConstitucionais Transitórias, para instituir o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11738.htm> Acesso em: 23 de mar. 2014.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 12.796, de 04 de abril de 2013**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12796.htm> Acesso em: 23 de mar. 2014.

BRASIL. IBGE. **Censo Demográfico 2010**: resultados gerais da amostra. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/00000008473104122012315727483985.pdf> Acesso em: 13. Fev. 2014.

BRASIL. MEC. INEP. **Nota Técnica – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB**. s.d. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_basica/portal_ideb/o_que_e_o_ideb/_Nota_Tecnica_n1_concepcaoIDEB.pdf> Acesso em: 26 fev. 2014.

BRASIL. MEC. SAG. CPS. CIP. **A educação no Brasil na década de 80**. Brasília. Dez./1990.

BRASIL. MEC. INEP. **A educação no Brasil na década de 90**: 1991-2000. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Brasília: Inep/MEC, 2003. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me0000271.pdf> Acesso em: 02 fev. 2014.

BRASIL. MEC. SEB**. Indicadores da Qualidade na Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEB, 2009. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/indic_qualit_educ_infantil.pdf>Acesso em: 19 mar. 2014.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Plano Nacional de Educação**. 2000. http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/pne.pdf

BRASIL. MEC. **Plano Decenal de Educação para Todos** – Versão atualizada. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me001523.pdf>

BRASIL. MEC. **Plano Decenal de Educação para Todos** – Edição Escolar. Disponível em: http://www.umcpos.com.br/centraldoaluno/arquivos/23_01_2012_184/PPE04_-_PLANO_DECENAL_DE_EDUCACAO_1993-2003.pdf> Acesso em: 01 fev. 2014.

BRASIL.MEC.SEF. **O que é o Plano Decenal de Educação para todos**. Brasília: MEC/SEF, 1993. Disponível em: <http://biblioteca.planejamento.gov.br/biblioteca-tematica-1/textos/educacao-cultura/texto-167-o-que-e-o-plano-decenal-de-educacao-para-todos.pdf> Acesso em: 01 fev. 2014.

BRASIL. **Informe Nacional Brasil EFA 2000. Educação para Todos**. Avaliação do ano 2000. Disponível em: <http://www.publicacoes.inep.gov.br/arquivos/%7B0C8622C7-909C-4975-AD4F-00553210D123%7D_efa_2000_avaliacao_do_ano_2000.pdf> Acesso em: 01 fev. 2014.

BRASIL. MEC. INEP. **Educação para Todos**: avaliação da década. 2000. Brasília: MEC/INEP, 2000 http://www.publicacoes.inep.gov.br/arquivos/%7BDEBC5505-6B0E-4AF1-BCAE-0D384B6AB419%7D_avaliacao_127.pdf> Acesso em: 01 fev. 2014.

BRASIL. Senado Federal. Comissão Diretora. **Parecer nº 1.567, de 2013**. Redação final do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2012 (nº 8.035, de 2010, na Casa de origem). Disponível em: <http://legis.senado.leg.br/mateweb/arquivos/mate-pdf/145115.pdf> Acesso em: 19 mar. 2014.

LOURENÇO FILHO, Manoel Bergström. A vida e a obra de nossos educadores. **Formação**. n. 19, p. 15, fev. 1940.

OCDE. **Professores são importantes**: atraindo, desenvolvendo e retendo professores eficazes. São Paulo: Moderna, 2006.

PEARSON. **The education curve** – lessons in country performance in education. 2012 Report. Published by Pearson. Developed by the Economist Intelligence Unit. Disponível em: <http://thelearningcurve.pearson.com/> Acesso em: 26/02/2014.

UNESCO. **Educação para Todos**: compromisso de Dakar. Disponível em: http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001275/127509porb.pdf> Acesso em: 31 jan. 2014.

UNESCO. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos**: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem Jomtien, 1990. UNESCO, 1998. Disponível em <http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000862/086291por.pdf> Acesso em: 01 fev. 2014.

UNESCO. **Relatório de Monitoramento Global de EPT 2013/14** – Ensinar e aprender: alcançar a qualidade para todos – Relatório Conciso. Edições UNESCO, 2014.

UNESCO. **EFA Global Monitoring Report 2013/4** – Teaching and learning: achivieving quality for all. UNESCO Publishing; 2014.

Anexo 1 – Cronologia

Ano	Abrangência	Marco
1988	Nacional	Constituição Federal
1990	Internacional	Conferência Mundial de Educação para Todos (Jomtien, Tailândia, 05 a 09 de março de 1990) "Declaração Mundial sobre Educação Para Todos" – "Plano de Ação para Satisfazer as Necessidades Básicas de Aprendizagem"
		Cúpula Mundial pelas Crianças
1992	Nacional	Conferência do Meio Ambiente e Desenvolvimento
1993	Internacional	Conferência Mundial de Direitos Humanos
	Nacional	Plano Nacional de Educação para Todos (1993/2002)
1994	Internacional	Conferência Mundial sobre Necessidades Especiais da Educação: Acesso e Qualidade – "Declaração de Salamanca"
	Nacional	Conferência Nacional de Educação para Todos (Brasília, 29 de agosto a 02 de setembro de 1994)
1995	Internacional	Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Social
		Quarta Conferência Mundial da Mulher
1996	Internacional	Encontro Intermediário do Fórum Consultivo Internacional de Educação para Todos
	Nacional	Emenda Constitucional nº 14/1996 – Altera artigos da Constituição Federal, definindo responsabilidades das instâncias do Poder Público.
		Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – Lei nº 9.394/96
		Lei nº 9.424/96 – Cria o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF)
1997	Internacional	V Conferência Internacional de Educação de Adultos (CONFINTEA V) – Hamburgo, Alemanha.
		Conferência Internacional sobre o Trabalho Infantil
1998	Nacional	Implantação do FUNDEF em todas as unidades da federação
		Plano Nacional da Educação – proposta do Executivo ao Congresso Nacional
2000	Internacional	Cúpula do Milênio – Declaração e os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM): Um plano para o progresso.
		Cúpula Mundial de Educação (Dakar, Senegal) – "Marco de Ação de Dakar"
	Nacional	Informe Nacional Brasil EFA 2000. Educação para Todos. Avaliação do ano 2000
2001	Nacional	Sanção do Plano Nacional de Educação – PNE (2001/2010 – Lei nº 10.172/2001)
2003	Nacional	Lei nº 10.639/2003 – Torna obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileiras nos estabelecimentos de ensinos fundamental e médio, oficiais e particulares
2004	Nacional	Resolução CP/CNE nº 1, de 17 de junho de 2004 – Estabelece Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana
2006	Nacional	Emenda Constitucional nº 53/2006 – Cria o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB)
		Lei nº 11.274/06 – Altera a redação dos arts. 29, 30, 32 e 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, dispondo sobre a duração de 9 (nove) anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade.
2007	Nacional	Lei nº 11.494/07 – Regulamenta o FUNDEB
		Inicio da implantação do FUNDEB em todas as unidades da federação
		Institucionalização do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE)
2008	Nacional	Lei nº 11.738/08 – Institui o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica
2009	Internacional	Sexta Conferência Internacional de Educação de Adultos (CONFINTEA VI) – Belém, Brasil
	Nacional	Emenda Constitucional n° 59/2009 – Amplia a faixa de escolaridade obrigatória e gratuita para 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, prevendo-se sua implementação progressiva até 2016, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria

2010	Nacional	Conferência Nacional de Educação (CONAE/2010) – Brasília, 28 de março a 01 de abril de 2010. Plano Nacional de Educação para o decênio 2011-2020 (PNE-2011/2020) – projeto de lei (PL nº 8035/10) encaminhado pelo Executivo ao Congresso Nacional.
2012	Nacional	PNE-2011/2020 – aprovação na Câmara dos Deputados
2013	Nacional	Lei nº 12.796/13 – Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências.
2014	Nacional	II Conferência Nacional de Educação (CONAE/2014) – Brasília, 19 a 23/11/2014.